

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANA PAULA MOREIRA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTA GROSSA - PR**

PONTA GROSSA

2017

ANA PAULA MOREIRA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTA GROSSA - PR**

Dissertação apresentada para obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais
Aplicadas pela Universidade Estadual de
Ponta Grossa - Linha de Pesquisa: Estado,
Direitos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Augusta Pelinski
Raiher.

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Moreira, Ana Paula
M385 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar em Ponta Grossa - PR/ Ana Paula Moreira. Ponta Grossa, 2017. 138f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Augusta Pelinski Raiher.

1.Programa de Aquisição de Alimentos. 2.Política Pública. 3.Agricultura Familiar. I.Raiher, Augusta Pelinski. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. III. T.

CDD: 338.109.81

TERMO DE APROVAÇÃO

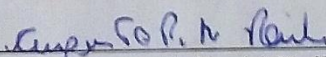
ANA PAULA MOREIRA

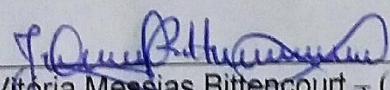
Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar em Ponta Grossa

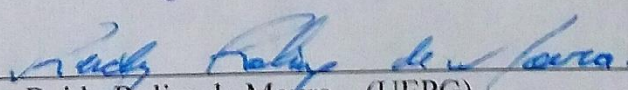
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 24 de agosto de 2017.

Assinatura pelos Membros da Banca:


Dra. Augusta Pelinski Raiher - (UEPG) – Presidente


Dra. Juliana Vitoria Messias Bittencourt - (UTFPR - PG)


Dra. Reidy Rolim de Moura - (UEPG)

Dr. Luciano Medina Macedo - (UTFPR - PG) - Suplente Externo

Dr. Edina Schimanski - (UEPG) - Suplente Interno

Dedico este trabalho ao meu bebê Guilherme, que me desestabilizou ao término da minha pesquisa, entre medos e receios neste princípio gestacional, mas que em contrapartida me mostrou a face mais brilhante da felicidade. Já o amo imensamente e, hoje ainda mais, tenho motivos de sobra para me esforçar e continuar meus estudos e, assim, alcançar o desejado exercício da docência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fé que me guia e me protege.

À minha mãe Geovani, que sem seu amor incondicional nada eu seria, meu maior exemplo, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me fortalecendo em tudo.

Ao meu noivo Gustavo, minha maior contradição, meu amor e que me faz ser a melhor de mim. Sua paciência comigo nesta fase de mestrado foi brilhante, sua alegria me cativa a cada dia e seu incentivo foi primordial.

A todos meus familiares que sempre torceram por meu sucesso, com palavras que me aconchegavam. Em especial, agradeço a meu avô João, por ser o homem majestoso e de coração imenso; à minha avó Altiva (*in memorian*), o doce dos doces, que agora está ao lado de Deus (ainda sinto seu cheirinho gostoso e sua pele macia) e à minha prima Mônica, que tanto me apoiou.

Agradeço a todos meus amigos, aqueles recém conquistados, os de longa data, aqueles que posso ver frequentemente e até aqueles que a distância se faz presente e que sempre contribuíram comigo, compartilhando bons momentos que só a amizade pode proporcionar.

A todas as professoras do Departamento de Serviço Social da UEPG, que desde o início do meu contrato com a instituição sempre me apoiaram e incentivaram, mostrando-me cotidianamente quão incrível é poder se realizar profissionalmente, lutar por uma causa. Em especial, agradeço às professoras Luiza, Danuta, Sandra, Rosilea, Lenir e a professora Reidy, que antes mesmo de eu me inscrever no processo de seleção para o PPGSCA, em uma conversa, foi tão delicada e atenciosa comigo, fazendo despertar ainda mais em mim o interesse pelo mestrado.

Meu total agradecimento à minha orientadora Augusta, mesmo eu não sendo a melhor orientanda, talvez um pouco indisciplinada. Ela me guiou brilhantemente na minha pesquisa, tirando-me do “limbo profundo”, sempre me incentivando. Sua sagacidade pelo estudo e pesquisa é invejável, e o que dizer de sua energia? Só posso dizer que você se tornou um exemplo para mim, e me sinto extremamente feliz e lisonjeada por ser sua primeira orientanda.

Sou grata a todos os professores e professoras do PPGSCA, pois foram fundamentais nesta minha caminhada e contribuíram para minha formação. Da mesma forma,

agradeço aos professores Reidy, Juliana e Luciano, que compõem minha banca de avaliação e que já na qualificação foram muito atenciosos em suas ricas contribuições. Por fim, não poderia deixar de agradecer aos agricultores familiares da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas, que me receberam tão bem, aceitando participar de minha pesquisa e contribuindo ricamente com suas experiências. Muito obrigada.

"Agricultura familiar, quem não vive dela, depende dela para viver".

Alberto Broch

RESUMO

O PAA como uma política pública tem como finalidade fomentar a agricultura familiar por meio da produção de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Sendo o primeiro programa de compras públicas destinado exclusivamente à agricultura familiar e tendo como uma das metas a geração de renda para os agricultores familiares por meio da comercialização de seus produtos, esta pesquisa buscou avaliar a eficácia do PAA agroecológico, investigando o seu impacto no fortalecimento da agricultura familiar a partir da averiguação dos motivos da adesão, permanência e/ou desistência dos agricultores familiares no PAA agroecológico, verificando se o mesmo pode desencadear um avanço no desenvolvimento rural e na sustentabilidade da agricultura familiar. Para cumprir este objetivo, foi realizado um estudo de caso na Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, no município de Ponta Grossa – PR, mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação das ferramentas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo [análise swot (fofa), matriz de priorização de problemas e matriz de prioridade] aos agricultores familiares. A partir da pesquisa empírica, ficou evidente a importância que as políticas públicas podem assumir no contexto da agricultura familiar, em especial, utilizando-se da avaliação da eficácia do PAA agroecológico, que, na ótica dos agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, promoveu o fortalecimento dos agricultores familiares, no que tange à garantia de renda, maior diversificação da produção, acesso e ampliação do mercado.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Política Pública. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (Food Acquisition Program), as a public policy, aims to foster family farming through the production of food and its distribution in the necessary quantity, quality and regularity to populations exposed to malnutrition and food insecurity. This work seeks to investigate the effectiveness of the PAA in light of its role as the first program of public acquisition destined exclusively to family farming, having at its core the goal of promoting income generation to small farmers through the commercialization of their products. This study is done through an analysis of the reasons given by farmers for their adherence, permanence and/or withdrawal from the PAA, in order to verify if the program is capable of triggering the development of family farming. A case study was carried out in the Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas (Conchas Velhas Association for Ecological Family Farming), in the vicinity of Ponta Grossa, Paraná, through the implementation of semi-structured interviews and participatory rural appraisal - PRA tools (swot analysis, prioritization matrix) to farmers. The empirical research highlights the importance of public policies regarding family farming, with the clear impact of the PAA which, according to the members of the Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, promoted the strengthening of family farming with respect to income, expansion, diversification of production and access to markets.

Keywords: Food Acquisition Program, Public Policy, Family Farming.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Modalidades do PAA - 2016	39
QUADRO 2 - Resumo das evidências empíricas – efeito do PAA no fortalecimento da agricultura familiar (AF)	48
QUADRO 3 - Evidências empíricas do PAA agroecológico na produção orgânica	50
QUADRO 4 - Elementos básicos para se pensar na avaliação	53
QUADRO 5 - Concepções teóricas do capitalismo/questão agrária na ótica do RIMISP	58
QUADRO 6 - Princípios básicos dos movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção	66
QUADRO 7 - Motivos para compra de produtos orgânicos pelos países da Europa	68
QUADRO 8 - Resultados do FOFA	107
QUADRO 9 - Matriz de Prioridades de Problemas.....	109
QUADRO 10 - Matriz de Prioridades.....	109

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Ciclo de políticas públicas	25
FIGURA 2 - Fluxos de ideias e de trocas políticas entre fóruns na construção das políticas públicas para a agricultura familiar.....	36
FIGURA 3 - Municípios que participaram do PAA entre 2012 e 2015 e taxa de crescimento dos recursos da modalidade operada pela Conab– Municípios do Brasil	45
FIGURA 4 - Pesquisa de avaliação de Programas Sociais.....	55
FIGURA 5 - Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores.....	64
FIGURA 6 - Composição das propriedades	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução dos recursos do PAA– Regiões brasileiras – 2003 a 2013 (R\$)	43
TABELA 2 - Número de famílias de agricultores participantes do PAA – regiões brasileiras – 2003 a 2013.	44
TABELA 3 - Estimativa do número de produtores orgânicos e área em 2001.	69
TABELA 4 - Recursos destinados do PAA - Paraná – 2010 a 2015	79
TABELA 5 - Municípios que compõem a RCG e sua participação no PAA - 2010 a 2015.	79
TABELA 6 - Associações e Cooperativas participantes do PAA e valor recebido anualmente (R\$) - Ponta Grossa – 2010 a 2015.....	81
TABELA 7 -. Propriedades e agricultores familiares que pertencem à Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas – Ponta Grossa - 2017	83
TABELA 8 - Agricultores familiares associados à Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas e sua situação no PAA agroecológico em 2010 e em 2015	84
TABELA 9 - Vias de comercialização dos produtos da agricultura familiar, valores (em R\$) da receita da propriedade/mês.	91
TABELA 10 - Rendimentos em R\$, não advindos da agricultura familiar.	91
TABELA 11 - Motivos para adoção da produção orgânica.....	94
TABELA 12 - Motivos de adesão ao PAA	95
TABELA 13 - Dificuldade de inserção no PAA	97
TABELA 14 - Benefício do PAA agroecológico para a sustentabilidade da propriedade	98
TABELA 15 - Dificuldade de gerenciamento da propriedade em referência ao PAA	99
TABELA 16 - Atuais pontos fracos do PAA agroecológico.....	100
TABELA 17 - Dificuldades de permanência no PAA	100
TABELA 18 - Possíveis adequações ao PAA agroecológico	101
TABELA 19 - O papel da Associação para inserção e manutenção no PAA	102

TABELA 20 - Agricultores que participaram do PAA agroecológico em 2010 e não estão vinculados na Associação, nem participam do PAA em 2015 (recorte da Tabela 8)	103
TABELA 21 - Idade, escolaridade e início da atividade como agricultor familiar dos ex-associados da Associação de Agricultura Ecológica Familiar de Conchas Velhas	104
TABELA 22 - Ano de inserção no PAA, vinculação à Associação para participação no PAA e atual condição.	104
TABELA 23 - Participação no PAA.....	104
TABELA 24 - Motivos da desvinculação da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas	105
TABELA 25 - Benefícios do PAA agroecológico, segundo a fala dos entrevistados	107

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Evolução dos investimentos no PAA – Brasil - 2003 a 2015 (milhões de R\$)	42
GRÁFICO 2 - Número de famílias de agricultores participante do PAA – Brasil - 2003 a 2013.	43
GRÁFICO 3 - Área Total e área cultivada em hectares (ha) das propriedades rurais da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas.....	87
GRÁFICO 4 - Ano de início de atividade na agricultura familiar	87
GRÁFICO 5 - Início da participação dos agricultores familiares no PAA	88
GRÁFICO 6 - Idade dos agricultores familiares	88
GRAFICO 7 - Escolaridade dos agricultores familiares.....	89

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AB	Agricultura Biológica
ABIO Janeiro	Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AF	Agricultor Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CA	Certificação por Auditoria
CAAE	Certidão de Apresentação para Apreciação Ética
CD	Compra Direta
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CF	Constituição Federal
CLACSO	Centro Latino Americano de Ciências Sociais
CNPong	Confederação Nacional de Produção Orgânica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPR	Cédula Produtor Rural
CUT	Central Única de Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
DOU	Diário Oficial da União
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DS	Doação Espontânea
FE	Formação de Estoque
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM Orgânica	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
MESA Fome	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MST	Movimento Trabalhadores Sem Terra
OCC	Organismos de Certificação Credenciados
OEDC	Organization for Economic Cooperation and Development
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoa com Deficiência
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC	Programa Territórios da Cidadania
RIMISP	Centro Latino-americano para el Desarrollo Rural
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEM	Sementes
SOS	Serviço de Obras Sociais
SPG	Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO, ABORDAGENS E AVALIAÇÕES	23
2.1 POLÍTICA PÚBLICA PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	28
2.1.1 Política Pública para a Agricultura Brasileira: Evolução histórica	29
2.1.1.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	36
2.1.1.1.1 Evidências Empíricas do Efeito do PAA sobre o Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	47
2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	52
3. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	58
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA.....	63
4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA NA ÓTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS.....	74
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	74
4.2 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS: CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO E ESTRATÉGIA EMPÍRICA..	78
4.2.1 Descrição das Propriedades e dos Agricultores Familiares	85
4.3 AVALIAÇÃO DO PAA NA ÓTICA DOS AGRICULTORES	89
4.3.1 A Renda da Agricultura Familiar e Sua Composição	89
4.3.2 PAA e a Produção Orgânica.....	93
4.3.3 O PAA Agroecológico na Ótica dos Agricultores Familiares.....	95
4.3.4 O PAA Agroecológico na Ótica dos Agricultores Familiares que deixaram de Participar do Programa	103
4.3.5 Avaliação Grupal dos Agricultores Familiares acerca do PAA agroecológico – Ferramentas DRP	106
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para presidente da Associação de Agricultura Ecológica Familiar de Conchas Velhas	120
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para agricultores familiares inseridos no PAA agroecológico de 2015	122
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para agricultores familiares participantes do PAA agroecológico de 2010	127
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E)	131
ANEXO A – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética.....	133
ANEXO B – Autorização para realização de pesquisa.....	135

ANEXO C – Foto do momento da aplicação das ferramentas de DRP	137
---	-----

1. INTRODUÇÃO

Diferente do que ocorreu em muitos países desenvolvidos (como Estados Unidos, Bélgica, Inglaterra e França), no Brasil, as políticas públicas voltadas ao meio rural foram especialmente destinadas para o latifúndio, para a agricultura de exportação, pautados pela monocultura. Somente a partir dos anos de 1990 é que houve uma inversão com a política pública abrangendo a agricultura familiar.

Partindo de um novo repensar do campo após a Constituição Federal 1988, nas suas legislações complementares, novas alternativas para o processo de desenvolvimento sustentável do meio rural foram pensadas com a descentralização da política pública. Nesse contexto, emergiram estratégias capazes de abarcar um amplo segmento populacional proveniente do espaço rural, o qual, até aquele momento, encontrava-se à margem da atuação do Estado.

O cenário atual da ruralidade revela importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar, vista agora como segmento estratégico para a produção de matéria-prima e de abastecimento alimentar das populações, importante para a própria dinâmica de desenvolvimento rural do país.

Ao final dos anos de 1990, emerge no Brasil um aparato de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, atrelada rearticulação de ministérios, no envolvimento dos setores produtivos e movimentos sociais, juntamente com a incorporação da territorialização em prol de sua consolidação. De maneira específica, em 1996 tem-se a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – como primeira política pública de crédito rural para esse segmento, iniciando um conjunto de medidas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares brasileiros.

No ano de 2003, foi instituído o Programa Fome Zero (PFZ), representando um grande marco por meio do qual se aglutinou um conjunto de programas de caráter imediato e de natureza estrutural, implementados por intermédio de instrumentos de políticas públicas. A proposta era atuar articuladamente em quatro eixos centrais: 1) acesso à alimentação; 2) geração de renda; 3) fortalecimento da agricultura familiar e 4) articulação, mobilização e controle social. É nesse plano que se inserem algumas ações concebidas para articular um conjunto amplo de políticas públicas.

Nesse contexto, emerge o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006, atrelado ao Programa Fome Zero. Em vigência a Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. O PAA tem como princípio fomentar a agricultura familiar por meio da produção de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2012).

No PAA dá-se atenção e estímulo à produção local, buscando diminuir a distância dos agricultores e dos consumidores, ou seja, configura-se como um programa que procura reduzir as distâncias entre a produção e o consumo, estimulando a economia local.

Ressalta-se que esse é o primeiro programa de compras públicas destinado exclusivamente à agricultura familiar, fomentando a diversificação produtiva dos alimentos dentro de suas modalidades instituídas, e em especial, a produção de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Cabe evidenciar que não se tem um único conceito acerca da agricultura familiar, havendo múltiplas interpretações; no entanto, o entendimento de diferentes autores (Abramovay, 1992; Lamarche, 1998; Hespanhol, 2000; Ormond, 2002; Grisa, 2012; Grisa e Schneider, 2015) é de que a agricultura familiar converge em categorias de análise que dotam a unidade produtiva (terra) como meio de produção, atividade laboral (trabalho) atrelado ao grupo familiar.

No caso deste trabalho, adota-se a proposta de Lamarche (1998), conceituando-a como uma unidade produtiva na qual a família, ao mesmo tempo em que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares. Em termos gerais, é uma noção que designa o inter-relacionamento entre trabalho, terra e família numa unidade de produção.

Essa concepção foi corroborada no Brasil por meio da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

E dentro da produção da agricultura familiar, tem-se um diferencial: a produção orgânica em detrimento da convencional. A agricultura orgânica possibilita a oferta de produtos saudáveis, livre do uso de agrotóxicos, com a preservação do meio ambiente, a conservação do solo, água e ar e, ainda, o aumento da diversidade da produção, com a

regionalização da produção em comércio locais e, conseqüentemente, gerando alternativa de renda aos agricultores familiares (DAROLT, 2012).

Nessa perspectiva, essa concepção pode ser expressa como a “sustentabilidade do campo”, ou do fortalecimento da agricultura sustentável, aliada ao consumo consciente, que rechaça a artificialização da produção convencional. A agricultura orgânica ocupa e deve ampliar espaço no importante cenário, integrando a preservação ambiental, social e econômica do país.

Nesse sentido, afirma-se a relevância deste estudo diante do reconhecimento dos agricultores familiares, em especial as suas condições de produção agrofamiliar orgânica, na dinâmica da sustentabilidade do espaço rural. Nessas circunstâncias, o intuito é buscar sinalizar o desempenho/desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao âmbito rural, em especial o PAA, partindo dos questionamentos: Qual o papel do PAA agroecológico no fortalecimento da agricultura familiar? Essa política pública atende às demandas das famílias agricultoras no que se refere a ser um mecanismo para sustentabilidade no campo?

Assim, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral avaliar a eficácia do PAA agroecológico, investigando o seu impacto no fortalecimento da agricultura familiar a partir da averiguação dos motivos da adesão, permanência e/ou desistência dos agricultores familiares no PAA agroecológico, verificando se o mesmo pode desencadear um avanço no desenvolvimento rural e na sustentabilidade da agricultura familiar.

Como objetivos específicos, esta pesquisa busca avaliar o PAA agroecológico: na ótica dos agricultores familiares que estão inseridos no programa desde o início; na ótica dos agricultores familiares que não participam atualmente do programa, mas já participaram, analisando sua eficácia na formação da renda da agricultura familiar e ainda; avaliar o PAA agroecológico na perspectiva de seus entraves e avanços que se podem auferir com tal política.

Nesse escopo, como uma das finalidades do PAA é gerar renda para os agricultores familiares por meio da comercialização de seus produtos, esta pesquisa busca avaliar a eficácia do PAA, investigando o seu impacto no fortalecimento da agricultura familiar. Para isso, far-se-á um estudo de caso, investigando a Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, no município de Ponta Grossa – PR, que possui produção estritamente orgânica, certificada pelo IBD – Instituto Biodinâmico¹. Essa associação é composta por dezessete (17) agricultores familiares, distribuídos em sete (07) propriedades

¹ É uma organização que desenvolve atividades de certificação de produtos orgânicos e biodinâmicos. Fonte: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/certificadora-ibd/>

rurais, dentre as quais, quatorze (14) participaram do PAA agroecológico no ano de 2015 (finalizado em setembro de 2016).

A escolha dessa Associação partiu em decorrência de ser a única, em Ponta Grossa, inserida no PAA agroecológico no ano de 2010 a 2015, com produção estritamente orgânica, enquadrando-se somente no PAA-agroecológico (conforme se pode observar no item 4.1). Ressalta-se que outras associações e cooperativas do município também participaram do PAA nesse período, porém na modalidade convencional ou mista (convencional e agroecológica).

Os resultados alcançados na realização da pesquisa são apresentados em cinco capítulos. O primeiro introduz a temática da pesquisa e delineia os procedimentos metodológicos utilizados. O segundo capítulo, intitulado Política Pública, definições, abordagens e avaliações, versa sobre os conceitos da política pública, o ciclo de políticas públicas e, ainda, a compreensão recente da política pública na abordagem cognitiva, adotada nesta pesquisa. Em seguida tem-se como desdobramento a política pública para a agricultura familiar, sua construção histórica no Brasil e seu desenvolvimento, culminando na criação do Programa de Aquisição de Alimentos.

O terceiro capítulo, denominado Agricultura familiar no Brasil, contextualiza a agricultura familiar, abordando algumas conceituações sobre o tema, inferindo acerca da agricultura familiar no Brasil e sua relevância e construção histórica, trazendo ainda a agricultura familiar orgânica, seu surgimento, bases teóricas e a sua dinâmica na sustentabilidade da terra, da produção como contracorrente à produção agrícola convencional.

O quarto capítulo, intitulado Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na ótica dos agricultores familiares de Conchas Velhas – foi estruturado no enfoque da avaliação do PAA do agroecológico: estudo de caso da Associação Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas. Sob a percepção dos agricultores familiares, é demonstrado se o PAA agroecológico, enquanto uma política pública, corrobora o fortalecimento da agricultura familiar. E por último, a conclusão objetiva mensurar os resultados desta pesquisa, pontuando as opiniões e recomendações desta pesquisadora.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO, ABORDAGENS E AVALIAÇÕES

A política pública, na concepção de Rodrigues (2015, p. 13), é entendida “como um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos”. Nessa concepção, entende-se que a política é o espaço em que diversos grupos que compõem a sociedade (interesses, valores, concepções distintas e divergentes) se interagem numa arena coletiva de tomada decisória, representada pelo Estado.

Di Giovanni (2009, p.05) mensura que a política pública vai além da intervenção do Estado na atenção de um problema público, destacando que a “política pública contemporânea de exercício de poder nas sociedades democráticas é resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade”. Afirmar ainda que dessa interação é que resulta a definição de situações problemáticas em que deve incidir a intervenção estatal.

Apreciando que a política pública possui uma multiplicidade de definições e abordagens diferentes, é passível que esteja envolta por indivíduos, instituições, interações e ideologias que impactam na economia e na sociedade, pela ação inter-relacional do Estado (governo), política, economia e sociedade. (SOUZA, 2006)

Considerando que governos produzem políticas públicas (*policy-making*), então ela seria composta por três fatores: atores envolvidos, as instituições e as ideias. No caso dos atores políticos (*policy actors*), são incumbidos de determinar a matéria e o processo da política pública, “por meio de suas interações, que estão imbuídas de significado [...] quando apoiam ou se opõem as opções políticas” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 91). Podemos evidenciar como atores políticos os políticos eleitos do executivo e do legislativo; o público, que atua como eleitor; a burocracia; os partidos políticos; os grupos de interesse e de pressão; a comunicação de massa (mídia); os *experts* e os consultores acadêmicos e o sistema internacional.

As instituições públicas decorrem de como são organizadas internamente (leis, decretos, resoluções) em relação umas às outras (em relação a regras, normas e procedimentos) e se compreendem como estruturas reais do Estado e da sociedade.

Howlett; Ramesh; Perl (2013) destacam que a grande maioria das sociedades modernas estão organizadas a partir de duas meta-instituições, sendo elas: o capitalismo²

² Refere-se tanto a uma economia ou sistema de produção e troca orientado pelo mercado quanto a uma sociedade em que o controle sobre a propriedade seja requerida para a produção (capital) esteja concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maior parte do restante vende seu tempo de trabalho num sistema de salários. Isso dá a base a um traço crítico do capitalismo: a necessidade de as

e a democracia³, ressaltando que essas duas estruturas ajustam e regulam as estruturas responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas.

As ideias são refletidas pelos atores nas instituições por eles representadas. Sendo assim, esses atores acabam por exercer um papel preponderante no sentido de influenciar o processo político e, ainda, sofrem continuidade pelas escolhas políticas adotadas anteriormente.

Pode-se compreender a política pública como um sistema (subsistema) político administrativo que possui atores, instituições e ideias vinculados a sua área de atuação e que estes constituem um sistema político e econômico mais amplo. Compreende política pública como “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcança-los” (JENKINS, 1978 apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6).

Nessa arena coletiva, o papel das instituições é visto como instrumento de efetivação dos interesses coletivos, para efetivação dos direitos dos cidadãos.

Para Secchi (2015, p. 02), a política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse entendimento, atrelamos ao pensamento que a sociedade disposta pelos limites territoriais, que, contraditória em seus interesses e permeada por um processo de desigualdade social, é tensionada por problemas de ordem pública – responsabilidade do Estado assume a perspectiva de criar ações ao enfrentamento das problemáticas de ordem social e econômica.

a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública”. (SECCHI, 2015, p. 4, grifos do autor).

Se pontuar a política pública em detrimento do problema público, incide-se na compreensão do processo de desenvolvimento de tal política e/ou rumo a serem tomados para cumprimento dos objetivos. Nesse sentido, Secchi (2015) demonstra o ciclo de políticas públicas, evidenciando as fases de cada processo (Figura 1).

empresas produzirem lucro ou acumularem capital [...] tentam influenciar os governos de forma direta, além de o fazerem de forma indireta por meio de afiliações a várias associações empresariais. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 61).

³ Como um plano de organização política, um sistema de tomada de decisão política, que envolve a estruturação do controle do Estado no dia-dia por meio de instituições representativas, cujos titulares são eleitos periodicamente. E confere ao cidadão o direito de escolher quem eles querem que os represente no poder. (BALEY, 1988, p. 1 apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 64)



FIGURA 1- Ciclo de políticas públicas

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Secchi (2015, p. 43)

O esqueleto de análise segue o processo de formação das políticas públicas, desde formação da agenda até a sua avaliação, contando que essa construção está longe de ser cartesiana, especialmente por considerar interesses distintos, envolvimento de diversos atores, inúmeras instituições, além das relações de poder e a dinamicidade do contexto vivido. Considerando também, “que não há um ponto de início e um ponto de finalização de uma política pública, e que o processo de política pública é incerto, e as fronteiras entre as fases não são nítidas.” (SECCHI, 2015, p. 44).

Ainda utilizando os subsídios propostos por Secchi (2015), que se referem ao processo das políticas públicas, contextualizam-se as seguintes etapas:

- Identificação dos problemas: é a compreensão entre o que é e aquilo que se imagina como ideal. É a percepção das demandas e que estas devem ser tomadas como problemas públicos, para ação e intervenção das políticas públicas por meio dos atores públicos, que constituem suas ações a partir de suas prioridades, conhecida como agenda;
- Formação de agenda: é o conjunto de problemas considerados como importantes, que dão forma à intervenção pública;
- Formulação de alternativas: ao dar entrada na agenda, o problema público deve ser trabalhado a partir da construção de mecanismos de intervenção para sua solução. É o momento em que se apresentam as relações de poder e conflitos e, ainda, quando são estabelecidos os objetivos e se almejam os resultados;

- Tomada de decisão: etapa que resulta na elaboração da política pública e sucessivamente na formulação de suas alternativas para solução. Representa o momento em que se põem em cheque os interesses dos atores políticos;
- Implementação da política pública: fase de conversão, da intenção para a ação, em que se observa a execução da política pública, como caminho possível das intervenções políticas;
- Avaliação da política pública: entendido como processo de análise sobre a validade das propostas executadas pelas políticas públicas, quando se vislumbra o sucesso, falhas, cumprimento dos objetivos e necessidade de adequações. Existem vários modelos de avaliação, em especial a avaliação *ex ante* (antes da implementação), *ex post* (após a implementação) e *in itinere* (durante processo de implementação).

O problema público só passará pela agenda se foi incorporado às prioridades do governo e, assim, tomado como alvo na implementação de políticas públicas. Ou melhor, conforme Silva (2008) destaca, o ciclo de políticas públicas dá ênfase à definição de agenda (das quais alguns elementos são incorporados e outros ignorados) e focaliza os atores envolvidos nos processos decisórios de implementação da política pública. A autora ainda destaca que as políticas públicas podem ser sintetizadas em alguns princípios a se considerar:

- a política pública distingue as pretensões que o governo quer desenvolver e o que de fato desenvolve;
- os atores envolvidos, sendo eles formais e informais, exercem um papel fundamental ao pensar e desenvolver a política pública;
- a política pública não se restringe a regramentos e leis, sendo ela abrangente;
- a política pública possui objetivos a serem atingidos (destaca sua existência e necessidade).

No início deste tópico sobre a política pública, foi mencionado que não existe consenso em sua definição, a partir de suas amarras teóricas. Nessa premissa, sinalizamos uma nova abordagem (contexto brasileiro) de compreensão da política pública, sendo ela a chamada abordagem cognitiva.

Essa corrente de estudos surge nos anos 1990 e passa “a dar maior ênfase ao papel das ideias, das crenças, das representações sociais e da aprendizagem nas políticas públicas” (GRISA, 2011, p. 93). E concebe a política pública como consequência das interações sociais que fomentam a produção de ideias, valores e representações dos atores

envolvidos (sejam eles públicos e privados) e como estes capturam os problemas públicos e criam alternativas para responder a esta demanda.

Ao destacar essa abordagem nas políticas públicas, diferenciando-se das demais, ganha evidência o papel exercido pelos atores políticos e o “peso” das instituições, a partir de seus interesses, as estratégias adotadas em função do exponencial que pode vir a ser gerado na resolução dos problemas públicos.

Essa corrente é bem debatida na França, Estados Unidos e Inglaterra. Aqui no Brasil são poucos os estudiosos que se debruçam sobre essa temática, com destaque para os trabalhos de Grisa (2011, 2012 e 2015). Neles, salienta que “as políticas públicas devem ser analisadas como processos pelos quais são elaboradas representações que uma sociedade se faz para compreender e agir sobre o real” (GRISA, 2011, p. 93).

Essas representações se decompõem em referencial global e referencial setorial, referindo-se aos valores gerais de uma sociedade, bem como aos valores e às representações relativas a um determinado setor/segmento, respectivamente. E nesse viés analítico, a abordagem cognitiva, conforme Grisa (2011, p. 95), é de “verificar como as políticas públicas são construídas e transformadas a partir desta relação global/ setorial e o papel dos intermediadores neste processo”. Trata-se do entendimento que a sociedade possui em detrimento de sua relação com o mundo num determinado contexto, e é em torno dessa representação geral que serão hierarquizadas as diferentes representações setoriais.

Ainda, entende-se o papel dos atores portadores das ideias⁴, a partir de três perspectivas: fórum de produção de ideias, fórum de comunidades políticas e arena. No caso do primeiro, é o lugar onde as ideias são produzidas; o segundo é o espaço de institucionalização dessas ideias, transformadas em políticas públicas, e o terceiro é o espaço de negociação de normas, onde são debatidas as controvérsias e expostas, como campo de mediação.

A elaboração de uma política pública abrange a construção da representação da realidade. E é por meio dessa imagem que os atores públicos interpretam o problema público, pautando possíveis soluções e definindo sua estratégia de intervenção. Isso posto, pode-se considerar que a construção de uma política pública requer sensibilidade política ao instituir e legitimar os interesses e as demandas, ao portar os objetivos para sua solução.

⁴ Designando um conjunto de representações, de grades de análise e de esquemas de interpretação diversos que fazem sentido por sua encarnação nas comunidades de atores específicos. Fouilleux, 2000, p. 278

No caso específico da agricultura brasileira, as políticas públicas foram construídas a partir das perspectivas de um segmento, o latifúndio, e só com o agravamento da questão agrária e concomitante ao crescimento dos movimentos sociais e sua pressão é que resultaram atendimento de suas demandas pelo viés de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, conforme abordado nos tópicos seguintes.

2.1 POLÍTICA PÚBLICA PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao tratar de política pública, é necessário considerar como o Estado age frente aos problemas públicos, no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas, as quais contemporaneamente são assinaladas pela Carta Constitucional de 1988⁵.

Colocam-se em pauta as questões inerentes ao processo da agricultura no Brasil, a qual é entendida em sua dicotomia, tendo, de um lado, o atual agronegócio e seu papel estratégico na agenda da política externa brasileira, consolidado pelo projeto neoliberal e, de outro, a agricultura familiar, que se consolida como projeto alternativo de desenvolvimento rural, colocando-se no centro de discussões sobre as políticas públicas para o campo, e ressignificando a produção e o abastecimento do mercado interno do país.

Schneider (2003) destaca que a afirmação da agricultura familiar no contexto social político está diretamente vinculada à legitimação do Estado com esta categoria, da qual emergiam ações diretas e específicas que vinculassem ao atendimento de suas demandas. A política pública para a agricultura familiar nasce a partir das demandas colocadas pelos movimentos sociais, os quais pontuaram, ao longo de décadas, a necessidade de o Estado investir em políticas diferenciadas, tais como políticas de apoio institucional, menores juros, entre outras.

Para Moreira e Bruno (2010, p. 9), o sentido do rural e da política são traduzidos como:

A palavra rural, usada como substantivo ou adjetivo, significa múltiplas dimensões pelas quais as relações e processos cidade-campo na atualidade de nossas vivências mundializadas ganham sentidos e significações nos espaços rurais. As políticas sociais, culturais e econômicas ressignificam a política, e com ela o discurso político, ressignificando o rural como lugar da polis, da cidade e da cidadania e, em seu sentido amplo, da política.

⁵ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a Lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/constituicao>

É necessário compreender a incorporação de políticas públicas para agricultura familiar na perspectiva de mecanismo para sua efetividade e fortalecimento, considerando como polo de produção de produtos para o consumo, bem como pensar na valorização de suas características. Para Moreira e Bruno (2010, p. 47), “uma característica fundamental do rural é sua diversidade: de ecossistemas, populações, culturas, sistemas produtivos, forma de organização social e política, etc. E a diversidade não é apenas distintiva do rural, mas é seu patrimônio”. Tendo como objeto desta pesquisa a política pública para a agricultura familiar e em especial o Programa de Aquisição de Alimentos o PAA, faz-se pertinente contextualizar (de forma breve) o processo histórico de construção dessa política no Brasil, onde emergem, nesse cenário, as dicotomias do desenvolvimento rural e a atuação tenaz dos atores envolvidos.

2.1.1 Política Pública para a Agricultura Brasileira: Evolução histórica

Grisa e Schneider (2015) pontuam a existência de três gerações de políticas públicas para a agricultura brasileira, em períodos e contextos distintos: o 1º pautado pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário, o 2º focado em políticas sociais e assistenciais e o 3º marcado pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

Nesse quadro tão amplo, a primeira, destaca-se após os anos 1950, período no qual o Brasil busca adequar-se à estratégia nacional-desenvolvimentista, cujos objetivos visavam a alcançar as economias desenvolvidas, investindo na infraestrutura estatal e no setor industrial. No entanto, havia a necessidade de abastecimento alimentar atrelado aos interesses da modernização tecnológica da agricultura – proposta pelas elites agrárias – para o desenvolvimento econômico do país. Enfatiza-se que essa elite foi historicamente privilegiada no contexto das políticas públicas brasileiras.

Sob outra perspectiva, esse momento configurou o surgimento da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1963, a qual reivindicou, juntamente com outros movimentos sociais, comunidade acadêmica e políticos, a reforma agrária a partir da promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964). Esse Estatuto visava à regulamentação dos direitos e deveres referentes aos bens e imóveis rurais, focando no estímulo à política agrícola.

O Estatuto foi aprovado logo após o Golpe Militar de 1964, travando uma dicotomia entre os interesses do governo e da elite rural frente aos dispositivos que postulavam a equanimidade e justiça social (IPEA, 2010).

O ajuste entre o setor da agricultura (“referencial setorial”) e a industrialização da economia do País (“referencial global”) passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. Por cerca de 20 anos, este foi o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 24)

Nessas circunstâncias, essas ações continuaram a beneficiar os grandes agricultores, vinculados aos setores agroindustriais de exportação, de modo que os representantes do segmento da agricultura familiar não obtiveram espaço para discutir e construir uma política pública que atendesse as suas necessidades. Grisa Schneider (2015, p. 20) destaca que, historicamente, a agricultura familiar esteve à margem das ações do Estado, devido à opção do próprio Estado em direcionar suas ações para o desenvolvimento do país em políticas agrícolas para os grandes agricultores.

Em 1979 – período mais rígido da Ditadura Militar – a CONTAG, no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, aumentou o seu rigor, defendendo a reforma agrária, as políticas públicas distintas e a legislação trabalhista. (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No início dos anos oitenta, ela se inseriu como uma das maiores forças políticas no cenário brasileiro, “possuindo cerca de 6 milhões de trabalhadores filiados, organizados em 21 federações e 2.346 sindicatos.” (IPEA, 2010, p. 365). Esse crescimento repercutiu na formulação de políticas sociais, com a criação da Previdência Rural e dos direitos trabalhistas, estratégias do governo com o objetivo de atenuar as tensões diante desse segmento.

Marca também a criação de novos movimentos sociais: em 1983, criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT); em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); em 1988, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR); em 1991, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Salienta-se que esses atores sociais demarcaram as demandas da agricultura familiar frente ao Estado para a criação de políticas públicas adequadas.

Todas as articulações e mobilizações desses movimentos constituíram estratégias propositivas, adentrando nas arenas públicas, propondo e disputando a construção das políticas para esse segmento rural (IPEA, 2010). Algumas dessas demandas foram

incorporadas pela Carta Magna de 1988. Ressalta-se que a CONTAG contribuiu para incorporar temas como a reforma agrária e a Previdência Social Rural⁶, prevendo a elaboração de leis agrícolas (Lei no 8.213, promulgada em 1991) que reconheceram a diversidade de agricultores no cenário brasileiro, evidenciando a necessidade de políticas públicas que atendessem a suas especificidades.

Schneider (2003) menciona que nos anos de 1990 a agricultura familiar “ressurge” no cenário brasileiro em decorrência de dois fatores que impactaram o contexto político e social. O primeiro, no campo político, foi a efervescência dos movimentos sociais, liderados pelo sindicalismo da CONTAG, e, em 1990, a realização do “Grito pela Terra⁷”. Na sequência, o segundo, no campo social e político, foi a legitimação por via do Estado, quando em 1996 criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cuja finalidade era a promoção de crédito agrícola e apoio institucional aos agricultores familiares.

Nesse escopo, Grisa e Schneider (2015) destacam a agricultura familiar como protagonista, afetada pelas mudanças que ocorrem nos anos de 1990, passando a ser uma categoria social reconhecida pelo Estado. Assim, o Brasil passa a promover políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, rearticulando ministérios, envolvendo setores produtivos e movimentos sociais, incorporando a territorialização em prol de sua consolidação.

Nesse contexto, o PRONAF, como primeira política pública de crédito rural, iniciou um conjunto de medidas com o propósito de fortalecer e garantir a produção dos agricultores familiares. No caso da política de assentamentos da reforma agrária, Grisa e Schneider (2015) mencionam que, entre os anos de 1995 a 1997, o número de famílias assentadas foi de 92.984. Na sequência, tem-se a criação do Seguro da Agricultura Familiar – SEAF em 2004, Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar – PGPAF em 2006 e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, permeando a construção de um legado de políticas públicas. Nesse processo de desenvolvimento de agendas públicas para a agricultura familiar, desencadeia-se a articulação de várias políticas e programas sociais.

⁶ Com a inserção dos trabalhadores rurais no regime geral da previdência com uniformidade e equivalência entre benefícios rurais e urbanos. MIELITZ (2011, p. 234).

⁷ Realizado anualmente, constitui um instrumento importante de pressão e negociação de pautas previamente construídas pelo movimento sindical. A ação, além de reivindicatória, possui caráter formativo, haja vista que milhares de trabalhadores e dirigentes sindicais participam dela, aprofundando seu entendimento e consciência sobre os problemas enfrentados pela categoria. IPEA (2000, p. 366).

Esses fatos que marcaram a primeira geração de políticas públicas para agricultura familiar foram resultado da forte atuação dos movimentos sociais no processo de articulação com o Estado, sem deixar de lado a intensa crítica em relação às políticas neoliberais.

A segunda geração amplia o potencial da agricultura familiar, que passa a ser vista positivamente em decorrência da capacidade de produção de alimentos e geração de empregos. Ou seja, a partir de 1997, um novo rol de ações sociais e assistenciais se inseriram nas para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Dentro dessa ótica, emergiu a discussão sobre a questão do fortalecimento da agricultura familiar sob os moldes de reivindicação dos movimentos sociais, da soberania alimentar e do combate à fome. Nesse viés, a agricultura familiar apresenta-se como um conceito que emerge para demarcar um conjunto de medidas que vinham se denominando, até então, de pequena produção mercantil ou pequena produção familiar, substituído pelo reconhecimento de uma categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas. (CRUZ, 2012).

O advento deste instrumento de política pública pode ser visto como uma via de desenvolvimento rural singular, a qual, em sua essência, não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. Ações neste sentido, podem contribuir para que os agricultores familiares enfrentem os desafios do mundo contemporâneo, à medida que oportunizam a inserção no mercado e a geração de trabalho e renda junto aos beneficiários. (BECHER, ANJOS, BEZERRA, 2010, p. 5)

Portanto, há uma agenda de questões que carecem de discussões consistentes e aprofundadas. Peixoto e Oliveira (2015) estabelecem uma configuração na qual a política agrícola interferiu na conjuntura a curto prazo dos agricultores, afetando o contexto do mercado agropecuário, influenciando nas questões de preço, mercado, comercialização e crédito. As políticas públicas voltadas a esse contexto focaram nas pesquisas tecnológicas, na extensão rural e nos recursos para infraestrutura. Já a política agrária travou seu objetivo na intervenção junto à propriedade e na posse da terra, balizada pelo desenvolvimento rural sustentável. Assim sendo, suas políticas acabaram se destinando aos segmentos mais empobrecidos e não abarcaram o contexto da modernização do processo produtivo.

Essas políticas surgiram no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Programa Comunidade Solidária⁸, com vistas a avançar na parceria Estado-sociedade e contemplar ações relacionadas com a questão alimentar, a miséria, pobreza e inequidade. Essas ações prosseguiram na gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva, com o Programa Fome Zero. Desse modo, a política voltada para a agricultura familiar aproximou-se das políticas sociais.

Nesse contexto, outras ações assinalaram a criação de novas linhas de crédito para o PRONAF, com o intuito de criar infraestrutura e serviços municipais para municípios mais pauperizados. Em 1997, houve a criação do “*pronaquinho*” para agricultores familiares em situação de vulnerabilidade econômica e, de 1998 a 2000, a inserção desses agricultores em programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás), que, a partir de 2003, foram incorporados no programa único: o Programa Bolsa Família (PBF).

Em 2002, criou-se o Programa Garantia Safra com o intuito de garantir renda aos agricultores localizados na região Nordeste do país, norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do estado do Espírito Santo, agricultores que tiveram perdas de safra seja pela chuva excessiva ou pela seca. (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Em 2003, foi criado o Programa Fome Zero, que possibilitou dar um impulso via políticas públicas sociais para o combate à pobreza rural (ressaltando que não era o único objetivo) e, em 2003/2004, o Plano de Safra da Agricultura Familiar.

Em 2008, deu-se a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que, atuando na perspectiva de territórios, buscava a articulação de um conjunto de políticas públicas em territórios com maior fragilidade econômica.

Esse período é marcado por uma dicotomia sobre o papel desempenhado pelo Estado. De um lado, o segmento da agricultura familiar, os gestores públicos e estudiosos que reivindicavam a plena atuação das políticas sociais para a área rural, em especial a agricultura familiar; no outro extremo, o segmento representado pelo agronegócio reivindicava outras políticas, especialmente para que o financiamento público priorizasse segmentos mais abastados. (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

⁸ A proposta do Programa era conferir “selo de prioridade” a 16 programas governamentais em seis áreas de atuação: redução da mortalidade na infância, alimentação, apoio ao ensino fundamental e pré-escolar, habitação e saneamento, geração de ocupação e renda e qualificação profissional, e fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, COMUNIDADE SOLIDARIA, 1998)

Grisa (2011) menciona que o delineamento de políticas sociais com enfoque em ações de cunho social e assistencial tem sido indicado por analistas e mesmo por gestores públicos como responsável pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural. E essa fase denota a segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

Já a terceira geração de políticas públicas, mais recente, surge a partir de 2002 e é marcada “em um novo referencial para agricultura familiar, orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e para a sustentabilidade.” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 37). São decorrentes das eleições presidenciais, sob mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, “representando uma nova aliança de interesses e agrupamentos políticos, com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais localizados mais à esquerda do espectro político” (MIELITZ, 2011, p. 239).

Mielitz (2011) destaca que o governo, na tentativa de manter a governabilidade, pois mantinha a minoria no Congresso Nacional, fez com que se adotassem medidas de conciliação e não promoveu a ruptura radical com ações do governo anterior. Tais mudanças não ocorreram apenas em prol da estabilidade econômica, da baixa inflação, da confiança no capital nacional e internacional, que resultaram em medidas macroeconômicas para sua legitimação. A política pública também se voltou para o rural.

Viu-se a distinção e/ou a dualidade de dois ministérios: o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tinha por objetivo o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo objetivo era o combate à pobreza rural, a segurança alimentar, a geração de renda, a agregação de valor e a sustentabilidade.

Nesse cenário, Grisa e Schneider (2011, p. 37) destacam:

Atores até então marginais nas arenas públicas tornaram-se dominantes (caso de políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores) e abriram oportunidades para a institucionalização de “novas” ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (e também, em grande medida, vinculados ao campo agroecológico).

Por via desses atores⁹ a construção de políticas públicas para agricultura familiar torna-se escopo para orientação de um novo referencial, que tinha por base a constituição

⁹ Que propuseram a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) (não implementada) em 1991; a mobilização “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), e a respectiva “Campanha Nacional de Combate à Fome” em 1993; e ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) estabelecido em 1993. GRISA; SCNEIDER (2011, p. 37).

de mercados para a segurança alimentar. Essa referência foi importante, visto que colocou o tema “fome” em pauta.

A partir desse destaque, o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar – foi reativado e criou-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), resultando na implantação do Programa Fome Zero (PFZ). Este último partiu do propósito de um conjunto de políticas estruturais que atentassem para o direito humano à alimentação, que buscassem a melhoria da renda das famílias, o aumento da oferta de alimentos básicos para alimentar a população demandatária, excluída até o momento, devido à insuficiência de poder aquisitivo, da possibilidade de obter alimentos via mercado. Essas alterações configuraram grande mudança para a agricultura familiar, passando a ter prioridade a produção de alimentos destinada a essa parcela empobrecida da sociedade.

Em termos mais específicos, o PFZ tinha como objetivo estimular a potencialidade do mercado institucional (hospitais, presídios, alimentação escolar, cestas básicas) por meio de canais de comercialização que acabariam por induzir ao fortalecimento da agricultura familiar, visto que a parcela da população em situação de insegurança alimentar seria atendida. Além do mais, traria benefícios à economia dos municípios em razão da geração de renda aos agricultores familiares, bem como maior estímulo à produção de alimentos e criação de mercados locais. Enfim, foram essas ideias que culminaram na criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, encerrando a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

A partir dessa contextualização histórica da política pública para a agricultura familiar, retoma-se a atenção para a análise da abordagem cognitiva proposta por Grisa (2011), expressa na Figura 2.

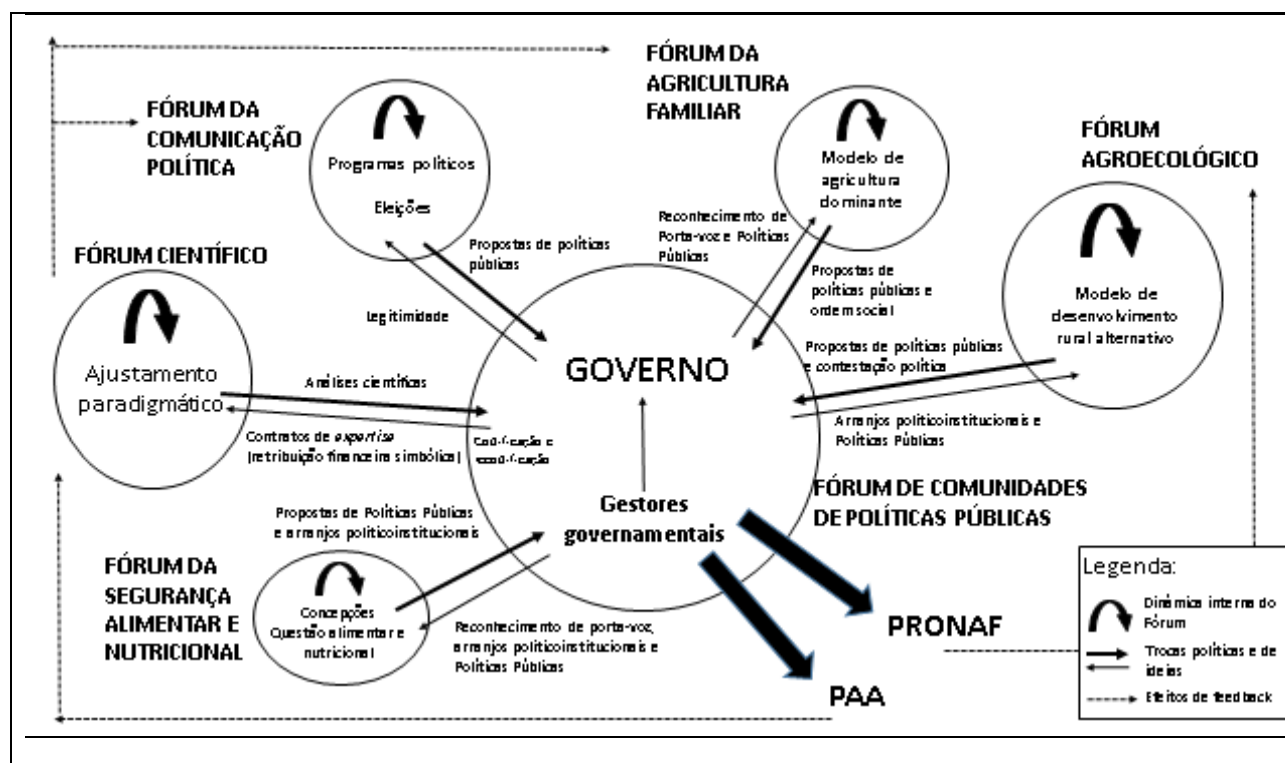


FIGURA 2 - Fluxos de ideias e de trocas políticas entre fóruns na construção das políticas públicas para a agricultura familiar.

Fonte: construído pela autora a partir de Grisa (2012, p.59)

Por meio dessa análise, vislumbra-se o papel dos atores portadores das ideias, com as seguintes perspectivas: fórum de produção de ideias e fórum de comunidades políticas. Todas necessárias para a construção e legitimação das políticas públicas para agricultura familiar, ressaltando que o espaço das ideias foi incisivo na correlação de forças dos segmentos envolvidos na temática. A política pública para a agricultura familiar não foi despendida apenas como uma forma de intervenção do Estado às demandas que se faziam emergentes, inferindo que nesse processo histórico, desde os anos 1960, ínfimas iniciativas foram tomadas.

Em outras palavras, somente a partir dos anos de 1990 foram criadas políticas públicas específicas à agricultura familiar em decorrência da forte atuação dos movimentos sociais, que articuladamente travaram uma luta pelo reconhecimento da agricultura familiar, considerando o contexto social e econômico do país. E nos anos recentes, uma terceira linha de políticas voltadas à segurança alimentar e à sustentabilidade surge no contexto nacional, com destaque para o PAA, o qual será detalhado na sequência.

2.1.1.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

No ano de 2003, foi instituído o Programa Fome Zero (PFZ), representando um grande marco por meio do qual se aglutinou um conjunto de programas de caráter imediato e de natureza estrutural, implementados por meio de instrumentos de políticas públicas.

As condições sobre a formulação do PAA surgiram, dentro do contexto das discussões do Programa Fome Zero (PFZ), apresentando-se como um projeto de criação de iniciativas públicas articuladas de combate à fome e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O PFZ tinha como proposta atuar articuladamente em quatro eixos centrais: 1) acesso à alimentação; 2) geração de renda; 3) fortalecimento da agricultura familiar e; 4) articulação, mobilização e controle social. É nesse último plano que se inscrevem algumas ações concebidas para articular um conjunto amplo de políticas públicas. De um lado, as políticas de transferência direta de renda (bolsa-escola, bolsa-família, entre outros), distribuição de alimentos, merenda escolar, e outros. De outra parte, constaram ações voltadas à reordenação fundiária, apoio à instalação de jovens agricultores, acesso a políticas públicas de fomento à produção da agricultura familiar, entre outras. E é exatamente nesse contexto que emerge o Programa de Aquisição de Alimentos, objeto desta análise.

O PAA foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006, atrelado ao Programa Fome Zero. Atualmente encontra-se em vigência a Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012.

Importante destacar a Lei Federal nº 10.696 de 2003, que instituiu o programa, em seu último artigo 19º:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. § 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar. § 2º **O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. § 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e da Educação, para a operacionalização do Programa

de que trata o caput deste artigo. § 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras. (grifo nosso)

O Programa pretende fomentar a agricultura familiar por meio da produção de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O PAA é “operacionalizado” pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com estados e municípios, com verbas destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de 2016, com o *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o vice Michel Temer assumiu a presidência da república e reorganizou os dois ministérios em um só: o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA.

Em discussão referente ao modelo operacionalizado do PAA à agricultura familiar, surgem questões importantes a serem consideradas. Conforme Vinha e Schiavenatto (2015), o PAA sinaliza para uma mudança importante na política nacional de desenvolvimento rural brasileira: concede espaço político a sujeitos que não estão ligados aos interesses comandados pelo latifúndio e agronegócio, e atribui um papel importante para a institucionalização das demandas da agricultura camponesa e da soberania alimentar. Essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e apontando a existência de um outro modelo de desenvolvimento para o campo, baseado na agricultura familiar.

No PAA, os alimentos são produzidos no local/territorial e consumidos, preferencialmente, ali mesmo. Procura-se reduzir as distâncias entre produção e consumo, estimulando a economia local. Desde o início do Programa, tem havido esforços do governo federal e das iniciativas locais de aproximar os agricultores familiares dos consumidores, de modo a qualificar os arranjos institucionais colocados em ação e a gerar compromisso e compreensão entre todos os atores envolvidos.

É o primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecidos para os grupos A, B, C e D. Preferencialmente, devem estar organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores. Incluem-se aqui outras categorias: assentados da reforma

agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas.

Nesses termos, trata-se de uma política pública cujo objetivo é o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar, influenciando diretamente na permanência do agricultor no campo. O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos, bem como força e união entre os pequenos produtores via associativismo ou cooperativismo, necessários para a comercialização dos produtos. Essa conjuntura pode contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar.

Dentre seus objetivos, destacam-se a geração de renda e a sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, o acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional (CONAB, 2009).

Conforme Peixoto e Oliveira (2015, p. 79),

dentre as finalidades do PAA está o incentivo à agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda, além de proporcionar o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, com o fortalecimento de circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Ademais, essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e sinalizando que existe outro modelo de desenvolvimento para o campo, baseado na agricultura familiar.

O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos (os produtos são adquiridos por órgãos do Governo Federal por preços de mercado sem a necessidade de licitação), necessários para a comercialização dos produtos. Isso pode contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar. No Quadro 1, apresentam-se as modalidades do PAA.

(continua)

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		

QUADRO 1 – Modalidades do PAA - 2016

(conclusão)

Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	Órgão Proponente	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
Aquisição de sementes	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 16 mil	MDS/MDA	Visa à compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.

QUADRO 1 – Modalidades do PAA - 2016

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (2016)

Em 2012, foi instituída mais uma modalidade ao PAA que amplia as possibilidades de mercado. Trata-se da Compra Institucional, que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação.

Vale ressaltar que o limite para cada modalidade, por família, foi estabelecido pelo último Decreto n. 8.293/2014, conforme:

- Doação Simultânea (DS): R\$ 8 mil/DAP (Declaração aptidão ao Pronaf)/ano para quem participa de projetos coletivos (associações e cooperativas). Nas vendas ao PAA, realizadas individualmente, o limite é de 6,5 mil reais/DAP/ano;
- Compra Direta (CD): R\$ 8 mil/DAP/ano;
- Formação de Estoque (FE): R\$ 8 mil/DAP/ano;

- PAA-Leite: R\$ 4 mil/DAP/semestre; caso tenha produção própria, poderá chegar a R\$ 8 mil/DAP/ano;
- PAA Sementes (SEM) – nova modalidade instituída por este Decreto (Artº 17) – o teto é de R\$ 16 mil/DAP/ano.

Nesses termos, este novo Decreto do PAA autorizou que a mesma família possa comercializar (por ano) até R\$ 40 mil, bastando acessar simultaneamente todas as modalidades de aquisição (DS+CD+Leite+SEM). Assim sendo, essa iniciativa fomenta governos estaduais a criarem suas próprias estratégias de compras públicas e estimula as organizações da agricultura familiar a constituírem novos mercados.

Os resultados do PAA já demonstram essa dinamização das economias locais e regionais e esses resultados podem ser ampliados se o PAA for entendido como uma política pública de incentivo financeiro à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, ampliando a renda da unidade familiar.

Como se pode ver, o PAA surge no circuito de políticas públicas para estímulo à agricultura familiar, na criação de canal de comercialização, promoção do desenvolvimento local, na descentralização político-administrativa para sua operacionalização, com preços justos e garantindo renda aos agricultores familiares.

Tratar o PAA como política agrícola é imprescindível, seja pelo seu papel na dinamização da economia de integração espacial rural/urbano, seja pela sua capacidade de estímulo à produção familiar, criando condições de subsidiar o entendimento sobre a importância dessa política ao impactar milhares de famílias em todo território nacional, bem como pela sua relevância no contexto da segurança alimentar.

Se analisarmos a magnitude do PAA, sendo executado concomitantemente por dois ministérios, o MDS e o MDA, em dez anos (2003-2013) foram investidos quase R\$ 3 bilhões na aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos, envolvendo uma média de 160 mil agricultores familiares por ano, em mais de 2.300 municípios (CONAB, 2016).

Na safra 2012-2013, o montante do crédito rural aplicado pelo Estado na agricultura brasileira foi de R\$ 137,5 bilhões, dos quais R\$ 22,3 bilhões detinaram-se para a agricultura familiar, ou seja, 16,21% do total. Para o PAA foi remetido R\$ 1,2 bilhão, valor que deveria ser investido em três modalidades: CPR-Estoque, Compra com doação simultânea e Compra Direta. O volume de recursos realmente aplicado foi de R\$ 586.567.131, ou seja, 48% do valor previsto (CONAB, 2016).

No Gráfico 1, é possível verificar a evolução do PAA desde o seu lançamento, em

2003, até 2015. Percebe-se que a adesão dos agricultores familiares vai se ampliando com a compreensão da sistemática do programa. O auge de investimentos no PAA se dá em 2012, com mais de R\$ 586 milhões.



GRÁFICO 1– Evolução dos investimentos no PAA – Brasil - 2003 a 2015 (milhões de R\$)
Fonte: Conab (2016)

Portanto, da forma que o PAA foi institucionalizado, acaba desempenhando duas atribuições específicas: a de Política Agrícola (sob a ótica do abastecimento) e de Política de Assistência Alimentar (sob a ótica da SAN), ambas colocadas sob a responsabilidade, respectiva, do MDS, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (braço operativo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ou ainda, compreendê-lo como uma política interministerial, para a qual se convergem ações específicas para atendimentos distintos: agricultura familiar e segurança alimentar.

Analisando por região (Tabela 1), evidencia-se a importância desse programa especialmente nas regiões em que mais se concentra a agricultura familiar. Nesse sentido, visualizando todo o investimento feito entre 2003 e 2013, o Sul foi o mais beneficiado, seguido do Nordeste, regiões que concentravam 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar em 2006 (IBGE, 2006). No ano de 2013, reforça-se a queda das inversões do PAA, executando apenas R\$ 224 milhões, valor que representou 38% dos investimentos feitos no PAA em 2012.

TABELA 1 - Evolução dos recursos do PAA– Regiões brasileiras – 2003 a 2013 (R\$)

ANO	REGIÕES					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.964
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	11.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
TOTAL	183.819.325	900.293.916	241.488.017	647.716.360	1.035.971.026	3.009.288.644

Fonte: Adaptada de DIPAI/SUPAF/GECAF. Conab (2014).

Em termos de agricultores atingidos pelo PAA, no gráfico 2, tem-se essa evolução, reforçando o auge do Programa em 2012, com uma queda drástica a partir de tal período. Nesses dez anos iniciais do PAA, participaram 882 mil famílias de agricultores, em que, com exceção de alguns anos, ficou registrado um aumento significativo em todas as regiões, cumprindo o objetivo do programa: atender ao maior número de agricultores familiares, proporcionando condições para criação de mercados, diversificação da produção, geração de renda, entre outros. Essa distribuição regional pode ser observada na Tabela 2 e na Figura 3, evidenciando novamente a importância do programa para as regiões Sul e Nordeste do Brasil.

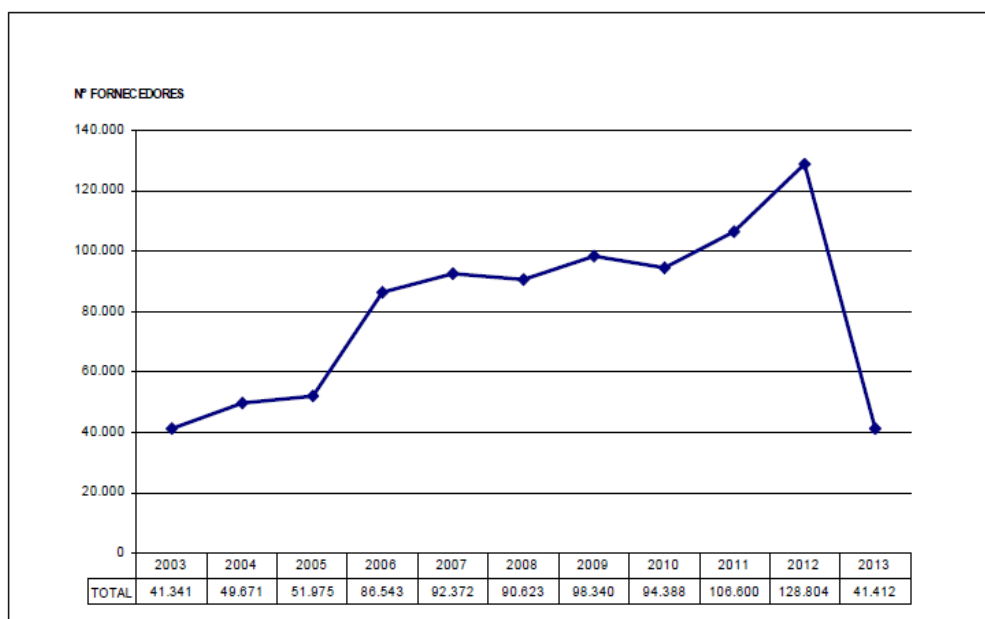


GRÁFICO 2 - Número de famílias de agricultores participante do PAA – Brasil - 2003 a 2013.

Fonte e Elaboração: DIPAI/SUPAF/GECAF. Conab (2014)

TABELA 2– Número de famílias de agricultores participantes do PAA – regiões brasileiras – 2003 a 2013.

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	5.887	19.030	6.022	3.100	7.302	41.341
2004	1.608	20.439	13.757	3.685	10.182	49.671
2005	2.656	16.315	8.544	6.091	18.369	51.975
2006	4.450	22.366	8.620	13.520	37.587	86.543
2007	2.881	22.334	9.036	18.608	39.513	92.372
2008	3.154	27.135	5.130	25.161	30.043	90.623
2009	3.855	29.064	5.386	22.041	37.994	98.340
2010	5.630	32.146	7.270	20.899	28.453	94.388
2011	7.480	38.595	7.175	26.935	26.415	106.600
2012	9.558	37.194	8.089	32.001	41.962	128.804
2013	4.629	13.509	4.319	11.435	7.520	41.412
TOTAL	51.788	278.127	83.348	183.466	285.340	882.069

Fonte e Elaboração: Adaptada de DIPAI/SUPAF/GECAF. Conab (2014)

Na Figura 3 (a), são apresentados os municípios brasileiros que participaram do PAA nas modalidades operadas pela Conab (PAA-CONAB), entre os anos de 2012 e 2015. Ao todo, 1.552 municípios participaram do PAA, comercializando em pelo menos um dos anos selecionados, apresentando uma distribuição que contempla todas as regiões brasileiras. Na Figura 3(b), tem-se a taxa de crescimento dos valores do PAA-CONAB entre 2012 e 2015. Observa-se que a grande maioria dos municípios ou permaneceram com os mesmos montantes ou diminuíram seus valores quando considerado 2015 versus 2012, com êxito apenas para 329 municípios que elevaram sua participação (6% dos municípios brasileiros). Esse cenário é decorrente da própria tendência que o PAA apresentou, com redução paulatina de seus montantes a partir de 2013.

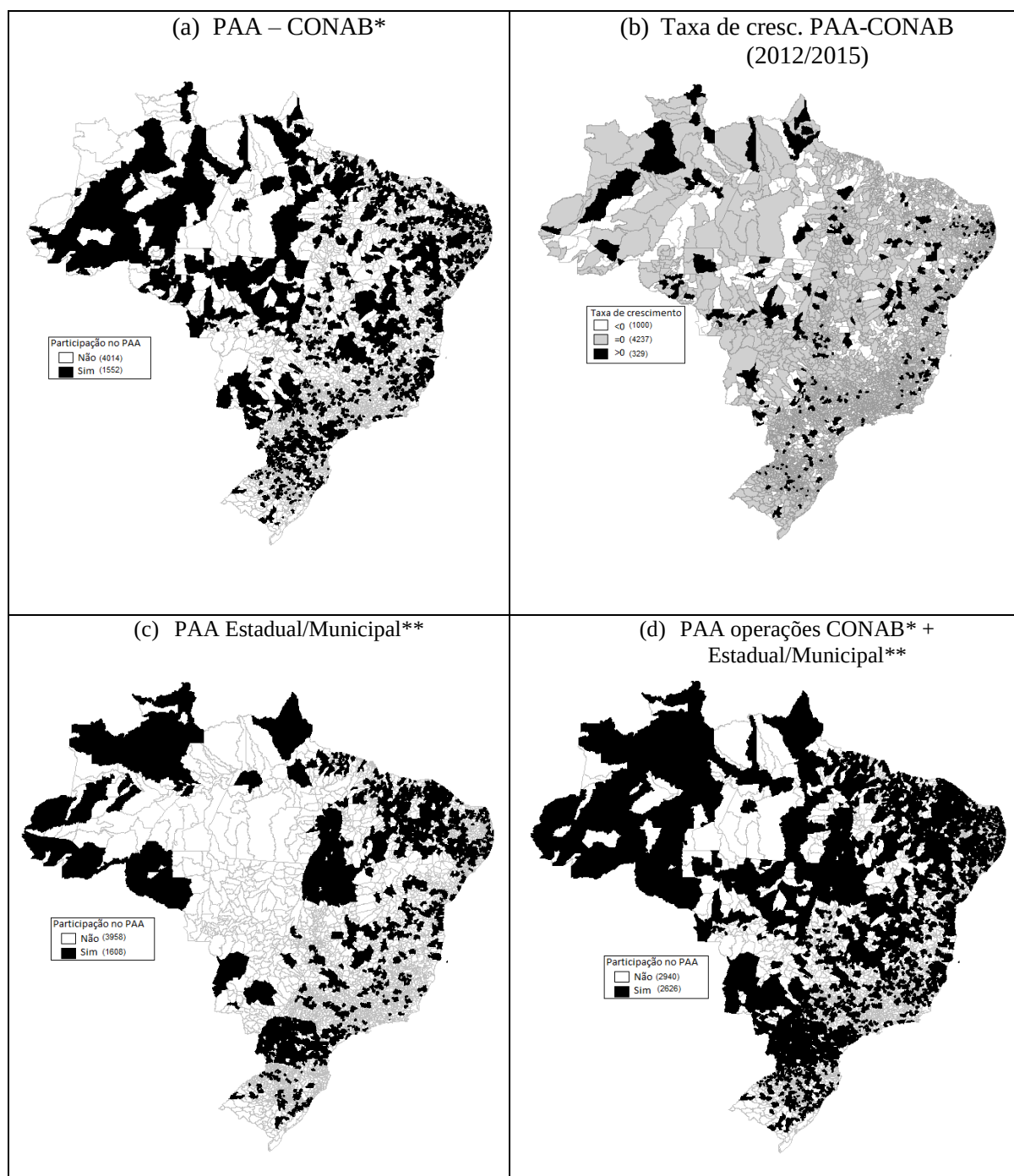


FIGURA 3 - Municípios que participaram do PAA entre 2012 e 2015 e taxa de crescimento dos recursos da modalidade operada pela Conab– Municípios do Brasil

Fonte: Conab e PAA DATA, com dados organizados pela pesquisadora

Nota: (*) Em negrito estão os municípios que receberam algum valor do programa entre 2012 a 2015, não necessariamente recebendo durante todos os anos. (**) em negrito estão os municípios que receberam algum valor do programa entre 2012 a 2014, não abrangendo 2015 pela indisponibilidade dos dados.

Em relação à região Sul, no período de 2003 a 2013, participaram 285.340, sendo a região brasileira com maior número de agricultores familiares inseridos no PAA. Ressalva deve ser dada para os investimentos do ano de 2013, o qual afetou diretamente no número

de famílias atendidas no programa, de maneira que em 2013 foram atendidas apenas 32 % do total de famílias atendidas em 2012.

O PAA incentiva a produção orgânica e agroecológica. Vale ressaltar que não existe diferenciação entre elas, ou seja, agroecológico ou orgânico recebem a mesma distinção (sinônimos) em contraponto ao produto convencional. Enfim, o PAA na modalidade agroecológica destina-se a produtos advindos do sistema de produção orgânica e de produção agroecológica, conforme a certificação pleiteada.

Assim sendo, o PAA possibilita a compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, tanto originários da produção convencional como também da produção orgânica e/ou agroecológica. Cabe ao agricultor (individual ou em organização) definir a maneira por meio da qual seu produto será pactuado para produção e comercialização junto ao programa no ato de formalizar o projeto junto ao PAAnet¹⁰, a partir dos cumprimento das exigências do PAA.

No caso dos agricultores que produzem dentro dos preceitos orgânicos e agroecológicos, sem a certificação necessária para comprovação, entregam seus produtos como se fossem decorrentes da produção convencional, recebendo de acordo com a tabela de preço adotada em conformidade com os valores da produção convencional.

A Resolução nº 12, de 21 de maio de 2004, dispõe, no Art. 2º, parágrafo único:

No caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos ser informadas em separado das convencionais, para análise e avaliação deste Grupo Gestor.

Os produtos cultivados no sistema orgânico e/ou agroecológico são precificados pelo PAA com acréscimo de 30% em relação aos produtos advindos da produção convencional. A tabela de preço praticada pode ser díspar em todo o território nacional, visto que se leva em consideração a necessidade de realizar no mínimo três pesquisas no mercado local ou regional, tendo como base preços de referência, que levam em conta o contexto da região e da agricultura familiar naquele território. Essa é uma inovação utilizada para romper a lógica de que grupos distintos, regiões distintas do território nacional sejam submetidos às mesmas exigências no processo de comercialização.

No ano de 2012, o Decreto nº 7.775, publicado em 04 de julho, infere que o PAA possui a seguinte finalidade, conforme Art. 2º, inciso VIII: “promover e valorizar a

¹⁰ É um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos, assim como auxiliar no controle de entregas do produto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional". (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva, no dizer de Khatounian (2001, p. 48), "alimento moderno não tem mais identidade, se internacionalizou [...] não pertence a lugar nenhum, não tem sabor, enche o estômago, mas não alimenta a alma no contexto dos aromas, história, de vínculo com o meio ambiente. Enche o estômago, mas a alma percebe o seu vazio".

Em termos mais específicos, justamente pelo fato de estimular a produção e o consumo de produtos regionais é que culmina no resgate e na preservação dos hábitos, costumes e culturas que, ao longo do tempo, foram esquecidas pelas políticas públicas.

muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido. Frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos de alimentos adquiridos pelo PAA. (GRISA *et al*, 2011b)

Desse modo, essa diversificação da produção estimula a abertura de novos canais de comercialização. O PAA acaba se caracterizando também como um programa que alavanca a inserção em outros programas e rotas de comercialização e “tem incitado igualmente o fortalecimento ou a criação de novos mercados, revelando o potencial do programa na geração de efeitos sinérgicos” (GRISA *et al*, 2011 b, p. 38).

Relevante considerar ainda que a garantia de comercialização aos agricultores familiares significa seu fortalecimento, gera sua autonomia e rompe a dependência de atravessadores, da qual não dependem mais para o escoamento da produção.

O PAA agroecológico tem muito a contribuir para o desenvolvimento e o aumento da produção sustentável, valorizando a compra de produtos orgânicos e agroecológicos, a sociobiodiversidade, além de possibilitar o fornecimento de alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar.

2.1.1.1.1 Evidências Empíricas do Efeito do PAA sobre o Fortalecimento da Agricultura Familiar

No ano 2016, o PAA completou treze anos de operacionalização, já com considerável literatura com intuito de realizar avaliações de impacto e de resultado. Dentre os elementos investigados, tem-se o efeito no estímulo para a permanência dos agricultores familiares no campo, o aumento da sua renda familiar, a criação do canal de comercialização, e ainda, buscam observar seus impactos na segurança alimentar e

nutricional da população beneficiária, seu financiamento, abrangência territorial, e articulação intersetorial.

Cabe sinalizar o campo de inovações que o PAA traz para a política pública, o que o fez repercutir no cenário internacional, conforme Grisa e Porto (2015, p. 156):

Para além do cenário nacional, o Programa passou a despertar a atenção também de agências multilaterais internacionais e de outros países. A criação do PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) em 2010, envolvendo cinco países da África Subsariana, e iniciativas de construção de programa similares na América Latina são emblemáticas da importância internacional adquirida pelo Programa.

Algumas das evidências empíricas acerca dos resultados do PAA são apresentadas no Quadro 2, evidenciando sua importância no desenvolvimento rural brasileiro.

(continua)

Autor (res)	Variável (eis) – fortalecimento da AF	Metodologia usada	Resultado
Bezerra e Schneider (2012, p.39)	Crise do modelo produtivista (modelo de produção e consumo de alimentos de ampla comercialização e produzidos em larga escala)	Análise tese doutoral	Abriu espaço para a discussão de proposições de desenvolvimento local e sustentabilidade que envolve o estabelecimento de formas de organização que facilitem a intensificação e colaboração entre consumo e produção e, desse modo, o Estado assume a função (re)definir por meio de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos modelos diferenciados de abastecimento alimentar.
Becker, Anjos, Bezerra (2010, p.16)	Manutenção das famílias na zona rural	Estudo de caso com 60 agricultores familiares de 03 assentamentos do estado do Rio Grande do Sul	O programa trouxe novas perspectivas para as suas atividades e permanência das famílias no meio rural. Na sua tentativa de conjugar três importantes etapas, quais sejam, a produção, a comercialização e o consumo, contemplando especificamente diversos grupos sociais que, em boa medida, encontravam-se à margem dos processos produtivos ou que por determinadas circunstâncias, estavam submetidos a uma condição de reduzidas perspectivas no que concerne à sua reprodução social enquanto agricultores familiares.
Matos e Noia (2014, p. 17)	Manutenção das famílias na zona rural	Método descritivo junto aos atores envolvidos no programa no município de Itabuna - BA	O Programa permitiu a fixação dos agricultores no campo por meio do incremento de sua renda, melhorando a qualidade de vida e o incentivo para diversificar a produção.

QUADRO 2 - Resumo das evidências empíricas – efeito do PAA no fortalecimento da agricultura familiar (AF)

(continuação)

Hespanhol (2009, p. 14)	Diversificação produtiva	Pesquisa empírica com entrevistas a presidentes de associações e agricultores familiares de Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis - SP	Os agricultores pesquisados demonstraram interesse em ampliar a área cultivada com gêneros alimentícios e/ou diversificar ainda mais os cultivos realizados em pequenas áreas.
Hespanhol (2009, p. 15)	Aumento da renda familiar	Idem	O PAA tem se mostrado uma alternativa aos produtores familiares, sobretudo para aqueles mais descapitalizados.
Pereira e Lourenzani (2014, p. 236)	Aumento da renda familiar	Pesquisa descritiva, com questionário semiestruturado a 25 agricultores familiares de Tupã – SP	84% do total dos entrevistados, afirmaram percepção do aumento após participação no PAA. Destes que responderam afirmativamente, 38% acusaram um aumento de até 20% na renda, 24% acusaram um aumento entre 21% e 40% e 5% acusaram aumento entre 61% e 80%.
Hespanhol (2009, p. 15)	Valorização hábitos alimentares	Pesquisa empírica com entrevistas a presidentes de associações e agricultores familiares de Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis	Ao considerar as particularidades locais/regionais, valoriza os hábitos alimentares diferenciados da população brasileira, estimulando a produção de gêneros alimentícios.
Leal (2015, p.160)	Limitações devido à burocratização	Estudo de caso com 03 assentamentos do Pontal do Paranapanema – SP	Para acessar o Programa os camponeses têm que possuir a DAP e outros documentos. A posse da DAP está sendo uma das principais limitações de acesso ao PAA. Se o assentado não a possui, não consegue se cadastrar nas associações e, conseqüentemente, não pode participar do Programa. Um dos fatores que emperra a emissão da DAP é a renda, pois, para comprovarem, os assentados têm que apresentar notas e/ou comprovantes fiscais do que foi vendido no ano anterior. Isso é um problema, pois os camponeses não têm costume de emitir notas das suas operações de vendas.

QUADRO 2 - Resumo das evidências empíricas – efeito do PAA no fortalecimento da agricultura familiar (AF)

(conclusão)

Matos e Noia (2014, p. 17)	Redução da insegurança alimentar e melhoria da alimentação dos beneficiados	Método descritivo junto aos atores envolvidos no programa no município de Itabuna - BA	A distribuição dos alimentos nas entidades contempladas possibilita a redução da insegurança alimentar e nutricional para as pessoas em condições de vulneráveis [...] o impacto na melhoria da alimentação dos beneficiários, tanto em qualidade quanto em variedade, foi satisfatório no que diz respeito a uma alimentação mais saudável e com nutrientes necessários para compor o cardápio diário.
-------------------------------	---	--	---

QUADRO 2 - Resumo das evidências empíricas – efeito do PAA no fortalecimento da agricultura familiar (AF)

Fonte: Organizado pela pesquisadora (2017).

Nessa premissa, é inegável não considerar os avanços que o PAA trouxe ao contexto da política agrária no Brasil. É evidente que não se podem cessar os esforços para garantir ampliação do programa, que beneficia dois públicos alvos, ambos historicamente à mercê das políticas públicas: os agricultores familiares e os beneficiários – pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade socioeconômica.

O Quadro 2, que traz as evidências empíricas do PAA, representa um pequeno fragmento dentre a gama de estudos (artigos, dissertações e teses) que versam sobre o PAA, em decorrência do cenário que a agricultura familiar representa no Brasil, e também sobre a política pública voltada para esse segmento.

Torna-se relevante assinalar que o diferencial deste estudo está em abordar não o PAA, mas sim um fragmento do programa: o PAA agroecológico na perspectiva da produção orgânica. A partir de consultas junto ao portal de teses e dissertações da Capes¹¹ – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, do portal Scielo¹² - Scientific Electronic Library Online e da Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira¹³, foi verificada a produção de apenas três (03) artigos e um (01) livro que discorrem especificamente sobre o PAA agroecológico, a partir da pesquisa por base dos títulos. Os principais resultados e o foco desses trabalhos encontram-se no Quadro 3.

(continua)

Autor (res)	Variável (eis) – PAA agroecológico da AF	Metodologia usada	Resultado
-------------	--	-------------------	-----------

QUADRO 3 - Evidências empíricas do PAA agroecológico na produção orgânica

¹¹ Link acesso: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>

¹² Link acesso: <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>

¹³ Link acesso: <http://www.reformaagrariedade.org.br/biblioteca>

(conclusão)

Grisa <i>et al</i> (2011 b, p. 36)	Preservação meio ambiente	Pesquisa documental e bibliográfica	O PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pela utilização de sementes crioulas e pelo respeito à diversidade cultural e aos saberes locais.
Souza <i>et al</i> (2015, p. 11)	Aumento da renda, alimentação saudável, sustentabilidade e incentivo a AF.	Pesquisa quantitativa e explicativa, por base da pesquisa documental	O agricultor terá renda maior, tendo em vista que é possível receber até 30% a mais por esses produtos. Além disso, são produtos que proporcionam uma alimentação natural e saudável, gerando benefícios aos consumidores. Os ganhos provenientes da produção orgânica sustentam o tripé da sustentabilidade, constituindo-se em mais um ponto favorável para incentivo à produção agrícola familiar.
Neto <i>et al</i> (2010, p. 92)	Fortalecimento da agricultura familiar	Pesquisa bibliográfica	Trata-se de um fortalecimento da “agricultura sustentável” e da “alimentação saudável” com o consumo consciente que, aliadas, enfrentam a industrialização e o mundo globalizado cada vez mais “artificial”.
Galindo, Sambuichi, Oliveira (2014, p. 186)	Promoção de práticas sustentáveis para agricultura familiar	Pesquisa documental	O incentivo à produção orgânica na agricultura familiar cumpre o importante papel de promover uma transição para práticas agrícolas mais sustentáveis nesse segmento da agricultura, que representa grande maioria dos produtores rurais no Brasil
Galindo, Sambuichi, Oliveira (2014, p. 207)	Aperfeiçoamento dos registros do PAA pela Coanb	Pesquisa documental	Sugere-se que a sistematização e padronização dos registros de compra, tanto do PAA de uma forma geral quanto da identificação dos orgânicos, apesar dos avanços já observados, seja aprimorada, possibilitando um monitoramento e feedback mais efetivos e permitindo cruzamentos e análises entre as modalidades e executores de forma mais direta

QUADRO 3 - Evidências empíricas do PAA agroecológico na produção orgânica

Fonte: Organizado pela pesquisadora (2017).

Além de serem poucos os trabalhos que versam sobre o PAA agroecológico, nenhum mede a eficácia do mesmo com relação ao agricultor, não avaliam seus resultados frente aos objetivos do programa.

A parca produção científica que aborda o PAA agroecológico na perspectiva da produção orgânica significa a necessidade de ampliar esse escopo da pesquisa e balizar suas possíveis estratégias da agricultura familiar por meio do PAA, que notadamente traz inúmeros resultados positivos quanto à política pública para a agricultura familiar, conforme demonstrado em páginas anteriores neste trabalho. A agricultura familiar converge

atualmente num modelo que alia a sua produção agrícola pautada na sustentabilidade e na conservação do meio ambiente, o que resulta em alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos.

Afinal, esse manejo cria melhor resultado na precificação de seus produtos e amplia a comercialização, resultando no fortalecimento da agricultura familiar, na manutenção do homem no campo.

2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A priori, demonstrou-se a importância da política pública e, em especial, da política pública para a agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. No entanto, suscitam-se importantes questionamentos: como mensurar a importância de uma política pública? Quais os impactos gerados pelo PAA? Ou ainda, quais foram as transformações provocadas por essa política para os agricultores familiares?

Nessa linha de raciocínio, essas questões não são simples de serem verificadas, não são genéricas, apresentando-se como um processo amplo e complexo, que requer mecanismos de avaliação para fomentar subsídios adequados na busca de respostas.

Na concepção etimológica, avaliar significa conferir valor, apreciação, “trata-se de um julgamento valorativo, portanto, não é um ato neutro” (SILVA, 2008, p. 112).

Para Ala-Harja e Helgason (2000, p. 7),

Não há consenso para o que seja avaliação. O conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias. Isso se explica pela variedade de disciplinas (economia, formulação de políticas e procedimentos administrativos, estatística, sociologia, psicologia, etc.), instituições e executores, além de uma gama de questões, necessidades e clientes abrangidos no universo das avaliações.

Ou, ainda, definem avaliação em forma descomplicada, afirmando que “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos” (ALA-HARJA E HELGASON, 2000, p. 8).

Silva (2008) destaca que a avaliação de políticas públicas no Brasil foi demandada pelos movimentos sociais nos anos de 1980, resultante da requisição de políticas sociais universais, postuladas como direito à cidadania e advindas de críticas sobre a aplicação dos recursos públicos pelo governo, os quais deveriam ser destinadas à população mais necessitada. Outro fator mensurado refere-se às exigências de agências internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) pela reforma das políticas sociais atreladas à focalização e privatização; e, nesse caso, a avaliação de políticas públicas passa a ser considerada como requisito para financiamento dessas

agências financeiras. Dessa maneira, “passa-se a desenvolver a avaliação no sentido de aferir a eficiência na utilização dos recursos e dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos estão sendo alcançados” (SILVA, 2008, p. 108).

Januzzi (2016) menciona que, desde a Constituição Federal de 1988, tem-se aprimorado a capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas em decorrência da legitimação das próprias políticas e mecanismos reguladores e fiscalizadores da ação pública. A avaliação insere-se como mecanismo que integra esse processo, não sendo alvo apenas dos gestores públicos, mas de estudiosos vinculados à pesquisa na Ciência Política, Ciências Sociais, Economia, Administração Pública, os quais tomam diversos modelos, teorias e linhas de pesquisas para procederem a essas avaliações.

À medida que a formulação e a avaliação de políticas públicas entram no escopo para mensurar seus impactos na sociedade, ela é referendada por previsão legal dotada pela C.F. e demais legislações. Nesse contexto, “a avaliação passa a ser utilizada principalmente como mecanismo de controle social das políticas públicas pelo Estado” (SILVA, 2008, p. 109). Essa premissa se faz verdadeira devido ao fato que a Constituição Federal de 1988 prevê, no artigo 74, a avaliação da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União pelo sistema de controle interno de cada Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário).

No que diz respeito ao fato de que contemporaneamente a avaliação de políticas públicas tem-se tornando um elemento imprescindível ao se pensar nas políticas públicas, composta por um rol imenso de possibilidades, Silva (2008) mostra elementos pujantes sobre a viabilidade e a potencialidade da avaliação, demonstrados no Quadro 4.

(continua)

Questões básicas	Sustentação viável para a avaliação
Quando avaliar?	A avaliação pode ocorrer antes, durante e após da implementação de uma política.
Onde avaliar?	Pode ocorrer desde um <i>locus</i> geral, formal e nacional, a um <i>locus</i> específico, formal e local.
Para quem avaliar?	Numerosos demandatários. Pode direcionar-se aos executores ou financiadores, grupos de usuários, grupos sociopolíticos, legisladores, administradores, executivos locais e trabalhadores.
O que avaliar?	O conteúdo ou objeto da avaliação, ou seja, a indicação dos aspectos ou dimensões que devem orientar a avaliação, considerando critérios de relevância e exequibilidade.

QUADRO 4 – Elementos básicos para se pensar na avaliação

(conclusão)

Por que avaliar?	A questão central é saber por que produzir informações sobre políticas públicas. As motivações são de diferentes ordens: ordem moral: que se refere à exigência de probidade dos gestores na gestão e dos usuários na apropriação dos benefícios; ordem política: se refere à verificação dos propósitos da política em relação aos princípios de justiça, bem como na viabilidade de contribuírem para o controle social; ordem instrumental: que se relaciona com a geração de informações para monitoramento; ordem técnica: objetiva contribuir para clarificação do problema social que motivou a política, tendo em vista a construção de um referencial comum, para sistematização da prática em desenvolvimento, para correção, melhoria e avanço técnico, para identificação dos resultados e impactos; ordem econômica: tendo em vista a racionalização e melhor aplicação de recursos.
Para que avaliar?	Os objetivos da avaliação são de diferentes ordens, podendo visar definir limites de uma ação, identificar mudanças, potencialidades, problemas; organizar informações, subsidiar tomadas de decisão.
Quem avaliar?	Propõe-se a superação da dualidade entre avaliação interna e externa, devendo as avaliações serem desenvolvidas por pessoas do programa e por avaliadores externos, num trabalho conjunto, construído democraticamente e, sempre que possível, envolvendo os usuários do programa avaliado, os mais diretamente interessados nos resultados.
Como avaliar?	Trata-se da decisão sobre o tipo de avaliação, o método, os procedimentos e as técnicas a serem utilizados no contexto da avaliação, devendo-se considerar que existe uma imensa variedade de tipos de avaliação, dependendo do critério adotado, devendo ser considerados de modo articulado e a partir da potencialidade particular que apresentam.

QUADRO 4– Elementos básicos para se pensar na avaliação

Fonte: Silva (2008, p.115 a 118), cujo recorte foi produzido pela pesquisadora.

Ainda sobre esse assunto, a avaliação refere-se a um esforço em produzir conhecimento sobre a implementação e os resultados de uma determinada política, utilizando-se de aparatos metodológicos, com objetivo de mensurar o cumprimento de seus objetivos (eficácia), os impactos promovidos e a dimensão alcançada (efetividade) e os custos para intervenção (eficiência). (JANUZZI, 2016).

Partindo da sistematização produzida por Januzzi (2016), na qual aponta pesquisas de avaliação que mensurem a eficácia, a efetividade e a eficiência, busca-se o entendimento sobre os problemas sociais, o processo de desenvolvimento as ações previstas na implementação do programa. E, ainda, traçar elementos que subsidiem a análise dos resultados e efeitos do programa, conforme a Figura 4.

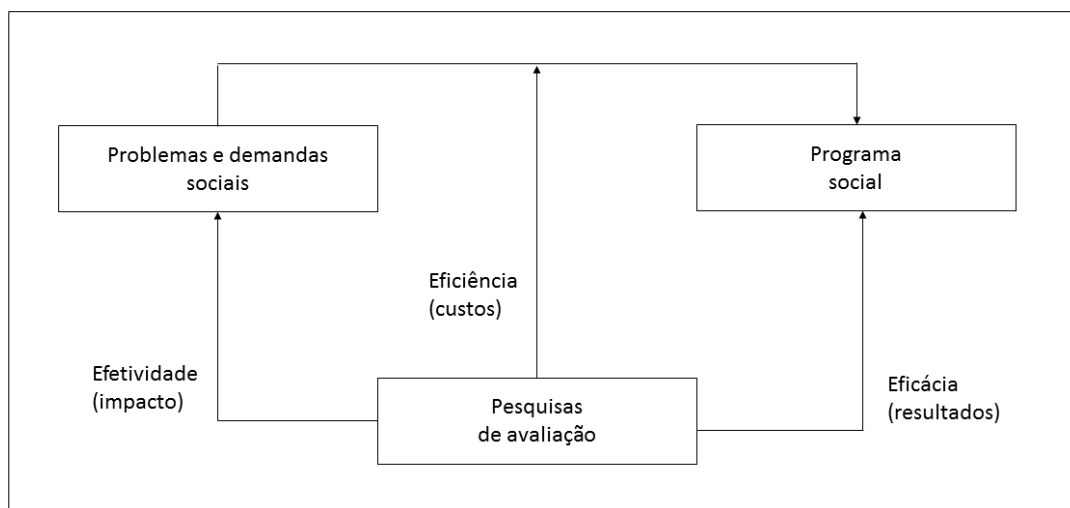


FIGURA 4 - Pesquisa de avaliação de Programas Sociais
Fonte: Januzzi (2016, p. 47)

Numa perspectiva mais abrangente, Secchi (2015) mensura os principais requisitos para a realização de uma avaliação: economicidade, referindo-se ao nível de utilização de recursos; produtividade, o nível do processo produtivo; eficiência, a relação entre economicidade e produtividade; eficácia, o cumprimento na execução do método preestabelecido; efetividade, referindo-se ao cumprimento do nível de alcance das metas ou objetivos; equidade, que trata da homogeneidade da distribuição dos benefícios ao público alvo da política pública.

De acordo com Silva (2008, p. 111), “na perspectiva da avaliação, as políticas públicas são decisões governamentais que geram impacto tangível e mensurável ou substantivo, alterando as condições de vida de um grupo ou população ou produzindo mudanças de atitudes, comportamentos e opiniões”. É nesse sentido que a avaliação tem sido utilizada para verificar o cumprimento de seus objetivos, seus impactos, utilizando os critérios de eficiência, eficácia e efetividade.

Em termos mais específicos, os elementos eficiência, eficácia e efetividade, citados por Januzzi (2016) e por Secchi (2015), podem ser melhor compreendidos nos argumentos de Draibe (1999) citado por Januzzi (2016, p. 48):

- eficiência: é um atributo relacionado ao custo que incorre na produção dos resultados do programa, é avaliada em termos comparativos com outras soluções desenhadas para a mesma problemática;
- eficácia: está relacionada ao cumprimento dos objetivos explicitados no programa, certamente, pressupõe uma análise da cobertura, grau de focalização do público-alvo alcançado;
- efetividade: diz respeito aos efeitos sociais mais abrangentes do programa, que envolve a investigação dos impactos proporcionados pelo programa.

Na avaliação de programas/políticas da esfera pública, existe uma gama de tipologias de avaliação, tendo uma literatura diversificada partindo de vários critérios, a fim de que melhor permita responder ao objeto de avaliação, por meio do método mais seguro. Silva (2001) e Januzzi (2015) registram uma categorização simples e básica acerca de quando pode ocorrer a avaliação. A primeira ocorre antes do início do programa, chamada de avaliação *ex ante*, tendo como objetivo caracterizar o público alvo, elaborar critérios, inserir informações sobre análise de custo/benefício e da pertinência sobre a implantação do programa. Enfim, busca verificar a pertinência e a viabilidade face à realidade.

A segunda categorização refere-se à avaliação *ex post*, que pode ser realizada durante ou após a execução do programa, buscando identificar elementos para subsidiar decisões a fim de propiciar uma análise comparativa sobre o alcance dos resultados. Tem-se, ainda, a avaliação de processos, destinada ao exame das rotinas operacionais do programa.

Silva (2001) descreve ainda a tipologia de avaliação conforme critério de tempo. Nesse caso, pode ser retrospectiva, quando se refere ao desempenho de um programa executado no passado; prospectiva, quando se tem a indicação de execução no futuro; formativa, quando a avaliação é realizada durante a execução do programa.

A avaliação de programas/políticas da esfera pública demanda o seguimento de rigor metodológico, visto que a diversidade, a natureza e a tipologia de avaliações são amplas. Outro fator relevante é as pesquisas de avaliação requerem a participação de agentes (atores) internos, externos e/ou mistos, utilizando técnicas quantitativas (dados primários e secundários) e/ou qualitativas (entrevistas, questionários, grupo focal, estudo de caso). (JANUZZI, 2016).

A definição de avaliação, adotada pela OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) citado por Silva (2002, p. 34) é:

Avaliação é uma estimativa das características e efeitos de uma política ou de um programa ou projeto, concluído ou em fase de execução, da sua concepção, implementação e resultados. Ela visa determinar a relevância e realização dos seus objetivos e sua eficiência, efetividade, impactos e sustentabilidade do ponto de vista do desenvolvimento. Uma avaliação deve suprir informações críveis e úteis e permitir a absorção dos resultados pelo processo decisório e pelos beneficiários das políticas e programas.

Nesse sentido, é possível considerar que avaliação de política pública é um processo de julgamento sobre a validação das ações públicas, que servem para superar debates simplistas e maniqueístas sobre a execução de uma política pública, que devem integrar o ciclo de políticas públicas, ou seja, é a chave de produção de *feedback*. (SECCHI, 2015).

Sobre a concepção da avaliação de políticas públicas, pode-se inferir que a avaliação é um mecanismo com objetivo de produzir evidências, de sistematizar dados e informações que possam contribuir para o aperfeiçoamento de programas e no alcance de seus objetivos.

E ainda, de acordo com o ponto de vista de Silva (2008), a avaliação de políticas públicas pode estabelecer o esforço deliberativo do governo para aferir os objetivos e desempenho das políticas públicas. E isso acaba impactando ainda em uma perspectiva de cidadania, a considerar como um elemento fundante para o exercício do controle social sobre as políticas públicas por parte da sociedade, como um instrumento de fortalecimento dos segmentos sociais, na garantia dos direitos sociais.

3. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar articula-se de diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Muito já foi falado sobre a agricultura familiar e agricultores familiares, porém se faz pertinente caracterizar esse segmento que compõe uma grande parcela da sociedade brasileira.

Na literatura são encontrados vários conceitos e definições que caracterizam o trabalhador rural. Termos como colono, camponês, pequeno agricultor e pequeno produtor são empregados buscando identificar a heterogeneidade existente nesse segmento da sociedade rural brasileira, que mais recentemente vem sendo chamado de agricultor ou produtor inserido na agricultura familiar.

Para Moreira e Bruno (2010, p. 49), existe um amplo espectro de grupos e segmentos sociais

que seriam enquadrados na categoria de trabalhadores rurais – que ocupam lugares diferentes na estrutura econômica e social do Brasil rural e possuem identidades muitas vezes diversas: agricultores familiares, camponeses, assentados, acampados, agregados, assalariados, parceiros, meeiros, posseiros, arrendatários, reassentados pelas obras de infraestrutura, agricultores atingidos por barragens, artesãos rurais, etc.

Dentre as diferentes concepções teóricas sobre o desenvolvimento do trabalho no campo, podemos pontuar a do RIMISP¹⁴ - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, vinculado ao Banco Mundial - e a outra pelo CLACSO¹⁵ – Centro Latino Americano de Ciencias Sociales, vinculado à Via Campesina. Ambos apresentam análises e concepções bem distintas, conforme pode ser observado no Quadro 5.

(continua)

	RIMISP	CLACSO
Paradigma	Capitalismo agrário	Questão agrária

QUADRO 5 – Concepções teóricas do capitalismo/questão agrária na ótica do RIMISP e CLACSO

¹⁴ Una red de articulación y generación de conocimiento para el desarrollo de los territorios latinoamericanos. Fonte: <<http://rimisp.org/sobre-rimisp/que-es-rimisp/>> Acessado em: 29/01/2017

¹⁵ El Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) es una institución internacional no gubernamental con status asociativo en la UNESCO, creada en 1967. Actualmente, reúne 587 centros de investigación y posgrado en el campo de las ciencias sociales y las humanidades en 46 países de América Latina, Estados Unidos, Canadá, Alemania, España, Francia y Portugal. Fonte: <<https://www.clacso.org.ar/>> Acesso em: 29/01/2017

(conclusão)

Concepções teóricas	Entende que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado.	Entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir.
Teóricos	Lênin (1899/1985) e (1918/1980), Kaustsky (1986), Lamarche (1993,1998), Abramovay (1992), Hespanhol (2000).	Shanin (1983), Chayanov (1974), Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004), Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001), Silveira (1990).

QUADRO 5 – Concepções teóricas do capitalismo/questão agrária na ótica do RIMISP e CLACSO

Fonte: Felício (2006), organizado pela autora.

Felício (2006) declara que os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos pelos dois paradigmas de forma distinta. Para o paradigma do capitalismo agrário, a diferença entre eles está em dois aspectos: a) o camponês é sinônimo de atraso, é resquício do feudalismo, da barbárie e, por isso, tende a desaparecer com o avanço do capitalismo, transformando-se em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é importante e necessário, pois, de alguma forma, ele faz parte do agronegócio.

O autor também menciona que, no paradigma da questão agrária, não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar como característica, num contexto em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Sucintamente, para Gasques, Filho, Navarro (2010), a expressão agricultura familiar possui duas origens distintas, contextualizadas neste período contemporâneo: uma de origem norte-americana entre os anos 1950 e 1980, e outra europeia, entre os anos 1950 e 1980. Tais expressões são evidenciadas pelos interesses dos cientistas sociais em contribuir academicamente no contexto empírico, que mais tarde vai se intitular como agricultura moderna nos Estados Unidos, Europa e demais países como Brasil, respectivamente.

Nos Estados Unidos, o enfoque sociológico é determinado pelo histórico da colonização, principalmente nas regiões de fronteira com o Canadá, onde os colonos se transformaram em agricultores familiares, articulando-se junto ao mercado e às atividades econômicas.

Já na Europa, a agricultura familiar possui uma longa bagagem histórica das populações camponesas, marcadas por inúmeras especificidades e facetas socioculturais.

Ainda nesse continente, especialmente em países como França e Inglaterra, havia disputas teóricas distintas, muitas com traços do marxismo e de leituras sobre desenvolvimento agrário. Ressalta-se que nos anos de 1990 a União Europeia influenciou na difusão da agricultura em decorrência de políticas para integração econômica e no avanço científico que marcou nuances do rechaçamento do marxismo pelos cientistas.

[..] difusão dos formatos tecnológicos sob tal denominação genérica, em quase todos os países com alguma agricultura comercial de maior relevância, acabou também enraizando uma perspectiva técnico-produtiva praticamente consensual sobre o significado da atividade econômica agricultura, hoje estruturalmente vinculados ao padrão moderno. GASQUES, FILHO, NAVARRO (2010, p. 190)

Sobre a adoção do termo agricultura familiar, nos anos de 1990 se desencadearam inúmeras pesquisas acadêmicas nas mais diversas áreas do conhecimento, dando evidências dos conceitos de agricultor familiar e camponês.

Schneider e Cassol (2013, p.13) declaram:

A questão sobre a existência da agricultura familiar é tema superado, que a própria dinâmica social dos últimos vinte anos se encarregou de estabelecer e legitimar. Não cabe aos cientistas sociais a revogação de categorias políticas ou normativas. Ao contrário, à boa ciência cabe interrogar-se sobre a natureza destas categorias, explicar sua existência, compreender seu sentido e desnudar o véu que encobre a forma aparente de seu modo de ser.

Essa distinção apresentada reforça o arcabouço teórico em que se coloca esta pesquisa, ao utilizar a terminologia agricultura familiar para demonstrar a construção social e política em que essa categoria foi colocada no cenário brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1990, quando surgem políticas públicas específicas a esse segmento.

Nesse sentido, Cruz (2012) indica que o conceito de agricultura familiar emerge a partir dos anos 1990 no Brasil, originário do processo de redemocratização, como espaço de reconhecimento de uma categoria social (trabalhadores rurais) na esfera das políticas públicas.

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é dado como recente, possuindo três fatores significativos: 1. Presença do movimento sindical após período da ditadura militar; 2º papel exercido pelo Estado nas políticas públicas, que reconheceram este setor, a partir da gênese do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e; 3º pela gama crescente de estudiosos que voltam seus interesses à agricultura familiar.

Lustosa (2012) menciona que o contexto datado a partir de 1990, que se debruça sobre o processo de desenvolvimento rural numa nova hierarquia institucional, não foi restrito à agricultura familiar, mas, sim, colocou o setor agrário brasileiro numa divisão

distinta: agricultura familiar x agricultura patronal. Uma das principais distinções decorre do tamanho da propriedade: o modelo patronal se caracteriza pelo grande porte da propriedade (tamanho da área, gestão do trabalho, com predominância do trabalho assalariado), além de incorporar o agronegócio, o uso de tecnologias avançadas e a supremacia da produção de monocultura.

Em contrapartida, os segmentos familiares, além da incorporação do trabalho familiar, caracterizam-se pelo contexto da pluriatividade, trabalho e gestão da propriedade interligados, baixo índice de trabalho assalariado e predominância de produção diversificada, com forte abertura à agroecologia e à produção orgânica voltada, sobretudo, para o abastecimento interno do país.

Mesmo considerando a diversidade e a heterogeneidade sobre a agricultura familiar no Brasil, Schneider e Cassol (2013, p.17) destacam a necessidade de demonstrar seu perfil e suas principais características. Inicialmente os autores argumentam que a agricultura familiar não pode ser comparada com o campesinato das décadas de 1960 e 1970, especialmente porque “Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época”. Ademais, nem se pode comparar ao “*family farmers*”¹⁶, os quais se caracterizam por sua alta tecnificação, inseridos no processo de produção de monoculturas.

Gasques, Filho, Navarro (2010, p. 192) ao se envidar na análise da agricultura familiar no Brasil, consideram que:

Agricultura familiar, como expressão da agenda nacional, adentrou o cenário político apenas na primeira metade dos anos 1990. Até então, este agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões, como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como era corriqueiro na década de 1970, agricultores de baixa renda. A atividade econômica destes produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre foi denominada de pequena produção. Camponeses foi palavra apenas ocasionalmente empregada em documentos de vulgarização, como jornais, e quase nunca pelos próprios produtores. Camponeses, contudo, foi palavra utilizada com relativa frequência na pesquisa social, em particular por parte de sociólogos inspirados na tradição marxista.

Nessa premissa, é importante sinalizar que a agricultura familiar não se refere simplesmente ao modo de produção, muito menos inserido numa lógica de unidade empresarial, que se reafirma simplesmente na busca e otimização dos lucros, mas é

¹⁶ Referência “*family farmers*” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo farmer”. Ver: Schneider e Cassol (2013), Felício (2006) e GASQUES, FILHO, NAVARRO (2010).

permeada pela lógica de reprodução e de exercício dos laços familiares e afetivos – lógica social, do cuidado e proteção de seus membros. Por isso, é necessária a incorporação desses valores na sua interpretação, as quais são condições básicas para sua permanência no campo, conforme Moreira e Bruno (2010, p. 15) argumentam:

torna-se também necessário reconhecer a especificidade da família da agricultura familiar em relação às outras famílias rurais e urbanas – seu acesso às políticas e aos bens públicos, como educação, moradia, meios de comunicação, saúde, enfim, à construção das condições de sua cidadania.

Na revisão conceitual de Lustosa (2012), a autora lança outro subsídio, ressaltando que a agricultura familiar corresponde às novas imposições do capitalismo, revalorizando os arranjos produtivos em que a unidade familiar se integra, atrelado à nova divisão social do trabalho.

Conforme os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando ainda, 12,3 milhões de pessoas (74,4%), enquanto que a agricultura não-familiar ocupa apenas 4,2 milhões (25,6%).

Ao mesmo tempo, esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009). Tais dados demonstram a desproporcionalidade quanto ao número de estabelecimentos agropecuários frente à área ocupada pelos mesmos, de maneira que, com uma menor área, os agricultores familiares precisam retirar o sustento (renda) para uma grande quantidade de pessoas.

Em relação à produção, a agricultura familiar é uma importante fornecedora de proteína animal: produzia, em 2006, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos. Situação semelhante ocorre em relação às lavouras. A agricultura familiar ocupa área menor com lavouras (17,7 milhões de *hectares*), mas era a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café; 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja (IBGE, 2006).

O próprio IBGE (2009) infere que, mesmo detendo menor área, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. No Brasil, dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 4,4 milhões (ou cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais do país) se enquadram na categoria da Agricultura Familiar (IBGE, 2009).

Nesse contexto, essa informação demonstra a importância da agricultura familiar, bem como a necessidade de política pública para esse segmento.

Na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Para efeito de classificação da agricultura familiar foi adotada a definição da Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, que em síntese define os agricultores familiares como sendo: em maior escala, um grupo responsável pelo estabelecimento agropecuário, em especial, relacionado à produção vegetal; em menor escala, um grupo que possui receita agrícola, porém está atrelada à pluriatividade, tendo outras fontes de rendas; e por fim, um pequeno grupo, com produção agrícola residual, destinada principalmente ao autoconsumo, e cuja propriedade rural seja apenas o espaço da residência.

Nesse sentido, é fundamental pensar a viabilidade e o fortalecimento da unidade de produção de forma global, isto é, no conjunto das necessidades e valores da vida da família e das pessoas e o sistema de produção, visando à garantia da qualidade de vida às populações rurais.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA

Nos últimos anos, a agricultura orgânica ganhou destaque no setor produtivo da agricultura, no setor acadêmico e em parte na sociedade, tendo como pauta a alimentação saudável. A busca se dá por uma agricultura sustentável, que não danifique o meio ambiente, e favoreça o manejo adequado do sistema produtivo agrícola, fomentando a viabilidade econômica; ademais, que não prejudique a saúde do homem, que desperte uma consciência sustentável da sociedade e que seja pensada como uma importante tática de produção de alimentos saudáveis, aos quais a plena adesão pode contribuir para a própria promoção da segurança alimentar.

A priori, levantaram-se alguns subsídios sobre a agricultura familiar no Brasil. No entanto, faz-se necessário abordar sua relação com a produção orgânica, tendo em vista que representam valores expressivos para o desenvolvimento e sustentabilidade dessa categoria. Presente no debate atual da sociedade, a produção orgânica entra em pauta pela crescente demanda de consumidores, que exigem produtos com qualidade e segurança dos alimentos, pautados por uma alimentação saudável.

A agricultura orgânica não é uma modalidade nova, seu surgimento remonta aos anos de 1920, como modalidade alternativa ao sistema tradicional de produção. E tem como base o desenvolvimento de quatro (04) vertentes: agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura organo-biológica e agricultura natural. Essas correntes foram esquematizadas por Darolt (2002), conforme Figura 5.

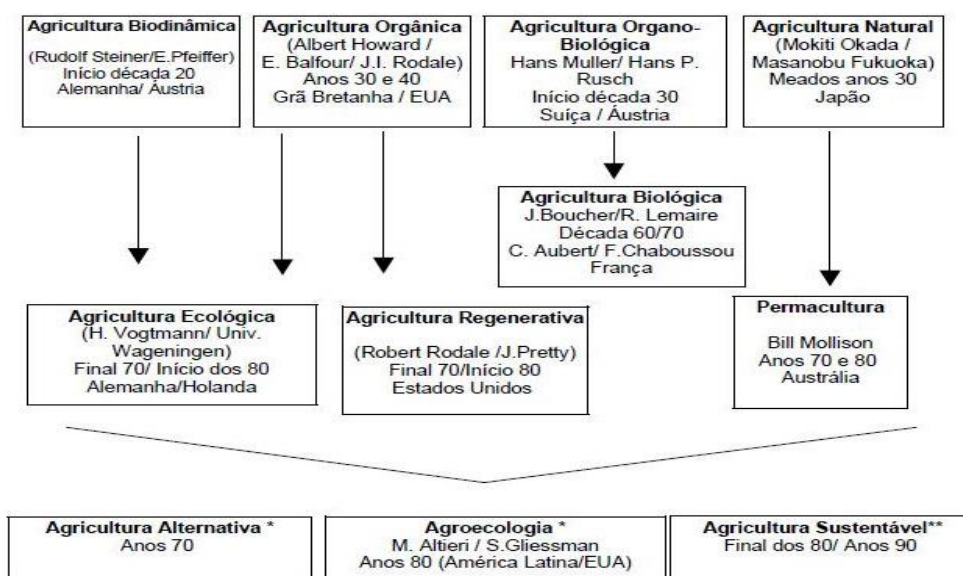


FIGURA 5 - Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores

Fonte: Darolt (2002, p.19.)

Nota: *Estes termos não constituem uma corrente ou uma filosofia bem definida de agricultura, apenas são úteis para reunir as correntes que se diferenciam da agricultura convencional. **

Termo bastante desgastado por sua falta de precisão e pela forma como vem sendo utilizada. A

maioria das definições procura associar o termo a alguns objetivos para atingir uma agricultura durável ao longo do tempo.

Cada movimento possui características distintas. No caso da agricultura orgânica, fundamenta-se na utilização de recursos naturais e não se liga a concepções de caráter filosófico-religioso. Além do mais, posiciona-se em contraste ao modelo tradicional, que refuta os quesitos de sustentabilidade, diversificação da produção, integração do meio ambiente, entre outros.

O quadro acima apresenta as principais correntes, ao longo dos anos, desencadeadas na agroecologia. Esta, segundo Altieri (2004), é uma ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade.

Cabe destacar que cada uma dessas correntes possui suas características e princípios. Em tela, a produção orgânica mantém-se fidedigna aos seus princípios, como um sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes, agrotóxicos e produtos reguladores de crescimento. Além do mais, tem como base o uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças, que presume a estrutura do solo, sem alterar suas propriedades por meio do uso de produtos químicos e sintéticos.

Darolt (2002) destaca as características de algumas correntes descritas abaixo e apresentadas no Quadro 6, evidenciando seus princípios básicos, com o intuito de delinear a forma de construção de cada uma.

- Agricultura Biodinâmica: em 1924, na Alemanha, o filósofo austríaco Dr. Rudolf Steiner e, mais tarde com a colaboração de E.E. Pfeiffer, apresentou uma visão alternativa de agricultura baseada na ciência espiritual da antroposofia, que tem por base a diversificação e abordagem integrada da unidade de produção (vegetal, animal e florestal). Utiliza-se de preparos biodinâmicos e operações agrícolas (plantio, poda, colheita, entre outros) de acordo com o calendário astral;
- Agricultura Biológica: nos anos de 1930, na Suíça, o biólogo Dr. Hans Muller trabalhou em estudos sobre fertilidade do solo e microbiologia, tendo como objetivos os aspectos socioeconômicos e políticos para a autonomia do agricultor. Esse método foi difundido em 1960 por Hans Peter Rusch, e seus princípios foram

introduzidos na França, após a segunda Guerra Mundial, por meio de discussão sobre os efeitos da alimentação na saúde do homem;

- Agricultura Natural: nos anos de 1930, no Japão, o filósofo Mokiti Okada fundou uma religião baseada nos princípios da purificação (hoje Igreja Messiânica), sendo um de seus fundamentos a agricultura natural. Sua proposta é que as atividades agrícolas devem potencializar os processos naturais e assim evitar o consumo de produtos tratados com substâncias tóxicas;
- Agricultura Orgânica: subsidiário do movimento biodinâmico, o inglês Sir. Albert Howard atuou anos mais tarde (entre 1935 e 1940) na Inglaterra e, de forma independente, trabalhou com pesquisas, na Índia, sobre a relação da saúde e da resistência humana com a estrutura orgânica do solo. É considerado o fundador da agricultura orgânica. Sua gênese é o não uso de adubos artificiais (químicos minerais) e acredita na utilização de matéria orgânica na melhoria da fertilidade do solo. Howard teve seus estudos ampliados por outros pesquisadores e difundidos em vários países.

Movimento	Princípios básicos
Agricultura Biodinâmica	É definida como uma “ciência espiritual”, ligada à antroposofia, em que a propriedade deve ser entendida como um organismo. Preconizam-se práticas que permitam a interação entre animais e vegetais; respeito ao calendário astrológico biodinâmico; utilização de preparos biodinâmicos, que visam reativar as forças vitais da natureza; além de outras medidas de proteção e conservação do meio ambiente.
Agricultura Biológica	Não apresenta vinculação religiosa. No início o modelo era baseado em aspectos socioeconômicos e políticos: autonomia do produtor e comercialização direta. A preocupação era a proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios da AB são baseados na saúde da planta, que está ligada à saúde dos solos. Ou seja, uma planta bem nutrida, além de ficar mais resistente a doenças e pragas, fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.
Agricultura Natural	O modelo apresenta uma vinculação religiosa (Igreja Messiânica). O princípio fundamental é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema. Por isso, na prática não é recomendado o revolvimento do solo, nem a utilização de composto orgânico com dejetos animais. Aliás, o uso de esterco animal é rejeitado radicalmente.
Agricultura Orgânica	Não tem ligação a movimento religioso. Baseado na melhoria fertilidade do solo por um processo biológico natural, pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas. Como as outras correntes essa proposta é totalmente contrária à utilização de adubos químicos solúveis. Os princípios são, basicamente, os mesmos da agricultura biológica.

QUADRO 6 - Princípios básicos dos movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção

Fonte: Darolt (2002, p.20), cujo recorte foi produzido pela autora.

Todo esse movimento originado no Século XX desenvolveu-se concomitante ao processo de desenvolvimento da agricultura convencional, com a intensificação da adubação química e dos danos ambientais gerados. Nessa lógica, esses movimentos

valorizavam o uso de matéria orgânica e práticas agrícolas aos processos biológicos. É importante destacar que a agricultura orgânica¹⁷ privilegia sistemas de produção mais diversificados, o que torna os métodos mais complexos do que aqueles usados na agricultura convencional. (DAROLT, 2002)

Ormond *et al* (2002, p. 05) definem a agricultura orgânica como

[...] um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de micro-organismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza e a alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças.

A respeito disso, Khatounian (2001) argumenta que a agricultura orgânica entrou em destaque após as convicções tácitas dos danos provocados pela agricultura convencional para a saúde do homem e o meio ambiente. Com efeito, a partir dos anos 1960, os efeitos nocivos da agricultura predominante – especialmente os resíduos de agrotóxicos encontrados na água, no solo e nos alimentos – tornaram-se mais evidentes.

O autor destaca ainda que a agricultura orgânica se tornou visível ao grande público por intermédio das conferências da Organizações das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1972, 1982 e 1992), explicitando evidências materiais acerca dos danos provocados pela agricultura convencional. Esse modelo agrícola “se tornara a principal fonte difusa de poluição no planeta, afetando desde a camada de ozônio até os pinguins na Antártida, passando pelo próprio homem” (KHATOUNIAN, 2001, p. 23).

O cenário crescente sobre a produção de orgânicos reflete-se na expansão de um quadro com características estruturais, na medida em que se intensifica a busca por mais qualidade de vida, tanto para os homens como para o meio ambiente em geral, traduzindo-se, neste caso, na produção e consumo de alimentos saudáveis.

Concomitante às críticas e inquietações da sociedade contemporânea com relação ao tipo e ao ritmo de desenvolvimento adotado pela agricultura convencional, evidenciava-

¹⁷ Ressalta-se que a produção orgânica visa à oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes que possam ser evitados em função da não utilização de práticas e insumos que possam pôr em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador ou do consumidor; A preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados onde estejam inseridos os sistemas de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção; O emprego de produtos e processos que mantenham ou incrementem a fertilidade do solo e promovam o desenvolvimento e equilíbrio da atividade biológica do solo; A adoção de práticas nas unidades de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de forma a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos (MAPA, 2016).

se a degradação intensa e acelerada dos recursos naturais. A julgar ainda, de acordo com Ipardes (2007, p. 11) “destacavam-se a concentração fundiária, o êxodo rural, [...] a massificação e a dependência produtiva de insumos industriais (maquinários, sementes, agroquímicos em geral), bem como a uniformização e homogeneização dos processos produtivos de bens alimentares”.

Diante desse cenário, a crítica ao modelo convencional tem-se ampliado concomitantemente à ampliação das discussões acerca da produção orgânica e ao aumento progressivo do consumo por alimentos livres de contaminação.

Segundo a IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (2016), o sistema orgânico já é praticado em cento e setenta e dois (172) países e em 43, 7 milhões de hectares, abrangendo aproximadamente 2,3 milhões de agricultores.

O Ipardes (2007) infere que a partir dos anos de 1990 tanto a produção de produtos orgânicos e como o seu consumo tem aumentado significativamente pelo mundo. Na França, o aumento foi de 15% ano e, na União Europeia, a taxa média anual ficou em torno de 25% nestes últimos dez anos, ressaltando que, no Estados Unidos, a taxa de crescimento foi de 20% ano.

Esse crescimento é atrelado aos requisitos para consumo, das alegações dos consumidores de orgânicos pela sua preferência ao invés do consumo de produtos convencionais, conforme a Quadro 7, que apresenta os principais motivos para o consumo de orgânicos pelo mundo.

Países	Motivos para a compra		
Áustria	Saúde	Responsabilidade com a alimentação das crianças	Contribuição para o desenvolvimento regional
Suíça	Melhor sabor alimentos	Saúde	Preocupação com meio ambiente, bem-estar animal, melhor remuneração aos agricultores
Alemanha	Saúde própria e das crianças	Apoio aos agricultores e lojas de orgânicos	Melhor sabor dos alimentos
Dinamarca e Finlândia	Estilo de vida, proteção ambiental	Saúde própria	Contribuição para um mundo melhor, consciência, bem-estar animal
França e Itália	Saúde	Melhor sabor alimentos	Respeito à vida
Inglaterra	Saúde	Apoio à agricultura local e comércio justo	Proteção ao meio ambiente

QUADRO 7 - Motivos para compra de produtos orgânicos pelos países da Europa

Fonte: Ipardes (2007)

No Brasil, a produção orgânica ganha evidência a partir dos anos de 1970. Apresentou-se relacionada aos movimentos filosóficos que buscavam manter contato com

a terra de forma alternativa e na contracorrente do modelo consumista da sociedade capitalista, e ainda, refutava qualquer aproximação da agricultura agroquímica.

Esse crescimento do consumo orgânico dá-se pela consciência ecológica da população, em busca de uma alimentação mais saudável. Nos anos de 1980, houve a criação de diversas cooperativas de produção, voltadas a esse modelo de consumo. (ORMOND *et al*, 2002)

Em 1990, reforçados pela ECO 92¹⁸, os produtos orgânicos entraram nos circuitos comerciais dos supermercados, e o cultivo de orgânico começou a se expandir especialmente após a criação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) em 1990. Desse modo, de 1994 a 2000, a venda de orgânicos no Brasil cresceu 16 vezes, com aumento em torno de 10% ao ano, chegando de 40 a 50% na virada do milênio.

Os números apresentados no último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) mostraram a existência de 90.425 mil estabelecimentos com agricultura orgânica no país, correspondendo apenas a 1,8% de todos os estabelecimentos identificados. No entanto, dentro desse tipo de produção, a agricultura familiar tem se destacado, respondendo por 70% da produção orgânica no país (ROGATTO, 2013).

Os estados com maior percentual de produção orgânica encontram-se na região Sul, conforme dados coletados por Darold (2002), apresentados na Tabela 3.

TABELA 3 - Estimativa do número de produtores orgânicos e área em 2001.

(continua)

Estado da Federação	Número de propriedades	Área (ha)
Rio Grande do Sul	4.370	13.000
Paraná	3.077	10.030
Maranhão	2.120	10.021
Santa Catarina	2.000	12.000
São Paulo	1.000	30.000
Ceará	543	21.040
Acre	500	50
Pará	400	4.012
Bahia	247	7.240
Rio de Janeiro	203	7.087
Minas Gerais	149	3.433
Mato Grosso do Sul	--	115.599
Mato Grosso	123	34.965
Distrito Federal	50	200

¹⁸ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida de maneira geral como Rio-92 ou Eco-92, reuniu delegações de 178 países e 114 Chefes de Estado ou de Governo, foi um megaevento que construiu um simulacro espacial cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob o manto da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. (OLIVEIRA, 2012)

TABELA 3 - Estimativa do número de produtores orgânicos e área em 2001.

(conclusão)

Espirito Santo	34	800
Outros	50	--
TOTAL	14.866	275.576

Fonte: Darolt (2002, p.46), com dados organizados pela autora

Darold (2002) menciona que o crescente número de produtores orgânicos se assenta basicamente em dois (02) grupos: pequenos produtores familiares, vinculados a associações e a grupos de movimentos sociais (cerca de 90% do total de agricultores), e grandes produtores empresariais (10%).

Contudo, por mais que a agricultura orgânica privilegie métodos de produção mais sustentáveis, a representatividade da produção orgânica no Brasil ainda é parca.

Um estudo realizado por Flores et al. (2009), que investigou as características sociais de produtores orgânicos da Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO, verificou que, dentre os 156 produtores pesquisados, 82% indicaram alguma experiência com agricultura convencional, 25% já tiveram alguma convivência com agricultura orgânica, sendo apenas 17% sem qualquer experiência com a agricultura convencional. Desse modo, verifica-se que grande parte dos agricultores que atuam na agricultura orgânica já tiveram contato com insumos industrializados e com as facilidades que eles podem proporcionar no manejo de agroecossistemas.

Os dados deste estudo nos fazem refletir a potencialidade do processo de conversão do convencional para o orgânico, e que estes 82% agricultores que já tiveram contato com a produção convencional e estão atualmente na produção orgânica puderam auferir que não existe perda do processo convencional para o orgânico. Eles retratam o crescimento da produção orgânica no Brasil.

A Instrução Normativa 007/1999, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em seu item 1.1, considera como sistema orgânico de produção agropecuária e agroindustrial:

[...] todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (transgênicos), ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos; privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação. (MAPA, 1999, 1.1).

Todos os requisitos mencionados na Instrução Normativa 007/1999 buscam privilegiar o consumo de produtos saudáveis, com alto valor nutricional, a preservação dos ecossistemas e o fomento da regionalização da produção, todos que otimizem mercados locais. (ORMOND *et al*, 2002)

O produto orgânico não apresenta diferenças aparentes quanto ao produto convencional (forma, cor, sabor), de modo que o que induz o cliente a consumi-lo são as informações de um produto livre de agentes tóxicos e seus benefícios nutricionais. Por isso a confiança é importante, e a certificação vem para desempenhar tal função.

A IFOAM desenvolveu em 1981 as primeiras normas internacionais, compostas por uma diversidade de pensamentos e diferentes regras dirigidas à produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos orgânicos. Ainda hoje rege uma série de normativas internacionais adequadas a mais de 70 países, especialmente os desenvolvidos.

Ormond *et al* (2002) citam que a França foi o primeiro país a criar uma certificação oficial para a agricultura orgânica em 1997. No Brasil, a regulamentação ocorreu em 1998, com a publicação pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Diário Oficial da União (DOU) – da Portaria 505/1998, que previa a conceituação da produção orgânica, os cuidados necessários à manutenção da biodiversidade, a integração do mercado regionalizado entre fornecedor e consumidor. Em seguida, em 1999, a Instrução Normativa tratou, dentre outros pontos, sobre a criação do Conselho Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e seus respectivos conselhos estaduais com a atribuição de credenciar as organizações certificadoras de produção orgânica.

Em vigência desde 2007, o Decreto 6.323 regulamenta a Lei 10.831/2003, que institui normas a respeito da denominada agricultura orgânica. Com a edição desse decreto, foi criado e regulamentado o sistema brasileiro de conformidade orgânica.

O Brasil se equipara às normas internacionais quanto à certificação dos produtos orgânicos, estabelecendo um sistema de avaliação da conformidade orgânica – Sistema Brasileiro de Certificação (SBC), integrado por órgãos da Administração Pública e por organismos credenciados – Organismos de Certificação Credenciados (OCC). O processo de certificação do produto orgânico é condição para que esses produtos tomem o setor formal de distribuição de alimentos, agregando valor na confiabilidade do consumidor e condição comprobatória conforme a legislação.

Para Darolt (2002, p. 49), “uma das finalidades da certificação é a capacidade de rastrear a origem do produto orgânico”. A certificação engloba inúmeros detalhes e por isso

as normas técnicas da IFOAM e seu sistema de certificação têm subsidiado diversos países na legislação, como o Brasil.

A certificação da produção orgânica no Brasil é realizada por dezenove (19) agências certificadoras, das quais onze (11) são nacionais e oito (8) são internacionais. Todas emitem parecer, informando se a produção de alimentos obedeceu a todos os requisitos e normas de qualidade orgânica. (KHATOUNIAN, 2001).

Quanto à modalidade de certificação dos produtos orgânicos, destacam-se duas: a certificação privada, que prevê o pagamento pelo processo de certificação, e a pública, denominada também como participativa. Destaque em âmbito nacional deve ser dado ao Instituto Biodinâmico – IBD¹⁹ para a certificação privada; e para o processo de certificação participativa tem-se, como exemplo, a Rede Ecovida.

Existem, ainda, três outros tipos de certificação: individual, em grupo e a participativa. A certificação por auditoria (CA) é adequada para a certificação individual e em grupo (associação, cooperativas), operacionalizada da mesma maneira para ambos. No processo desse tipo de certificação, são vistoriados os procedimentos agroecológicos para produção orgânica, ressaltando que sua diferenciação se dá devido ao selo.

A certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) busca privilegiar não apenas o produtor, mas sim o envolvimento do consumidor e dos técnicos para análise do cumprimento das normas quanto à produção orgânica, tendo como princípio a confiança dos sujeitos envolvidos ao atestar o cumprimento dos requisitos dos demais participantes do grupo.

Nessas circunstâncias, a regulamentação da agricultura orgânica é um instrumento importante para esse segmento, visto que, balizados pelo Sistema Brasileiro de Certificação (SBC), possui regramento quanto ao processo produtivo e à comercialização de seus produtos. Nesse ciclo produtivo de orgânicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável em credenciar, fiscalizar e acompanhar as agências certificadoras, as quais possuem a incumbência de atualizar os dados dos agricultores junto ao cadastro nacional de produtores orgânicos, no qual se comprovam as informações quanto ao processo de certificação dos agricultores familiares.

Darolt (2002) menciona que o Brasil possui um grande potencial de expansão da agricultura orgânica, na busca de aumento do consumo no mercado interno, na ampliação da fruticultura, cereais e derivados de leite e carne. Além disso, esse autor alega que essa

¹⁹ Maior certificadora da América Latina, a primeira certificadora no Brasil e única certificadora brasileira de produtos orgânicos com credenciamento na IFOAM.

expansão é promissora, porém há alguns quesitos que devem ser alinhados, como: legislação eficiente, baixa do custo de certificação e incremento de políticas públicas que estimulem a organização de circuitos de comercialização, incentivo à conversão de agricultores convencionais em orgânicos e maior investimento em pesquisa, ensino e extensão.

4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA NA ÓTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS

Neste capítulo buscou-se avaliar a política do PAA agroecológico na ótica dos agricultores familiares que participam ou que participaram do Programa entre os anos de 2010 e 2015. Para isso, fez-se um estudo de caso da comunidade de Conchas Velhas, localizada no município de Ponta Grossa – Pr. Nesse escopo, esse capítulo ficou dividido em três partes: na primeira, a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, na segunda, resume-se a estratégia empírica, com a apresentação de dados preliminares que delimitaram a escolha dessa associação, apresentando também suas características; e na terceira, tem-se a análise dos resultados, com os apontamentos dos agricultores que ainda participam do programa, dos que não estão mais vinculados ao programa, apresentando uma avaliação final, feita pelo grupo de associados, utilizando ferramentas do DRP.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem como principal meta avaliar o PAA agroecológico, portanto, foi realizada avaliação formativa, dado que o programa está em curso, do PAA agroecológico sob a ótica dos agricultores familiares, investigando sua eficácia no que compete aos seus principais objetivos.

Partindo desse princípio, como o mesmo envolve sujeitos e suas relações com a estrutura estatal (referindo-se à política pública para a agricultura familiar, em específico, o PAA agroecológico), a construção metodológica pautou-se, em parte, numa pesquisa de cunho qualitativo. Conforme Baldani e Moysés (2012, p. 22), “a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas que tornam o mundo visível sob uma ótica diferente, podendo e devendo transformá-lo”.

Entendendo a pesquisa qualitativa como a forma apropriada de apreender a natureza de um fenômeno social e das situações complexas, requer nível de profundidade, apreendendo as particularidades, por intermédio da compreensão da realidade socialmente vivida, via práticas cotidianas, da vivência nos meandros da objetividade e subjetividade. Para Minayo, a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo da relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1999, p. 22)

Concomitantemente com a pesquisa qualitativa, fez-se também uso da quantitativa com o intuito de balizar os resultados captados. Compreende-se como pesquisa quantitativa o emprego da quantificação dos dados coletados e tratamento das informações, demonstrando a realidade em estatísticas, percentual, média e coeficientes.

Como instrumento de investigação, esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, contemplando uma pesquisa exploratória, a qual, por meio de uma situação distinta, delimita e contextualiza, mensura os impactos na vida dos sujeitos e/ou como estes apreendem determinada situação. Segundo Yin (2005, p.32), o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”.

O estudo de caso será utilizado como metodologia fundante, ou seja, que dá o seu rosto no processo de desvelar os elementos a serem considerados no processo de investigação, e, assim, corroborar sua aplicabilidade. Conforme Yin (2005, p. 32), o estudo de caso

representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Ao se pensar no escopo da pesquisa e na utilização da metodologia de estudo de caso, considerando os elementos (instrumentos e ferramentas) viáveis para sua construção, definiu-se a triangulação de métodos. Azevedo *et al* (2013) mencionam que a triangulação de métodos visa a compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade, evitando os possíveis enviesamentos de uma metodologia única. Logo, a utilização da triangulação de métodos para coleta de dados permite que se possa ver a realidade a partir de diferentes ângulos.

Nesse sentido, múltiplas perspectivas como resultado da aproximação do objeto de estudo por meio da articulação entre diversos instrumentos, visando a auferir o objetivo, foram estabelecidas: revisão de literatura (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental), entrevista e ferramentas de DRP (Diagnóstico Rural Participativo).

O procedimento metodológico estabelecido via utilização da pesquisa bibliográfica e documental corresponde ao emprego do referencial teórico e das fontes documentais (documentos oficiais, reportagens, relatórios, indicadores e tabelas, entre outros). Conforme Gil (1999), sua principal vantagem é permitir ao investigador a cobertura de uma

gama ampla de fenômenos, oriundos de pesquisas teóricas e empíricas de livros e artigos científicos. E, assim, balizar teoricamente o pesquisador, na acepção do conhecimento já construído por outrem. A pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica, e a distinção encontra-se na natureza das fontes.

Nessas condições, a pesquisa bibliográfica pautou-se na estruturação do conteúdo por categorias para apresentar uma percepção ampla dos cenários que envolvem o objeto de estudo. Desse modo, a considerar sobre a agricultura familiar, em especial a agricultura orgânica, Schneider e Cassol (2013), Gasques, Filho, Navarro (2010), Darolt (2002), Ormond et al (2002). Além disso, as definições e abordagens de políticas públicas versaram sobre as obras de Howlett; Ramesh; Perl (2013), Secchi (2015) e GRISA (2011); já sobre a política pública para a agricultura familiar utilizou-se majoritariamente Grisa e Schneider (2015). Para apresentar o PAA recorreu-se aos autores como Vinha e Schiavenato (2015) e Peixoto e Oliveira (2015), além de um recorte empírico de diversos autores que tratam a temática. Por fim, sobre a avaliação de políticas públicas utilizou-se Ala-Harja e Helgason (2000) e Januzzi (2016). Enfim, referente à pesquisa documental buscaram-se informações junto IBGE, CONAB, IPEA, leis e decretos, entre outros.

Foi utilizada a técnica da entrevista aos sujeitos²⁰ da pesquisa, como forma de desvelar as considerações sobre o objeto da pesquisa, ou seja, por meio de suas falas, tentar apreender suas percepções, compreensões e análises. Afirmar Gil (1999, p.117)

A entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou já fizeram, bem como acerca das suas explicações ou a respeito das coisas precedentes [...] técnica por excelência na investigação social, pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação.

A entrevista pode ser caracterizada de vários modos, com o intuito de melhor enquadramento ao objeto de pesquisa. Nesse sentido, utilizou-se a entrevista semiestrutura (Apêndice A, B e C), que, conforme Minayo (1998), conjuga duas possibilidades: perguntas abertas e fechadas, permeando maior interação entre o sujeito e o pesquisador. A entrevista foi feita com a Presidenta da Associação, com os atuais agricultores que participam do PAA e com os que já participaram e atualmente não se encontram inseridos no Programa (maiores detalhes no item 4.1, com a estratégia empírica).

²⁰ Agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, localizada na área rural, no Distrito de Uvaia, município de Ponta Grossa – PR, fundada em 08/08/2008, inscrita no CPNJ nº 10.261.060/0001-11, possui produção 100% orgânica, por meio da certificação do IBD, atualmente possuem dezoito (17) agricultores familiares, distribuídos em sete (07) propriedades rurais, dos quais quatorze (14) participaram do PAA agroecológico no ano de 2015 (finalizado em setembro de 2016).

Na última parte da análise, foram utilizadas três (3) ferramentas de DRP com os agricultores familiares que compõem atualmente a Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas. Esse conjunto de técnicas e ferramentas permite que a associação faça o seu próprio diagnóstico. Verdejo (2006) menciona que os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, objetivando avaliar os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados.

Sodré, Dourado e Gouveia (2013, p. 93) inferem que o DRP é “um instrumento metodológico a partir do qual é possível analisar questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais de comunidades rurais”. Nesse contexto, compõe-se de ferramentas e técnicas participativas que permitem a reflexão, a compreensão da realidade vivida pelo grupo.

Dessa forma, depois de realizadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, as ferramentas de DRP ficaram assim selecionadas: análise swot (fofa), matriz de priorização de problemas e matriz de prioridade (ferramenta adaptada pela autora).

Em termos mais específicos, a matriz fofa (fortaleza – oportunidade – fraqueza – ameaça) busca identificar, analisar e visualizar a situação atual da associação para identificar as características atuais do grupo, por meio da discussão das fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que podem estar afetando o grupo. A matriz de priorização de problemas permite, de maneira fácil, que o grupo elenque os problemas identificados durante a etapa das entrevistas semiestruturadas, segundo a ordem de importância e/ou urgência. Por fim, a matriz de prioridade (ferramenta adaptada da Matriz de Prioridades de Problemas) busca elencar, por ordem prioritária, as potencialidades existentes visualizadas pelo coletivo.

Ressalta-se que as ferramentas de DRP são desenvolvidas por meio do coletivo (grupo) e por isso são efetuadas após serem realizadas as entrevistas e organizados os principais resultados, visando a captar as percepções coletivas na avaliação da política, bem como seus limites e potencialidades. Em outras palavras, essas ferramentas possuem o intuito de captar as impressões coletivas, as quais foram também assinaladas de forma individual nas entrevistas, e, assim, subsidiar o processo de análise dos dados coletados.

Em vez de confrontar as pessoas com perguntas previamente formuladas, o DRP busca fazer com que os próprios participantes analisem sua realidade e valorizem as diferentes opiniões e alternativas para a comunidade. (VERDEJO, 2006)

Vale ressaltar que a análise dos dados deve se fazer presente em todas as etapas da pesquisa, evidenciando que tal procedimento metodológico foi utilizado ao longo de toda a pesquisa. Conforme Richardson (2010), é uma técnica de pesquisa que tem evoluído com o passar dos tempos e, a partir de seu aperfeiçoamento, essa técnica – caracterizada pela objetividade, sistematização e inferência – amplia-se e sofre diversificação no momento de sua execução, trazendo à tona novos problemas e materiais.

Bardin (1979, p. 42), citado por Minayo (1998, p. 199), define a análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Nessa perspectiva, a análise de conteúdo possibilita atingir os significados manifestados por meio do posicionamento crítico, disponibilizados na comunicação teórica e documental, nas entrevistas e na aplicação das ferramentas de DRP.

Diante desses elementos descritos acima que pretende-se atingir os objetivos desta pesquisa, a qual postula a avaliação da política pública para a agricultura familiar, em tela o Programa de Aquisição de Alimentos agroecológico, que versa sobre uma avaliação *ex post*, porque refere-se ao programa sendo executado, buscando uma análise sobre sua eficácia do PAA agroecológico no que se refere ao seu objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, em especial a agricultura familiar orgânica.

4.2 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS: CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Na fase de coleta de dados sobre o PAA, foi realizado preliminarmente um levantamento das informações disponibilizadas pela Conab (2017), por meio do portal Transparência Pública, a partir dos filtros de: modalidades, ano, estado e município e contabilização dos agricultores familiares participantes, tudo fundamentado nas CPR²¹ cadastradas.

O PAA no estado do Paraná, entre os anos de 2010 a 2015, totalizou R\$ 101.038.528,59 conforme a Tabela 4.

²¹ Cédula de produtor rural.

TABELA 4 - Recursos destinados do PAA - Paraná – 2010 a 2015

ANO	TOTAL MUNICÍPIOS	VALOR (R\$)	CPR's
2010	87	22.574.204,12	125
2011	68	22.071.369,66	93
2012	74	30.981.268,02	177
2013	18	7.813.602,72	22
2014	12	4.894.758,40	22
2015	23	12.703.325,67	30
	Total recursos	101.038.528,59	

Fonte: Dados originais da Conab (2017), organizados pela autora.

Nesse cenário estadual, foi realizado um recorte, tendo como alvo os municípios da região dos Campos Gerais²²(Tabela 5), trazendo informações quanto à participação, dos dezoitos municípios que formam a região, entre os anos de 2010 a 2015, além de apresentar o recurso financeiro formalizado, o número de CPR's e dos agricultores familiares.

TABELA 5 - Municípios que compõem a RCG e sua participação no PAA - 2010 a 2015.

(continua)

MUNICÍPIO		2010	2011	2012	2013	2014	2015
ARAPOTI	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CARAMBEÍ	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CASTRO	CPR	1	4	1	1	NÃO	NÃO
	Valor	390.84	624.257	62.397	7.966		
	Agricultores	31	138	13	34		
IMBAÚ	Participou	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO	NÃO
IPIRANGA	Participou	NÃO	NÃO	NÃO		NÃO	NÃO
IVAÍ	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
	CPR				1		
	Valor				85.617		
	Agricultores				19		

²² Conforme subdivisão do núcleo regional da SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento – PR., composta por 18 municípios, sendo eles: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

TABELA 5 - Municípios que compõem a RCG e sua participação no PAA - 2010 a 2015.
(conclusão)

JAGUARIAÍVA	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
ORTIGUEIRA	Participou CPR Valor Agricultores	SIM 3 656.981 146	SIM 3 913.382 207	SIM 6 1.753.132 403	NÃO	NÃO	SIM 2 167.944 21
PALMEIRA	Participou CPR Valor Agricultores	SIM 1 116.997 26	SIM 1 130.500 29	SIM 3 404.679 81	NÃO	NÃO	NÃO
PIRAÍ DO SUL		NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
PONTA GROSSA	Participou CPR Valor Agricultores	SIM 3 677.303 165	SIM 3 631.408 203	SIM 3 895.176 204	SIM 2 167.224 137	NÃO	SIM 3 428.236 145
PORTO AMAZONAS	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
RESERVA	Participou CPR Valor Agricultores	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM 1 140.501 36	NÃO
SÃO JOÃO TRIUNFO	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
SENGÉS	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
TELEMACO BORBA	Participou CPR Valor Agricultores	SIM 1 22.490 5	SIM 1 44.999 10	SIM 1 13.066 10	NÃO	NÃO	NÃO
TIBAGI	Participou CPR Valor Agricultores	NÃO	NÃO	SIM 1 63.331 16	NÃO	NÃO	SIM 1 144.000 20
VENTANIA	Participou	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Dados originais da Conab (2017), organizados pela autora.

Nota: AF refere-se aos agricultores familiares incluídos no PAA.

O município de Ponta Grossa – PR, entre os anos de 2010 a 2015, teve a participação de 854²³ agricultores familiares no PAA, sendo o maior município em contingente de agricultores familiares, representando 40% do total de 2.135²⁴ agricultores familiares participantes do PAA na região dos Campos Gerais. É nesse contexto que

²³ Foi realizado a contagem total dos AF por anos do PAA, podendo haver duplicidade na contagem dos AF.

²⁴ Idem.

emerge a escolha em pesquisar o município de Ponta Grossa, por haver representatividade regional quanto ao PAA.

A escolha da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas como estudo de caso decorreu do levantamento de informações sobre o PAA agroecológico no município de Ponta Grossa por meio do *site* da Conab, que disponibiliza informações a partir de 2010. Nessa escolha, buscou-se elencar as associações e cooperativas participantes da modalidade PAA agroecológico, com regularidade junto ao PAA nos anos de 2010 a 2015. As informações sobre as Associações e Cooperativas participantes do PAA nos anos de 2010 a 2015, no município de Ponta Grossa – PR, encontram-se na Tabela 6.

TABELA 6 - Associações e Cooperativas participantes do PAA e valor recebido anualmente (R\$) - Ponta Grossa – 2010 a 2015

Entidade	Produção	2010		2011		2012		2013		2015	
		A F	Valor (R\$)	A F	Valor (R\$)	AF	Valor (R\$)	AF	Valor (R\$)	A F	Valor (R\$)
Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas	Orgânica	22	98.992,23	12	53.993,80	13	58.487,87	-	--	14	109.899,65
Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do município de Ponta Grossa	Convencional	58	202.994,60	86	382.500,00	105	471.869,50	115	52.475,04	-	--
Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária	Mista	84	375.316,41	-	--	86	364.819,15	-	--	-	--
Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e região	Mista	-	--	44	194.914,83	-	--	22	114.749,73	84	318.337,15
Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária	Mista	-	--	-	--	-	--	-	--	47	188.040,37

Fonte: Dados originais da Conab (2017), organizados pela autora.

Nota: AF refere-se aos agricultores familiares incluídos no PAA

Nesse sentido, a Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas é a única que participa do PAA somente na modalidade agroecológica, mantendo a produção orgânica e com regularidade na participação do PAA. Por esse motivo, foi a associação escolhida para se fazer o estudo de caso.

A Associação²⁵ está localizada na área rural, no distrito de Uvaia, município de Ponta Grossa – PR, fundada em 30 de julho de 2008 com o objetivo de comercializar seus produtos por meio da produção orgânica de vinte e dois (22) agricultores familiares. Em entrevista, a Presidenta da Associação mencionou que o processo de certificação de produção orgânica foi iniciado junto à Rede Ecovida e, em seguida, partiram para a certificação auditada pelo IDB. Essa alteração da certificadora deu-se por entendimento dos próprios agricultores que compreendem a diferenciação entre produção orgânica e agroecológica e, nesse sentido, a participação junto à Rede Ecovida não correspondia a seus anseios, já que tinham somente o propósito da produção orgânica.

A finalidade específica da Associação está direcionada ao atendimento quanto ao processo de certificação e inclusão dos agricultores associados em programas e projetos federais e municipais. Por ser pequena, não possui sede física, e os recursos financeiros para sua manutenção são rateados pelos associados, ressaltando que as funções administrativas são delegadas apenas à Presidenta da Associação.

Desde a criação da Associação, os agricultores familiares participam do Programa de Aquisição de Alimentos e, ainda, ao longo dos anos 2000, participaram de outros programas, sendo eles: PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar – municipal²⁶, Programa Feira Verde²⁷ e Feira Municipal Orgânica, este último, ocorre semanalmente nos Bairros São José e Oficinas.

Nessas condições, a atividade dessa associação no PAA agroecológico enquadra-se na modalidade de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, com recursos financeiros oriundos do MDS, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Nesses quatro últimos projetos (2010, 2011, 2012 e 2015), R\$ 321.373, 55 foram

²⁵ Informações repassadas pela Presidenta da Associação

²⁶ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. As Entidades Executoras (estados, Distrito Federal e municípios) são responsáveis pela execução do Programa. (BRASIL, 2009)

²⁷ A Lei nº 11.645 de 21/01/2014 institui o "Programa Feira Verde" no Município de Ponta Grossa destinado a fomentar campanhas de trocas de resíduos recicláveis por produtos hortifrutigranjeiros de época ou outros produtos relacionados com o meio agrícola, produzidos ou fabricados de forma artesanal ou semi-industrial, preferencialmente, por pequenos produtores rurais da região de Ponta Grossa – PR. (PONTA GROSSA, 2014)

totalizados para a comercialização dos produtos destinados ao Banco de Alimentos – Serviço e Obras Sociais (SOS) de Ponta Grossa.

Atualmente, a Associação possui 17 (dezessete) agricultores associados, distribuídos entre 7 (sete) propriedades rurais e, desses, 14 (quatorze) estão inseridos no PAA 2015 (Tabela 7). Conforme informações preliminares da Presidenta da Associação, a não-participação de alguns no PAA agroecológico deve-se ao fato de que esse programa não possibilita a participação de seus cônjuges (propriedade 3), dentre outros fatores ainda não explicitados (propriedade 7).

TABELA 7 - Propriedades e agricultores familiares que pertencem à Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas – Ponta Grossa - 2017

Propriedade rural familiar	Associados participantes do PAA 2015	Associados não participantes do PAA 2015	Motivo de não participar do PAA 2015
Propriedade 1	2	--	--
Propriedade 2	2	--	--
Propriedade 3	4	1	Cônjuge participante
Propriedade 4	1	--	
Propriedade 5	3	--	
Propriedade 6	1	--	--
Propriedade 7	1	2	Sem informações
Total	14	03	--

Fonte: organizado pela autora.

Partindo da lista da Conab com os agricultores que participavam do PAA agroecológico em 2010 e que continuavam no programa em 2015 (agricultores mencionados na Tabela 7), foi realizada entrevista semiestruturada com seis agricultores, um de cada propriedade²⁸.

Assim sendo, tem-se no Apêndice A e B²⁹ o roteiro de entrevistas para dois (02) grupos específicos:

1. Para a Presidenta da Associação, com o objetivo de obter informações sobre o histórico e atual contexto da Associação;
2. Para os agricultores familiares responsáveis por cada propriedade, que esta participando do PAA agroecológico ano 2015.

²⁸ Para a realização das entrevistas foram realizados contatos com as sete propriedades, das quais apenas uma não manifestou interesse em participar da pesquisa. Importante salientar que em diversas propriedades rurais existe mais de um agricultor, porém o sistema de produção é em conjunto na mesma área de cultivo, e que em diversas situações o PAA não admite a participação de cônjuges, para não ultrapassar o valor do projeto por família.

²⁹ Projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética, aprovado em primeira avaliação, CAAE: 64813217.60000.5215.

Dos 22 agricultores da Associação que participavam do PAA agroecológico em 2010, 11 não estavam mais participando em 2015 (Tabela 8) e nem estavam mais na Associação. Como um dos objetivos desta pesquisa é de averiguar os motivos da adesão, permanência e/ou desistência dos agricultores familiares, torna-se importante entrevistar os que faziam parte do PAA agroecológico em 2010 e que não participavam mais em 2015, conforme entrevista disponibilizada no Apêndice A (CAAE: 64813217.60000.5215). Esses relatos dos agricultores que estiveram no PAA agroecológico e não estão mais podem trazer informações novas referentes à avaliação do programa no âmbito dos que não estão mais no processo.

TABELA 8 - Agricultores familiares associados à Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas e sua situação no PAA agroecológico em 2010 e em 2015

Propriedade rural familiar	Associados participantes do PAA 2010 e 2015	Associados participantes do PAA 2010 e não participantes em 2015	Propriedade sem nenhum associado em 2015
Propriedade 1	1		
Propriedade 2	2		
Propriedade 3	4		
Propriedade 4	1	1	
Propriedade 5	1		
Propriedade 6	1		
Propriedade 7	1		
Propriedade 8		4	X
Propriedade 9		1	X
Propriedade 10		2	X
Propriedade 11		2	X
Propriedade 12		1	X
Total	11	11	

Fonte: Organizado pela autora.

Com as informações/relatos da Presidenta da Associação, dos agricultores que participam do PAA agroecológico e dos que não participam mais, buscou-se identificar o efeito que o programa tem na composição da renda, os principais pontos positivos e negativos do PAA, bem como alternativas para que o programa alcance seus objetivos.

Nessa premissa, buscou-se analisar o alcance do PAA agroecológico no que se refere ao seu objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, avaliado sob a ótica dos agricultores familiares da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas.

Para isso, torna-se pertinente a descrição das propriedades, dos agricultores responsáveis, analisando a composição de renda, a produção orgânica, findando com a percepção dos agricultores acerca dos benefícios e dos gargalos que o programa apresenta.

4.2.1 Descrição das propriedades e dos agricultores familiares

Os dezessete (17) agricultores familiares participantes da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas distribuem-se em sete (07) propriedades rurais. No entanto, realizaram-se seis (06) entrevistas com um dos membros de cada unidade familiar, tendo como base o roteiro de entrevistas apresentado no apêndice A³⁰.

Para fins de melhor entendimento dos dados (tabelas, gráficos) apresentados a seguir, tem-se a seguinte representação: Propriedade 1 ou AF (agricultor familiar) 1; propriedade 2 ou AF 2; propriedade 3 ou AF 3; propriedade 4 ou AF 4; propriedade 5 ou AF 5 e propriedade 6 ou AF 6.

Na Figura 6, tem-se o perfil das propriedades rurais em relação aos agricultores familiares que compõem a Associação e que participaram do PAA em 2015 e em 2010. Nela, é caracterizada a quantidade de unidades familiares e sua respectiva participação no PAA por propriedade rural. Destaca-se que 50% das propriedades rurais são constituídas por duas famílias, com 7 agricultores familiares participantes do PAA, resultando em 50% do total de participantes. Duas propriedades possuem apenas uma família agricultora, representando 33,3%, com 15,3% de agricultores vinculados ao PAA e uma propriedade, representando 16,6% do universo analisado, é composta por três unidades familiares e representa 30,7% de agricultores que participam do PAA.

³⁰ Um agricultor familiar não demonstrou interesse em participar desta pesquisa, sendo apenas uma família na propriedade rural, a qual participou do PAA 2015 e com três membros vinculados à Associação.

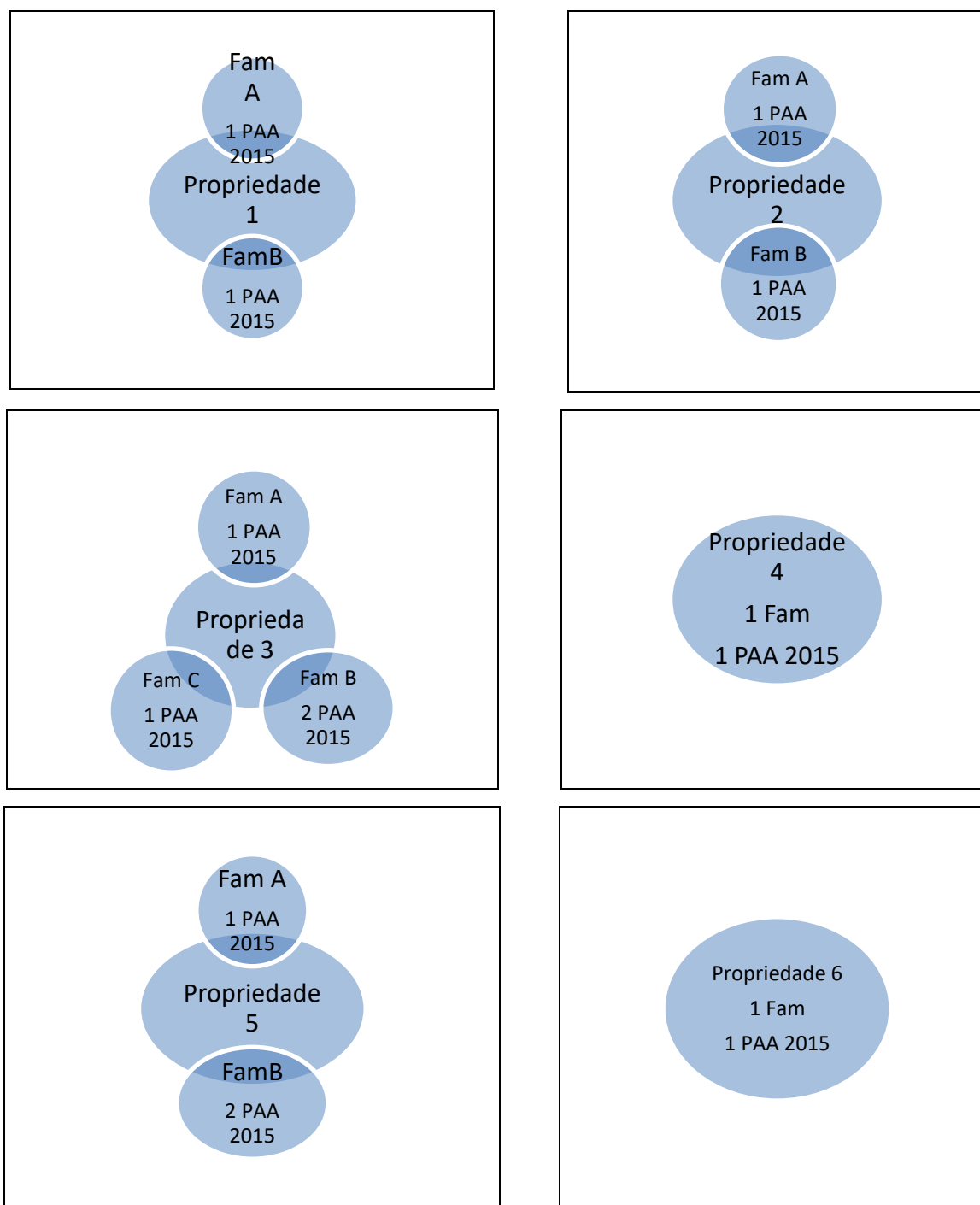


FIGURA 6 – Composição das propriedades
Fonte: Organizado pela autora.

No que se refere ao tamanho das propriedades rurais, a maioria possui baixa extensão territorial, medidas entre 0,5 e 7,2 hectares (ha), conforme pode-se observar no gráfico 3, ressaltando que a área cultivada máxima foi de 2,2 ha. Isso significa que, de uma pequena área, os agricultores precisam obter renda suficiente para sua sustentabilidade. E é nesse contexto que a política pública pode contribuir para fomentar tal rentabilidade, contribuindo para a sustentabilidade do meio rural.

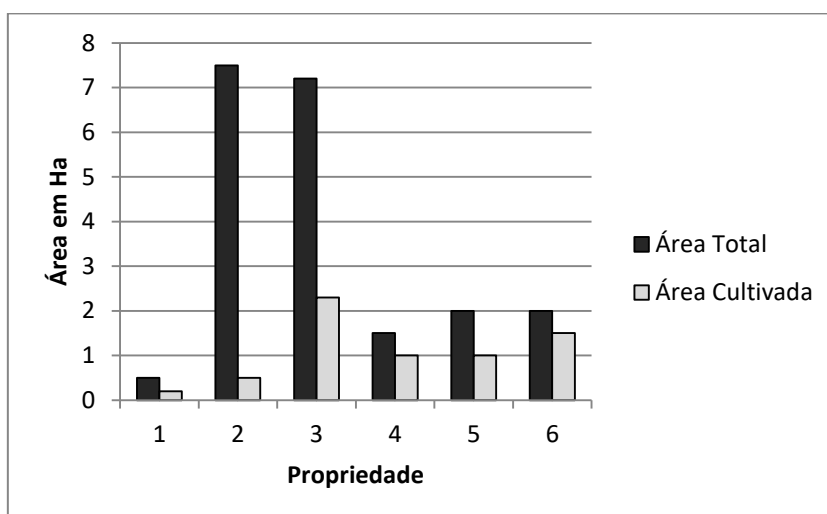


GRÁFICO 3 - Área Total e área cultivada em hectares (ha) das propriedades rurais da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas

Fonte: Organizado pela autora

Quanto à propriedade da terra, 100% são próprias, destacando que a atividade da agricultura familiar iniciou nos anos 2000 para 83,4% das famílias agricultoras, conforme o Gráfico 4. Portanto, em geral, não são propriedades antigas.

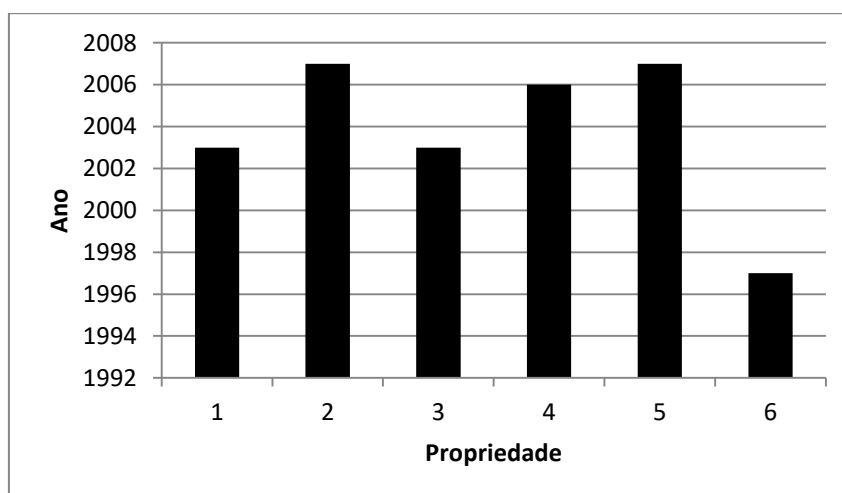


GRÁFICO 4 – Ano de início de atividade na agricultura familiar

Fonte: Organizado pela autora

Sobre a inserção no PAA, os agricultores familiares apresentam disparidades temporais. Apresentam uma família com início de suas atividades no primeiro projeto lançado do PAA, datado em 2003, e as demais entre 2005 e 2009, conforme o Gráfico 4. Se comparar o Gráfico 5 com o Gráfico 4, verifica-se que a maioria das propriedades quando começaram suas atividades na agricultura se inseriram no PAA já no referido ano ou em até 3 anos, com exceção da propriedade 6. Ou seja, de certo modo, essa política

pública faz parte da história da maioria das propriedades desde o princípio de sua constituição.

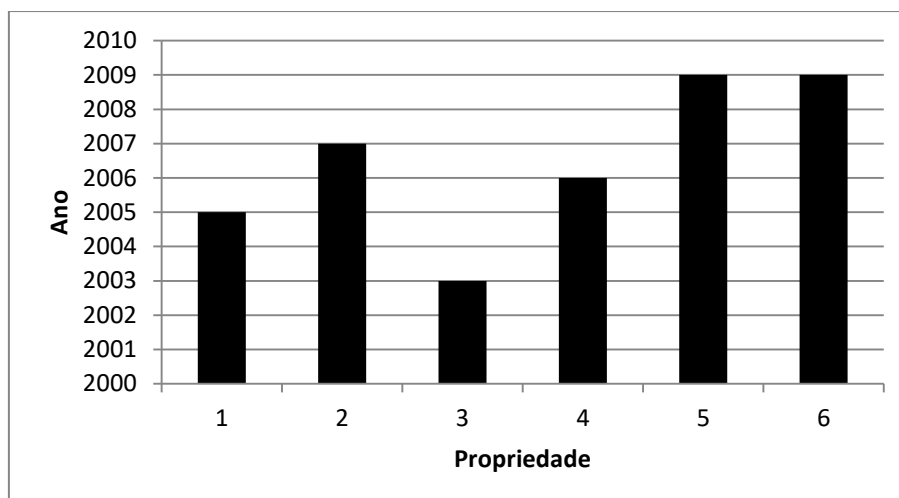


GRÁFICO 5 – Início da participação dos agricultores familiares no PAA
Fonte: Organizado pela autora

Por fim, coletaram-se informações referentes às características do responsável pela propriedade, pautando aspectos acerca do contexto de vida e sobre o PAA do mesmo. Com relação à faixa etária dos entrevistados, todos estão na fase adulta, acima dos trinta e cinco anos de idade e indo até os sessenta seis anos, conforme o Gráfico 6.

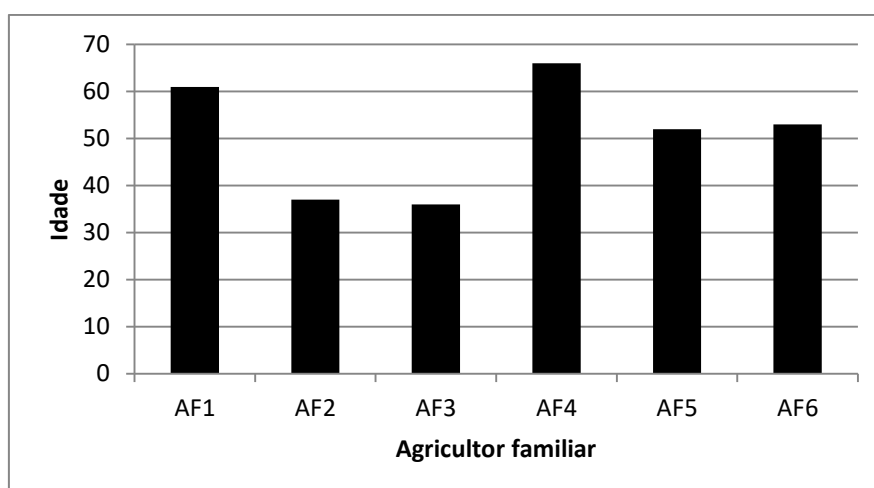


GRÁFICO 6 – Idade dos agricultores familiares
Fonte: Organizado pela autora

Quanto à escolaridade desses agricultores familiares, 50% possuem o Ensino Fundamental, denotando uma baixa escolaridade, tendo apenas um agricultor com Ensino Superior incompleto, conforme o Gráfico 7.

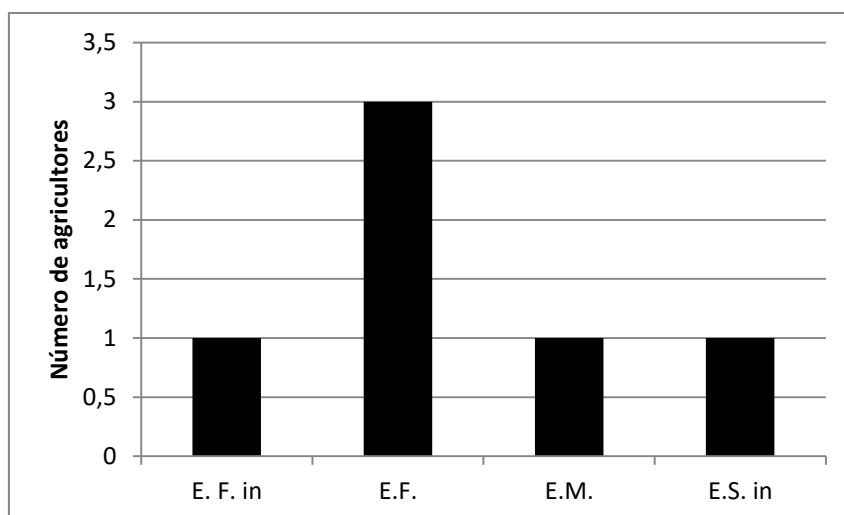


GRAFICO 7 – Escolaridade dos agricultores familiares
Fonte: Organizado pela pesquisadora.

Esses dados se igualam aos da pesquisa de Hespanhol (2013) referente ao perfil dos agricultores familiares participantes do PAA no município de Dracena – SP. Nesse município paulista, 55% possuem o Ensino Fundamental concluído e todos se encontram em fase adulta, na média dos 50 anos, denotando similaridade quanto à média educacional dos agricultores familiares.

4.3 AVALIAÇÃO DO PAA NA ÓTICA DOS AGRICULTORES

No processo de avaliação do PAA, analisou-se a participação do Programa na formação da renda das propriedades, além de se investigar a percepção dos agricultores (pertencentes atualmente no programa e os que já participaram) quanto aos pontos fortes e fracos do PAA, findando com uma análise em grupo, utilizando as ferramentas do DRP.

4.3.1 A Renda da Agricultura Familiar e Sua Composição

Como o objetivo desta pesquisa é avaliar a política pública para a agricultura familiar, em especial o PAA e se este afeta o fortalecimento da agricultura familiar, torna-se relevante se debruçar sobre a composição de renda dessas famílias. Conforme destacado na literatura, o PAA pode ser compreendido como uma política de pontapé para abertura de novos mercados e outras vias de comercialização. Por isso, deve-se ter cautela na sua análise haja vista que sua participação na composição da renda pode significar muito mais que a participação direta, influenciando outras vias de comercialização.

Dos agricultores entrevistados, 100% informaram que antes do PAA agroecológico não possuíam via de comercialização, ou seja, a comercialização dos produtos orgânicos iniciou a partir do PAA e conseqüentemente foram ganhando outros espaços para comercializar a produção. Para Grisa *et al* (2011, p. 28), “o PAA tem incitado igualmente o fortalecimento ou a criação de novos mercados, revelando o potencial do programa na geração de efeitos sinérgicos”.

Ainda, nessas circunstâncias, todos os agricultores entrevistados mencionaram que sempre pleitearam a participação no PAA, buscando atingir o teto máximo do valor de R\$8.000,00 por agricultor, e que, ao final do projeto, variavelmente a mudança do valor firmado se faz na diferença de centavos a menos.

Na Tabela 9, ficam demonstrados os valores pactuados pelos agricultores familiares na comercialização de seus produtos via os programas PAA, Feira Verde e PNAE e, ainda, das receitas mensais advindas da Feira Orgânica, destacando que, entre os agricultores familiares da associação, essas seriam as únicas vias de comercialização praticadas atualmente. Os dados demonstram a importância do programa na formação da renda das propriedades, em que, por mais que não seja o canal de comercialização que gera a maior parte da renda para a maioria das propriedades, sua contribuição varia de 11% chegando em até 100%. Ademais, naquelas propriedades nas quais a quantidade de área cultivada é muito baixa (como a propriedade 1 e 2 – Gráfico 3), o grau de importância da renda proveniente do PAA-agroecológico é muito elevado (40% e 100%, respectivamente), demonstrando a relevância do programa especialmente nas propriedades menos capitalizadas, conforme já havia sido observado por autores como Hespanhol (2009, p. 15).

Apesar de relativamente baixa (algo em torno de R\$ 666,00 mensal por agricultor), essa renda advinda do PAA, quando combinada com outras, obtidas por meio da comercialização de produtos em feiras livres, outros programas governamentais e em alguns casos contando com a aposentadoria rural, tem contribuído para a composição do orçamento familiar. Com efeito, conforme se apresentará *a posteriori*, existe uma correlação entre estar no PAA e se inserir em outras vias de comercialização, tornando importante o Programa não apenas pela renda gerada, mas pela possibilidade da produção que alimenta também por meio de outros programas.

Quando se reporta aos rendimentos advindos da agricultura familiar, deve-se ponderar também que a própria propriedade se abastece parcialmente com produtos alimentícios (frutas, verduras, leguminosas, carnes e leite) internos. E esse contexto

permite evitar gastos com esse tipo de produto, reiterado pela produção e autoconsumo, as quais minimizam os gastos para manutenção da família.

TABELA 9 – Vias de comercialização dos produtos da agricultura familiar, valores (em R\$) da receita da propriedade/mês.

Propriedade	Via Comercialização	Num. participantes	Valor ³¹ /mês (R\$)
1	PAA	2	1.333,00
	Feira Verde	1	500,00
	PNAE	1	1.500,00
2	PAA	2	1.333,00
3	PAA	4	2.666,00
	Feira Verde	2	666,00
	Feira Orgânica	3	1.300,00
	PNAE	4	6.000,00
4	PAA	1	666,00
	Feira Orgânica	1	2.000,00
	PNAE	1	1.500,00
5	PAA	3	2.000,00
	Feira Orgânica	2	1.500,00
	PNAE	3	4.500,00
6	PAA	1	666,00
	Feira Orgânica	1	1.200,00
	PNAE	1	1.500,00

Fonte: Organizado pela autora.

Por fim, ainda no que tange à renda, existe o rendimento que não é proveniente da agricultura familiar, mas que compõe a receita de alguns agricultores familiares, confirma a Tabela 10.

TABELA 10 – Rendimentos em R\$, não advindos da agricultura familiar.

(continua)

Propriedade	Fonte	Valor mensal
1	Aposentadoria rural	937,00

³¹ Referente aos valores acordados por projeto (ano) do PAA (que pode variar entre 8 a 14 meses de vigência e não raro quando ultrapassa esse tempo); o PNAE em vigência foi pactuado no valor de R\$ 200.000,00 pela Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas, entre 13 associados. A Feira Verde é por vinculação individual de cada agricultor familiar no programa.

TABELA 10 – Rendimentos em R\$, não advindos da agricultura familiar.

(conclusão)

2	Aposentadoria rural	937,00
	BPC PcD ³²	937,00
4	Aposentadoria urbana	937,00

Fonte: Organizado pela autora

De maneira geral, por meio desses dados, consegue-se visualizar a importância do PAA na geração de renda dessas propriedades, ressaltando que, mesmo não sendo elevado o valor pactuado por projeto/ano (em média R\$666,00 mensais por AF), é um valor garantido e estável, podendo ser utilizado nas despesas fixas da propriedade e da família.

“É uma comercialização certa dos produtos, nós fazemos o projeto, plantamos e temos a certeza da venda” (ENTREVISTADA AF 3).

“Foi uma coisa garantida né, uma coisa boa. Mesmo que atrase um pouco se sabe que vem né” (ENTREVISTADO AF1),

O PAA contribuiu de forma mais contundente na composição da renda agrícola e ainda “há que ser visto como propulsor de novas possibilidades de comercialização da produção e de obtenção de renda para estas famílias” (BECKER; ANJOS; BEZERRA, 2010, p.16).

Em relação ao impacto da comercialização via PAA na renda, constatou-se que a receita auferida exerce função para o sustento da maioria das famílias participantes do programa, mesmo entre os que disseram que recebem algum outro tipo de benefício governamental (aposentadoria, pensão ou bolsa família) ou salário por atividades realizadas por algum membro da família fora da unidade de exploração agrícola (AGAPTO, et al, 2012, p.17).

Igualmente, na pesquisa de Curralero e Santana (2007) para o estado do Paraná, observou um incremento nos rendimentos da maioria dos agricultores analisados com a implementação do PAA.”. Conforme os dados observados pelos agricultores familiares pesquisados, o rendimento auferido por meio do PAA compõe a renda familiar, sendo um importante instrumento na manutenção do rendimento dessas famílias, isto é, uma fonte segura de renda.

³² BPC PcD – Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. (BRASIL, 2017)

4.3.2 PAA e a Produção Orgânica

Sobre os quesitos que levaram os agricultores familiares a formalizar a Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, o principal objetivo foi obter a certificação da produção orgânica junto ao IBD³³. Quatro dos seis agricultores familiares (AF2, AF3, AF4, AF5) relataram que a produção sempre foi orgânica e somente dois (AF1 e AF6) passaram pelo manejo de conversão da produção convencional à orgânica, e mantiveram produção convencional por 2 e 10 anos respectivamente. Cabe ressaltar que o período de conversão do manejo convencional ao orgânico dura de doze a dezoito meses, conforme a regulamentação adotada pelas certificadoras, neste caso a IBD.

Portanto, pode-se inferir que a produção orgânica já era realidade de boa parte das propriedades analisadas, e o PAA agroecológico veio para fortalecer tal atividade.

“na verdade o que o PAA é uma modalidade que visa a segurança alimentar né, e nós como associação a gente se enquadra dentro do programa pra fazer a venda. Como a gente produz orgânico, você está dando completa a parte da segurança alimentar porque você está fornecendo um produto de qualidade, você está ajudando no sistema da segurança alimentar (ENTREVISTADA AF3)

A menção feita pela entrevistada AF3 foi muito contundente e importante, destacando os efeitos da produção orgânica para a sociedade, em especial pela qualidade do produto atrelada a um dos fins do programa: atender a segurança alimentar dos beneficiários do PAA.

Na pesquisa de Becker; Anjos e Bezerra (2010, p. 17), os autores inferem como certo o atendimento à segurança alimentar pelo PAA. Assinalam os efeitos qualitativos da produção, em especial a orgânica, garantindo à população beneficiária, que se encontra numa situação de insegurança alimentar, acesso a alimentos saudáveis e, ainda, do próprio consumo desses alimentos pelos agricultores familiares envolvidos nesse processo.

O Programa incentiva a produção de alimentos, a diversificação, a mudança de produção para orgânicos e agroecológicos, o que demarca uma inovação relevante, possibilitando condições a fim de que a agricultura contribua para a segurança alimentar (VINHA e SCHIAVINATTO, 2015).

Sobre os motivos que repercutiram para a produção orgânica, os agricultores familiares mencionaram a saúde, a alimentação saudável, entre outros elementos, conforme Tabela 11.

³³ Considerando que a Associação iniciou a discussão sobre a certificação participativa junto à Rede Ecovida, porém buscaram apenas se inserir na produção orgânica e recorreram ao IBD para certificação auditada.

TABELA 11 – Motivos para adoção da produção orgânica

	Motivos para produção orgânica		
AF 1	Por questões de saúde	Come o que produz	Mais natural
AF2	Por questões de saúde		-
AF3	Sem interesse na produção convencional	Por questões de saúde	-
AF4	Por questões de saúde	Manuseio sem agrotóxico	-
AF5	Sem interesse na produção convencional	Alimentação saudável	Manuseio sem agrotóxico
AF6	Não pode manusear agrotóxico	Por questões de saúde	Melhor preço

Fonte: Organizado pela autora.

Sobre esse assunto, destaque deve ser dado à questão “saúde”, mencionada por 83,3% dos agricultores familiares. Esse quesito se faz importante por considerar o entendimento consciente pela adoção da produção orgânica, com um enfático entrelaçamento entre produtos de qualidade, qualidade de vida e saúde.

os produtos orgânicos favorecem, e muito, os produtores familiares, pois oferecem melhor saúde para os envolvidos, melhor preservação ambiental [...] uma melhor saúde para todos significa para os produtores um bem estar familiar e comunitário. A comunidade não ganha somente na preservação do meio, mas ganha na alimentação saudável, com ingredientes frescos, produzidos próximos ao local de consumo (com menor impacto ambiental da logística de distribuição) (NETO, 2011, p. 83).

Outros itens foram citados, como manuseio sem agrotóxicos e sem interesse na produção convencional, respostas que refletem também toda lógica do envolvimento no sistema de produção sustentável, pautado pelo rechaçamento quanto à utilização de produtos tóxicos, conforme citado anteriormente por Ormond *et al* (2002) e Darolt (2002).

a gente planta orgânico, porque a gente come o que planta, é uma questão de saúde sabe. A gente busca ter uma vida boa, tranquila, e a gente precisa ter saúde pra isso, saúde pra trabalha e cuida da família (ENTREVISTADA AF5)

Nesse sentido, “o PAA tem muito a contribuir para a promoção da produção sustentável, valorizando ainda mais a compra de produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade” (FAO, 2016).

É notável o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por alimentação cada vez mais saudável pelos agricultores familiares investigados, o que possibilita condições plausíveis para se contrapor às condições impostas pela agricultura convencional e do agronegócio. A saúde – para quem planta orgânico – não está atrelada ao sentido individual do consumo, mas sim, vinculada a uma nova forma de consumo, ou seja, plantar, produzir e vender produtos de qualidade.

4.3.3 O PAA Agroecológico na Ótica dos Agricultores Familiares

Neste tópico tratar-se-á sobre o PAA na ótica dos agricultores familiares que compõem a Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas, numa análise avaliativa do programa. Essa avaliação finda especialmente nos motivos para adesão ao PAA, questionando as dificuldades de inserção, o papel da Associação no processo, os benefícios ou dificuldades para a sustentabilidade da propriedade, os pontos fracos dessa política, a existência de alguma dificuldade na permanência e se o PAA agroecológico fortalece a agricultura familiar nos quesitos de aumento da produção, diversificação, entre outros.

No caso dos motivos para a adesão, 83% dos agricultores consideram a aferição e a ampliação da renda familiar como um dos principais fatores para o seu ingresso no PAA (Tabela 12), e 66,6% elencaram a comercialização como ponto importante. Assim, tanto diretamente (formação de renda) como indiretamente (via comercialização), os motivos de adesão versam sobre um caráter econômico, que ajuda a manter a sustentabilidade das propriedades analisadas.

TABELA 12 – Motivos de adesão ao PAA

	Motivos para adesão ao PAA
AF 1	Possuir renda familiar
AF2	Ampliação renda familiar Possibilidade de comercialização
AF3	Flexibilidade no trabalho
AF4	Ampliação renda familiar Garantia de renda Possibilidade de comercialização
AF5	Ampliação renda familiar Possibilidade de comercialização
AF6	Ampliação renda familiar Possibilidade de comercialização Manter vínculo com a Associação

Fonte: Organizado pela autora

Pelos resultados apresentados, é perceptível o interesse em participar do PAA especialmente pelos quesitos de renda e de condições de comercialização. Se atrelar essas informações com os do Gráfico 4 e do Gráfico 5 (com dados de que boa parte das propriedades iniciaram suas atividades na agricultura orgânica e logo vincularam-se ao PAA), então o PAA tem um caráter de sustentabilidade financeira e comercial para essas propriedades, gerando renda e possibilidades de comercialização de seus produtos.

“tem que ter onde colocar o que você planta né, pra só assim a gente ganha uma coisa” (ENTREVISTADO AF 6)

“pra ter uma renda familiar, minha filha, ela é pedagoga, foi pago a faculdade dela com dinheiro saindo da roça, do PAA” (ENTREVISTADA AF4)
 “ai a gente tinha o grupo de orgânico, então aquele projeto[PAA] que saía e dava certo a gente embarcava junto, claro que uma renda a mais” (ENTREVISTADA AF2)

O PAA confere um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque atua na comercialização dos produtos desse segmento. Essa garantia de comercialização exprime um novo alento para as famílias que podem usufruir da condição de agricultor familiar e se fazer presente no mercado.

Ao ampliar a produção, o agricultor terá renda maior, tendo em vista que é possível receber até 30% a mais por esses produtos por meio do PAA agroecológico. Além das vantagens econômicas, há também os benefícios ambientais, visto que a produção orgânica não utiliza agrotóxicos, proporcionando maior equilíbrio ambiental. Ademais, são produtos que proporcionam uma alimentação natural e saudável.

Nesse contexto, os ganhos provenientes da produção orgânica amparam o tripé da sustentabilidade, constituindo mais um ponto favorável para incentivar a produção agrícola familiar. Tal fomento deve ser de iniciativa da política pública, com maior destinação de recursos para esse tipo de produção.

Pode-se pontuar que a política pública para agricultura familiar, neste estudo de caso o PAA, foi o programa propulsor para esses agricultores familiares, abrindo espaço para a comercialização dos produtos produzidos e fomentando renda a essas famílias. O PAA incidiu no apoio à agricultura familiar, exercendo o papel da política pública.

No estudo de Pereira e Lourenzani (2014, p. 238), há aspectos auspiciosos quanto ao PAA:

Os resultados indicaram que o PAA tem apresentado resultados positivos no município de Tupã [...] mostraram que houve aumento da renda e da possibilidade de acesso a mais um canal de comercialização. Considerando o aumento da renda, verificou-se que o PAA se mostrou importante para a geração de renda. Cerca de 67% dos entrevistados percebeu aumento da renda em maior ou menor intensidade.

Delgado (2010) inculca a capacidade das políticas públicas na perspectiva econômica de geração de renda, na capacidade de observar a potencialidade do desenvolvimento rural, advindas das atividades agrícolas.

Quanto ao questionamento sobre haver dificuldade para inserção no PAA (Tabela 14), 33,3% agricultores mencionaram que não observaram dificuldades e 66,6% afirmaram que a dificuldade se atrela ao custo elevado para certificação orgânica e a burocracia. Porém, a forma de certificação (auditada) escolhida pela Associação prevê custos que foram acordados pelos agricultores em detrimento de outras modalidades de certificação existentes, as quais poderiam ser menos onerosas.

Nesse sentido, essa dificuldade é inerente à manutenção da certificação da produção orgânica dos agricultores familiares associados, considerando a opção pela certificação auditada. Conforme relatos da Presidenta da Associação, foi decorrente de uma decisão unânime dos agricultores, independente da participação ou não do PAA na modalidade agroecológica.

TABELA 13 – Dificuldade de inserção no PAA

	Dificuldade de inserção no PAA
AF 1	Não observa dificuldades
AF2	Processo burocrático Custo elevado para certificação orgânica
AF3	Processo burocrático
AF4	Custo elevado para certificação orgânica Processo burocrático muito longo
AF5	Não observa dificuldades
AF6	Período de conversão da propriedade Custo elevado para certificação orgânica Processo burocrático

Fonte: Organizado pela autora

Quanto ao processo burocrático que envolve os participantes no ato de elaboração do projeto, na entrega dos produtos e na prestação de contas que abarca o PAA, outras pesquisas mensuram esse fato, como Pereira e Lourenzani (2014), Grisa et al (2011 b), Leal (2015) e Hespanhol (2009), colocado como um desafio aos agricultores familiares, argumentando, ainda, que esse processo tem se intensificado no decorrer dos anos.

“o tempo pra ele ser aprovado, as vezes pedem pra gente mandar e demora muito tempo pra ser aprovado, pra ser liberado pra gente começar a entregar” (ENTREVISTADA AF 2)

“burocracia, papéis e mais papéis que pra um agricultor, eles não tem noção do que significa aquilo, papéis exigidos pra você entrar no programa. Hoje o que que o PAA é: é uma modalidade de venda pro governo, que ele se enquadra qualquer licitação pela documentação que é exigida. Sendo que é uma coisa pra agricultura familiar, para pequenos agricultores” (ENTREVISTADA AF 3)

“demoro um pouco na burocracia dos papeis né, demora muito né pra realiza. Vai pra Curitiba, vai não sei pra onde, e custo né e todo eles vem né” (ENTREVISTADO AF 1)

“é bastante documento e tá piorando cada dia que passa”. (ENTREVISTADO AF6).

Essa dificuldade sinalizada pelos agricultores familiares transcorre pelo modo de vida que possuem, vinculados ao trabalho no campo, pelas questões de escolaridade (Gráfico 7) e de acesso aos meios de informação. E ao considerar que a política pública necessita de mecanismos que legitimem sua execução, nos quais a exigência de documentos é determinada em todos os âmbitos e esferas que compõem as políticas públicas, é necessário rever a forma como é aplicado e o que é exigido dessa categoria de

agricultores, para que não se sintam desestimulados, e se possa avançar na concretização da política pública.

Segundo a Fao (2016), “são muitas, apesar de necessárias, as exigências burocráticas de documentação para se habilitar e cumprir com os procedimentos formais, para as quais as unidades familiares e suas organizações econômicas não estão preparadas”. Assim, para atenuar essa dificuldade, apoio técnico e/ou formação seriam ferramentas relevantes para a sustentabilidade dessa política pública.

Os itens assinalados pelos agricultores familiares sobre os benefícios do PAA agroecológico na propriedade (Tabela 14) vão desde a segurança na renda e comercialização (itens que também foram mencionados em tópico anterior) à diversificação dos produtos, com maior produção.

TABELA 14 – Benefício do PAA agroecológico para a sustentabilidade da propriedade

	Benefício para sustentabilidade da propriedade
AF 1	Produção definida Diversificação da produção Maior produção Segurança na renda
AF2	Produção definida Segurança na renda
AF3	Diversificação produção Comercialização garantida
AF4	Segurança na renda Diversificação produção Maior produção
AF5	Segurança na renda
AF6	Diversificação produção Maior produção Segurança na renda

Fonte: Organizado pela autora

Esses itens são assinalados como potencialidades nos estudos de Galindo, Sambuichi e Oliveira (2014), Grisa *et al* (2011 b), Hespanhol (2009), Leal (2015), Matos e Noia (2014) e Pereira e Lourenzani (2014). Nesses trabalhos, evidenciou-se uma repercussão importante do PAA em diversos municípios e regiões do Brasil, onde a agricultura familiar expandiu sua capacidade de produção, apostando na diversificação de produtos e ampliação da produção.

“sobre a diversidade de produtos, acaba sempre ampliando né” (ENTREVISTADO AF 4)

“benefício se tem. Ajuda, bem sinceramente, não é uma grande coisa, mas ajuda sim, você tá ganhando em produzir, garantia em se mantê na roça, você planta, você colhe e você vende, aos poucos a coisa vai crescendo, sabe. Não dá pra comparar há cinco anos atrás, hoje tá muito melhor” (ENTREVISTADA AF5)

“as coisinhas que tem, são graças ao PAA, tamo vivendo.” (ENTREVISTADO AF6)

Nas falas dos entrevistados, podem-se observar os efeitos benéficos do PAA agroecológico, demonstrando viabilidade para a diversificação da produção e também para a elevação da produção. Ou seja, o PAA assume relevância quanto à política pública ao incentivar a diversificação produtiva e o aumento da produção de alimentos (HESPANHOL, 2009).

De acordo com Grisa *et al* (2011 b), à medida que o agricultor familiar diversifica e amplia sua produção, efeitos sinérgicos são produzidos, repercutindo na criação de novos mercados, com garantia de preço e comercialização, ressoando na elevação da renda do agricultor.

Sobre o gerenciamento da propriedade rural, 66,6% dos entrevistados alegaram não observar dificuldades e 33,3% mensuraram sentir dificuldades quanto à mão de obra, recusa do produto no momento da entrega (no tocante aos programas PAA, PNAE, Feira Verde) e ausência de assistência técnica, conforme dados demonstrados na Tabela 15.

TABELA 15 – Dificuldade de gerenciamento da propriedade em referência ao PAA

	Dificuldade gerenciamento da propriedade
AF 1	Não observa dificuldades
AF2	Falta de mão-de-obra Recusa no aceite de produtos para compensar outros produtos (perda produção)
AF3	Não observa dificuldades
AF4	Não observa dificuldades
AF5	Não observa dificuldades
AF6	Falta de assistência técnica

Fonte: Organizado pela autora

Os mesmos pontos referentes às dificuldades de gerenciamento das propriedades apresentados pelos agricultores pesquisados (tabela 15) também foram identificados por Grisa *et al* (2011 b). No entanto, é importante destacar que esse percentual não é amplo, de maneira que a maioria dos agricultores mensuraram não sentir dificuldades no gerenciamento da propriedade em função do PAA.

Em contrapartida a isso, 100% dos agricultores familiares assinalaram como ponto fraco do PAA (Tabela 16) a precificação defasada dos produtos, conforme relatos:

“o ponto fraco é o preço, diferente com a merenda[PNAE] ele é muito barato, só que daí você precisa dele também né” (ENTREVISTADO AF 6)

“defasado o preço, o preço está a mais de três anos super defasado. Com isso tudo, a cada ano vai desmotivando o produtor de participar” (ENTREVISTADA AF3)

“é preço baixo, pra um produto orgânico é muito baixo, tanto que neste projeto que vai começar, a gente nem entrou por causa do valor, a gente achou que era muito sacanagem, preço baixo demais” (ENTREVISTADO AF4)

“acho que a questão do preço, tem algum produto que é bom o preço, mas a maioria é muito baixo” (ENTREVISTADA AF2)

Essa unanimidade revela uma fragilidade do PAA e, conforme relatos acima, pode ocasionar a desistência do agricultor familiar em participar do PAA. E ainda apresenta fragilidade em se comparar aos preços praticados por outros Programas (especialmente PNAE).

TABELA 16 – Atuais pontos fracos do PAA agroecológico

	Pontos fracos do PAA
AF 1	Aumento burocracia Precificação defasada dos produtos/ redução
AF2	Aumento burocracia Precificação defasada dos produtos Exigência quanto ao formato do produto
AF3	Aumento burocracia Precificação defasada dos produtos
AF4	Precificação defasada dos produtos
AF5	Precificação defasada dos produtos Exigência quanto ao formato do produto
AF6	Precificação defasada dos produtos Aumento burocracia

Fonte: Organizado pela autora

Esse item gera inúmeras inquietações a considerar: 1) se o preço praticado pelo PAA é baixo, configura que a agricultor familiar deve entregar maior quantidade de produtos até atingir o teto do programa; 2) se ampliar o preço e manter o teto estipulado, impactaria na quantidade de produtos entregues ao PAA, tendo o problema de onde comercializar o excedente; existe mercado para tal excedente, mercado este que atenda aos interesses de comercialização dos agricultores?

Em suma, a precificação dos produtos encontra-se defasada na ótica dos agricultores familiares, e em consulta a outras pesquisas verifica-se a mesma problemática, como em Leal, (2015) e ; Hespanhol (2013).

Outro item assinalado como ponto fraco foi o aumento da burocracia, já explicitado em páginas anteriores, impactando diretamente na dificuldade de permanência no PAA (Tabela 17).

TABELA 17 - Dificuldades de permanência no PAA

	Dificuldades de permanência no PAA	Intenção permanecer
AF 1	Não observa	Sim
AF2	Idade Preço baixo dos produtos	Sim
AF3	Preço baixo dos produtos	Sim
AF4	Preço baixo dos produtos	Não
AF5	Preço baixo dos produtos	Sim
AF6	Não observa	Sim

Fonte: Organizado pela autora

Portanto, tanto a burocracia como os preços defasados apresentam-se como principais problemas do PAA na ótica dos agricultores analisados. Mesmo com o baixo preço praticado, 83,3% dos agricultores possuem intenção de permanecer no PAA, fato similar ao da pesquisa de Hespanhol (2013, p. 482):

apesar dessas limitações e dificuldades enfrentadas pelo PAA, verificou-se o grande interesse demonstrado pelos produtores rurais do município pesquisado em continuarem participando do programa, com o objetivo de melhorar a renda familiar obtida por meio da produção agropecuária.

Para Agapto (2012) e Santos (2010), o aumento do valor do teto pelo programa seria um tipo de ação que certamente fortaleceria ainda mais a eficácia do PAA, que atenuaria o impasse quanto à comercialização dos produtos via PAA, no que condiz à precificação dos mesmos. Na Tabela 18, os agricultores familiares destacam possíveis adequações ao PAA agroecológico.

TABELA 18 – Possíveis adequações ao PAA agroecológico

	Possíveis adequações
AF 1	Maior agilidade na aprovação e gerenciamento do projeto Aumento do valor do programa
AF2	Não houve apontamentos
AF3	Reajuste dos preços dos produtos
AF4	Reajuste nos preços dos produtos / equiparação ao PNAE
AF5	Não houve apontamentos
AF6	Reajuste nos preços dos produtos

Fonte: Organizado pela autora

De acordo com a tabela, na percepção dos agricultores familiares entrevistados, 50% sugerem como adequação do PAA agroecológico o reajuste dos preços dos produtos, e ainda 16,6% apontam a equiparação do preço dos produtos do PAA ao preço praticado pelo PNAE, e 16,6% apostam como melhoria o aumento no valor do teto do programa.

“sim, tem que aumentar, tem que ir pra dez, doze mil. Porque daí você compara comigo, daí você faria mais ou menos um salário por mês, uma família poderia até viver na roça e por um filho pra estudar” (ENTREVISTADA AF 1)

Em síntese, têm-se as seguintes percepções dos agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas sobre o PAA agroecológico: configura-se como um programa que trouxe benefícios aos agricultores, vinculados à garantia de comercialização, diversificação e ampliação da produção, além de se gerar renda. A principal dificuldade, além da burocracia, refere-se ao preço defasado dos

produtos. Esse item aparece como relevante, necessitando adequação do Programa tanto na atualização dos preços como também na ampliação dos valores limites para a participação do PAA.

Por fim, nesse processo de inserção dos agricultores no PAA agroecológico, torna-se importante mensurar a importância da Associação. Conforme informações repassadas pela Presidenta da Associação, essa foi criada para que os agricultores familiares pudessem participar do PAA, tendo um importante papel na adesão ao Programa.

“sem associação não tem nada” (ENTREVISTADO AF 6)

“se não fosse ela, talvez hoje não estaria aqui” (ENTREVISTADA AF5)

“ela viabiliza os programas, se não tiver associação não tem nada” (ENTREVISTA AF3)

Segundo Grisa *et al* (2011 b), o acesso de associações/cooperativas ao PAA tem contribuído para o seu próprio fortalecimento, já que passam a ter maior conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, além de estimular a participação dos associados, fomentando o desenvolvimento de todos os envolvidos. Mensuram ainda que o PAA tem impactado no surgimento de novas associações e cooperativas, a partir do envolvimento dos agricultores familiares, à medida que conseguem visualizar novos mercados e acesso a políticas públicas. Na Tabela 19, pode-se inferir a percepção dos agricultores familiares quanto à importância da Associação em relação ao PAA agroecológico.

TABELA 19 – O papel da Associação para inserção e manutenção no PAA

	Papel da Associação no PAA				
	MI	I	PI	IR	Alegações
AF1	X				A comunidade cresceu, fortaleceu
AF2		X			Os AF se organizaram melhor
AF3		X			Viabilizou acesso ao programa
AF4	X				Viabilizou acesso ao programa
AF5	X				Responsável pela condição atual de AF
AF6	X				Responsável pela condição atual de AF

Fonte: Organizado pela autora

Legenda: MI muito importante; I importante; PI pouco importante; IR irrelevante.

Para Currallero e Santana (2007, p. 101), “o PAA, ao priorizar a participação de agricultores familiares vinculados a entidades que os representam, aproxima grupos de agricultores que já possuem laços de solidariedade”. Diante das alegações dos agricultores familiares, fica comprovado que a Associação, pela sua natureza, se configura como um instrumento de articulação e desenvolvimento do PAA agroecológico.

4.3.4 O PAA Agroecológico na Ótica dos Agricultores Familiares que deixaram de Participar do Programa

Como um dos objetivos desta pesquisa é avaliar os motivos da adesão, permanência e/ou desistência dos agricultores familiares junto ao PAA agroecológico, atentando-se a partir da ótica dos agricultores, tornou-se importante entrevistar os agricultores que faziam parte do PAA agroecológico em 2010 na Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas e que não participavam mais em 2015.

Nesse sentido, foi realizado levantamento das informações referentes aos agricultores que participaram do PAA agroecológico em 2010 e que atualmente não estão vinculados à Associação, conforme dados recortados da Tabela 8 e demonstrados na Tabela 20.

TABELA 20 – Agricultores que participaram do PAA agroecológico em 2010 e não estão vinculados na Associação, nem participam do PAA em 2015 (recorte da Tabela 8)

Propriedade rural familiar	Associados participantes do PAA 2010 e não participantes em 2015
Propriedade 8	4
Propriedade 9	1
Propriedade 10	2
Propriedade 11	2
Propriedade 12	1
Total	11

Fonte: Organizado pela autora

Buscando informações junto à atual Presidenta da Associação e com agricultores, foi repassado o contato de três ex-associados, referentes às propriedades 9, 10 e 11; por meio de buscas pela região de Uvaia, localizou-se a propriedade 8. O agricultor da propriedade 12 reside na zona urbana do município de Ponta Grossa, porém os entrevistados desconhecem seu contato.

Dessa forma, das cinco propriedades que participaram do PAA agroecológico em 2010 e que não participaram em 2015, foram entrevistados 4 agricultores familiares, seguindo o roteiro de entrevistas (apêndice C), os quais serão referenciados como propriedade 8, AF 7; propriedade 9, AF8; propriedade 10, AF9 e propriedade 11, AF 10. As características dos agricultores constam na Tabela 21 e serão apresentadas de maneira sucinta e bem objetiva.

TABELA 21 – Idade, escolaridade e início da atividade como agricultor familiar dos ex-associados da Associação de Agricultura Ecológica Familiar de Conchas Velhas

	Idade	Esc.	Início Ativ. na Agricultura familiar
AF7	70	E.F.	1967
AF8	48	E.F.	2010
AF9	46	E.M.	2004
AF 10	45	E.M.	2006

Fonte: Organizado pela autora

As informações coletadas pelos agricultores familiares, demonstram que todos são pessoas em fase adulta, possuem ensino fundamental (50%) e médio (50%) e 75% iniciaram suas atividades na agricultura a partir de 2000.

O ano de inserção no PAA agroecológico foi variado entre os anos 2006 e 2010, e todos os agricultores familiares desligaram-se da Associação e consecutivamente do PAA no ano de 2010, conforme dados mensurados na Tabela 22.

TABELA 22- Ano de inserção no PAA, vinculação à Associação para participação no PAA e atual condição.

	Ano inserção PAA	Última participação PAA vinculado à Associação	Condição Atual
AF7	2007	2010	Produção apenas para autoconsumo
AF8	2010	2010	Produção apenas para autoconsumo
AF9	2006	2010	Vinculado à Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária
AF 10	2007	2010	Vinculado à Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do município de Ponta Grossa

Fonte: Organizado pela autora

Assim sendo, 50% desses agricultores familiares possuem produção destinada apenas ao autoconsumo, não participam de qualquer programa nem possuem outra forma de comercialização; os outros 50% vincularam-se a outras associações e cooperativas e mantêm-se participantes do PAA, conforme demonstra a Tabela 23.

TABELA 23 – Participação no PAA

	Participação no PAA
AF7	Última participação em 2010
AF8	Só participou no ano de 2010
AF9	Continuou participando do PAA por meio de outra Cooperativa
AF 10	Continuou participando do PAA por meio de outras Cooperativas

Fonte: Organizado pela autora

Os motivos de desvinculação dos agricultores da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas são demonstrados na Tabela 24, revela que cada agricultor familiar ficou preso a sua limitação e/ou buscava outros interesses.

TABELA 24– Motivos da desvinculação da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velhas

	Desvinculação da Associação Ecológica Familiar de Conchas Velha
AF7	Não conseguiu dar continuidade ao processo de certificação
AF8	Não conseguiu dar continuidade ao processo de certificação Produção destinada apenas ao autoconsumo familiar
AF9	Buscou vincular-se aos princípios agroecológicos junto à outra Cooperativa
AF 10	Voltou-se para a agricultura familiar convencional

Fonte: Organizado pela autora

O processo de certificação requer inúmeros requisitos, diante dos quais muitos agricultores apresentaram sérias dificuldades de adequação, o que gerou a impossibilidade da certificação. Como exemplo, AF7 não tinha a documentação de posse da propriedade e AF8 não conseguiu criar barreiras exigidas no limite entre sua propriedade e as propriedades vizinhas que possuem plantio convencional. E essas barreiras são requisitos na manutenção da certificação orgânica.

Os agricultores AF9 e AF10 buscaram aderir aos princípios agroecológicos e retornar ao plantio convencional, respectivamente, gozando da liberdade de se juntarem a outras associações e cooperativas com que melhor se identifiquem.

Os aspectos mais relevantes circundam a Tabela 25, na qual se buscaram informações sobre o PAA agroecológico.

TABELA 25 – Benefícios do PAA agroecológico, segundo a fala dos entrevistados

	Benefícios do PAA agroecológico
AF 7	“sair do PAA fez falta, ajudava bastante na renda, o preço era bom em todos os produto, fruta, hortaliças, verduras”
AF8	“era bom, plantava mais variedade, uma renda fixa, se estivesse no PAA estaria em outros projetos também, uma coisa muito boa”
AF9	“era um recurso destinado a agricultura familiar, melhora a autoestima, beneficia o agricultor porque não vende ao atravessador”
AF10	“é bom, mas não vale a pena ser orgânico, é muito caro”

Fonte: Organizado pela autora

Todos os agricultores familiares entrevistados confirmaram os benefícios do PAA agroecológico, e apenas o AF10 indicou que o plantio orgânico não se apresenta vantajoso devido aos custos da certificação. O agricultor AF9 destaca que, na comercialização para o PAA, inexistia a figura do atravessador, referindo-se à venda direta do produtor ao destino final. Os agricultores AF7 e AF8 são impactados devido à impossibilidade de se manterem na Associação por não conseguirem pleitear a certificação de produção orgânica e, em

consequência, ficam impedidos de participar do PAA agroecológico. Esses agricultores reconhecem os benefícios que o programa proporcionou aos mesmos no período em que participaram do PAA e, ainda, ressaltam a falta que o programa faz para a unidade familiar, no que tange ao acesso à renda e aos meios de comercialização.

Ao buscar captar elementos dos agricultores familiares que não participam da Associação, foca-se em especial nos agricultores AF7 e AF8, evidenciando os impactos gerados pelo PAA agroecológico no contexto de vida dos mesmos e o quanto esta não participação é sentida e lastimada. Atualmente ambos possuem produção restrita para o autoconsumo, não tendo acesso a vias de comercialização e, conseqüentemente, à renda.

4.3.5 Avaliação Grupal dos Agricultores Familiares acerca do PAA agroecológico – Ferramentas DRP

Na última parte da pesquisa empírica, aplicaram-se as ferramentas de DRP junto aos agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas. Nessas circunstâncias, foi realizada no espaço de comercialização da feira de produtos orgânicos do São José, a pedido dos associados devido à possibilidade de todos estarem reunidos. A atividade durou aproximadamente 2 horas e contou com a participação de sete (07) pessoas.

Preliminarmente, foram demonstrados os resultados iniciais da pesquisa, por meio das entrevistas realizadas aos seis associados, responsáveis pelas propriedades familiares, apresentadas por meio de compilação de informações em papel *craft*. Em seguida, foi mencionada a importância das ferramentas DRP, tendo como objetivo captar as informações e impressões coletivas frente aos quesitos mais relevantes apontados nas entrevistas e, assim, captar elementos que inferem sobre a percepção do PAA agroecológico para a Associação de Agricultura Ecológica Familiar de Conchas Velhas.

A primeira ferramenta aplicada foi o FOFA, que prevê a percepção dos indivíduos agrupados. Assim sendo, após discussão entre os mesmos, são assinaladas as questões que se julgam pertinentes, que envolvam a relação entre o PAA agroecológico e a Associação e quais fatores positivos/negativos – interno e externo – influenciam a participação da Associação junto ao PAA.

Nessa ferramenta não são utilizados elementos de partida, já que se compreende que o grupo deve refletir e, assim, construir os elementos do FOFA. Seguem os resultados (Quadro 8).

FORTALEZAS (interno)	OPORTUNIDADES (externos)
• Boa comunicação • Adesão dos agricultores • Associação forte	• Venda certa • Não possuem gasto com a logística
FRAQUEZAS (interno)	AMEAÇAS (externos)
<i>*Para este item não houve qualquer menção pelo grupo. Neste sentido, houve a necessidade de trazer subsídios para que os participantes refletissem quais os elementos internos da Associação poderiam ser trabalhados.</i> <i>Porém, o grupo unanimemente julgou que a Associação não possui fraquezas, que o coletivo é fortalecido e que a mesma desempenha papel fundante para que os agricultores possuam canais de comercialização e participação em projetos e programas das políticas públicas. Acreditam que a Associação cumpre sua finalidade em assistir os agricultores associados.</i>	• Demora na aprovação do projeto em relação às culturas de verão e inverno que são previstas no ato de inserir produtos junto ao PAAnet. • Custo da certificação • Precificação baixa dos produtos • Demora no recebimento • Baixo valor do PAA por agricultor (deveria acompanhar o salário mínimo) • Pouca diferença no preço entre produto convencional e orgânico • Aumento da burocracia

QUADRO 8 - Resultados do FOFA

Fonte: Organizado pela autora

* Destaque da pesquisadora, devido ao não preenchimento deste item pelos agricultores.

Um aspecto interessante dessas técnicas de trabalho em grupo é o estímulo de reflexão coletiva e as repercussões e discussões que nascem desse processo. A ferramenta FOFA possibilitou que os agricultores familiares pudessem visualizar o PAA agroecológico em um contexto amplo, considerando elementos internos e externos que os envolvem. Dessa possibilidade, despontaram novos itens citados, discutidos e aprovados coletivamente e que não haviam sido citados nas entrevistas realizadas com os agricultores.

Alguns itens, os mais discutidos pelo grupo, são melhores delineados abaixo:

- ✓ Fortaleza: coletivamente, o grupo concluiu que os agricultores são ativos e aderem aos caminhos que a Associação deve seguir, a partir da boa comunicação que possuem;
- ✓ Fraqueza: o grupo não identificou qualquer elemento interno que fragilize a associação;
- ✓ Oportunidades: o grupo concluiu que o PAA agroecológico se expressa como um programa que viabiliza a comercialização garantida, não havendo riscos com o que foi pactuado;

- ✓ Logística: o grupo mensurou que não possuem gastos com a logística do PAA agroecológico, que toda a produção é entregue na porta de casa, sendo a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa responsável pela coleta e transporte dos produtos (ponto novo que não tinha sido observado nas entrevistas);
- ✓ Ameaças: a demora na aprovação dos projetos, que impacta no plantio das culturas de inverno e verão. Essa demora na aprovação desencadeia a não compatibilidade da entrega do produto cadastrado no sistema, porque não se encontra no período de plantio das culturas (ponto novo que não tinha sido observado nas entrevistas);
- ✓ Custo da certificação: o grupo concluiu que o custo estava onerando os agricultores familiares e, nesse sentido, atualmente se encontram em fase de transição de certificadora, aderindo ao sistema TECPAR para reduzir os custos a fim de manter a certificação;
- ✓ Baixa precificação dos produtos: os agricultores sugeriram que a precificação deveria ser realizada obrigatoriamente mediante cotação de preços em âmbito regional, conforme prevê o PAA, garantindo os preços praticados no mercado local;
- ✓ Demora no pagamento dos produtos: o grupo concluiu que a gestão do PAA não cumpre com regularidade os prazos de pagamento ao agricultor, impactando na renda dos mesmos (ponto novo que não tinha sido observado nas entrevistas);
- ✓ Diferenciação de preços: o PAA agroecológico prevê acréscimo de 30% no valor dos produtos em relação aos produtos convencionais. O grupo concluiu que apenas 30% de diferença entre produtos convencionais e orgânicos não representa resultado vantajoso aos produtores de orgânicos, principalmente porque o manejo das culturas deve ser intenso, considerando a existência da perda de parte da produção, muitas vezes atingida por pragas eventuais (ponto novo que não tinha sido observado nas entrevistas).

A ferramenta Matriz de Prioridades de Problemas foi possível por meio da compilação dos principais resultados das entrevistas realizadas com os seis agricultores da Associação da Agricultura Ecológica Familiar de Conchas Velhas. O objetivo foi a marcação da ordem de prioridade dos problemas enfrentados diante do PAA agroecológico, conforme apresentado no Quadro 9. Nesses termos, observa-se que o principal problema se refere aos preços baixos, seguido da burocracia, ratificando os resultados encontrados nas entrevistas.

PROBLEMA	MARCAÇÃO	TOTAL	PRIORIDADE
Burocracia	xxxxx	5	2ª
Período de conversão para orgânico		0	Não se aplica
Custo de certificação	xxxxx	5	4º (julgaram que este problema está prestes a ser sanado por aderirem à outra certificadora – Tecpar)
Preço baixo dos produtos	xxxxx	5	1º
Exigência quanto à forma do produto	xxx	3	3º

QUADRO 9 - Matriz de Prioridades de Problemas
Fonte: Organizado pela autora

A ferramenta Matriz de Prioridades (Quadro 10) foi adaptada da Matriz de Prioridades de Problemas, tendo o mesmo foco de intervenção. No entanto, assinala a ordem prioritária dos itens referentes à produção orgânica, inserção ao PAA agroecológico e seus benefícios, bem como a indicação de possibilidades para fomentar o fortalecimento do programa junto aos agricultores familiares.

Importante destacar que os aspectos de qualidade de saúde, da alimentação são elementos mencionados *a priori* nas justificativas do grupo em produzir orgânico no PAA. Por outro lado, o preço é o último item abordado, ratificando as inferências anteriores quanto à defasagem dos preços que se tem no PAA agroecológico. Ademais, o grupo apresentou como pontos importantes para participar do PAA os mesmos elementos levantados na entrevista, ou seja, a renda e a comercialização, validando os achados anteriores.

Além disso, a mesma validação se auferiu quanto aos benefícios do PAA agroecológico, apresentando a comercialização e a segurança na renda como os principais pontos.

No que se refere a itens para melhorar o Programa, o grupo indicou o aumento do valor (teto) por agricultor e a elevação dos preços dos produtos como os dois principais pontos.

(continua)

MOTIVOS	PRIORIDADE
INTENÇÃO DE PRODUZIR ORGÂNICO	
Questão de saúde	2º
Sem manuseio agrotóxico	3º
Alimentação saudável	1º
Melhor preço	4º
MOTIVO PARA ADESÃO AO PAA	
Possibilidade de ampliar renda	1º
Possibilidade de comercializar	2º

(conclusão)

BENEFÍCIO DO PAA AGROECOLÓGICO	
Diversidade produção	3º
Segurança na renda	2º
Maior produção	4º
Comercialização garantida	1º
INDICAÇÕES PARA MELHORAR O PAA AGROECOLÓGICO	
Reajuste no preço dos produtos	2º
Aumento no valor do PAA agroecológico por agricultor	1º
Maior agilidade na aprovação/gerenciamento do projeto (burocracia)	3º

QUADRO 10 – Matriz de Prioridades

Fonte: Organizado pela autora

CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) agroecológico enquanto uma política pública, que tem como uma das finalidades o fortalecimento da agricultura familiar. Essa avaliação se deu sob a ótica dos agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas no município de Ponta Grossa – PR, por meio da realização de um estudo de caso, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Esta última foi efetuada por intermédio de entrevistas semiestruturadas e aplicação das ferramentas de DRP – Diagnóstico Rural Participativo (análise swot-fofa, matriz de priorização de problemas e matriz de prioridades) com os agricultores familiares, na qual evidenciou a pertinência na utilização da triangulação de métodos, a fim de captar junto aos sujeitos pesquisados maior aproximação real das percepções que os mesmos possuem sobre o PAA agroecológico.

Um dos principais resultados alcançados foi que os agricultores familiares identificam vantagens de se manterem participantes do PAA agroecológico, apresentado como via alternativa para a comercialização dos produtos e para a geração de renda. Mesmo aqueles agricultores familiares que não participam atualmente do PAA agroecológico também ressaltam tais benefícios em participar do programa, especialmente pelo quesito renda, cuja ausência é sentida pelos mesmos.

Pode-se pontuar que, na ótica dos agricultores familiares, o PAA agroecológico fomenta a agricultura familiar, garantindo meios na diversificação da produção, acesso à comercialização de seus produtos e maior renda para a agricultura familiar.

No caso do PAA agroecológico, uma vantagem observada refere-se à produção de orgânicos, que garante uma atividade agrícola mais sustentável, além de gerar alimentação saudável para a população beneficiária do programa e para o próprio agricultor e sua família.

A Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas apresentou-se como um elemento importante neste processo de inserção no PAA agroecológico, embora os agricultores não tenham reconhecido outras funções para a associação. Ou seja, não emergiram do grupo outros papéis, como ações conjuntas para melhorar a produtividade, redução de custos com compras conjuntas, entre outros. Talvez eles não tenham o total entendimento do alcance que uma associação pode ter nesse processo de geração de benefícios para os associados.

Assim, consegue-se visualizar o alcance do objetivo de sustentabilidade da agricultura familiar ao se executar o PAA agroecológico, avaliado na visão dos agricultores. Contudo, também ficaram evidenciados alguns pontos que precisam avançar a fim de romper gargalos que persistem no PAA. Por unanimidade, a defasagem dos preços dos produtos foi apontada como o principal ponto. Foi identificada também a necessidade de se ampliar o valor do teto por agricultor familiar ao participar do programa. A burocracia, por fim, foi citada como ponto negativo do PAA, qual pode ser revista enquanto parte inerente do processo de participação dos agricultores familiares no programa, afim de facilitar estes mecanismos burocráticos.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares junto ao PAA agroecológico, emergem algumas indagações: 1) quais seriam os fatores que levam à manutenção dos agricultores familiares junto ao PAA agroecológico, mesmo tendo essa defasagem de preços? Ressalta-se que esse ponto não era o objetivo desta pesquisa, mas pode se tornar alvo de estudos futuros; 2) outro aspecto refere-se à precificação praticada, ressaltando que teoricamente a tabela com os valores dos produtos deveria ser construída a partir de no mínimo três pesquisas no mercado local ou regional, tendo como base os preços de referência, e levaria em conta o contexto da região e da agricultura familiar naquele território. No entanto, questiona-se como esse processo de preços está sendo efetivado no contexto do PAA agroecológico no município de Ponta Grossa ou região. Além disso, qual seria a frequência dessas pesquisas de mercado, a considerar o baixo preço praticado pelo PAA em comparação com outra política pública – PNAE? Essas são algumas das questões que emergiram no decorrer do trabalho e que devem ser investigadas em pesquisas subsequentes.

Em síntese, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA alcança progressivamente seus objetivos, ao promover o incentivo à agricultura familiar com geração de renda, sustentação de preços dos produtos agrícolas e, especialmente por ser produto orgânico, tende a propiciar uma maior probabilidade de oferecer segurança alimentar e nutricional para populações urbanas e rurais.

Como resultado desse processo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) transformou-se em uma das melhores experiências de política pública em compras governamentais.

Espera-se que este trabalho venha fornecer elementos para um entendimento mais detalhado do que vem ocorrendo no PAA e que possa contribuir para evidenciar o impacto dessa política pública para os agricultores familiares, no contexto desse Programa.

Entende-se a importância da realização de novos estudos, permitindo cotejar os louros conquistados por essa política pública. Com efeito, este estudo demonstrou um aspecto considerado crucial para avaliar programas dessa natureza, evidenciando o fortalecimento da agricultura familiar, fomentada pela garantia de comercialização dos produtos, acesso à renda, ampliação e diversificação dos produtos. O PAA permitiu aos agricultores familiares acessarem outros mercados, quesito importante para a manutenção do homem no campo, no fomento da agricultura familiar, e em especial a agricultura orgânica.

Pode-se inferir que a política pública para a agricultura familiar, em especial na avaliação da eficácia do PAA agroecológico na ótica dos agricultores familiares da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, promoveu o fortalecimento dos agricultores familiares, no que tange à garantia de renda, maior diversificação da produção e acesso e ampliação do mercado.

O PAA, por sua capacidade de gerar benefícios contínuos no desenvolvimento da agricultura familiar, considera a gestão eficiente das políticas agrárias como essencial no processo de planejamento do desenvolvimento nacional, pois a melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da própria avaliação dessas políticas.

A partir da pesquisa empírica, ficou evidente a importância que as políticas públicas podem assumir no contexto da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, tem-se a necessidade de se adequarem alguns pontos nodais do Programa para a manutenção do fortalecimento da agricultura familiar:

- a) garantir uma melhor remuneração (preço) pelo produto;
- b) garantir a manutenção e a viabilidade econômica em termos da garantia de preços e de comercialização de parte da produção;
- c) ampliar o teto pago pelo PAA, referente ao valor fixo anual.

O surgimento dessa política pública pode ser visto como uma via de desenvolvimento rural singular, a qual, em sua essência, não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

O PAA enquanto política pública deve permanecer no campo de ações do Estado, qual deve garantir seu pleno financiamento, abrangendo um percentual maior de agricultores familiares beneficiados e ainda, garantir mecanismos que mantenham e estimulem sua participação no programa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. SP: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 1992.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4. ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

AZEVEDO, C. E. F. *et al.* A estratégia de triangulação: Objetivos, possibilidades, limitações, e proximidades com o pragmatismo. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Brasília /DF – 3 a 5 de novembro de 2013.

BALDANI, M. H; MOYSÉS, S. J. **Ética e pesquisa em ciências sociais**. In: BOURGUINON, J, A. e JUNIOR, C. R. de O. Pesquisas em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa – Pr: Todapalavra, 2012.

BECKER, C.; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. Os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural. **48º Congresso SOBER** – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2010. Disponível em: <<http://sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=35>> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre plantar e comer. **Revista Faz Ciência**, v.14, p. 1-20, 2012.

BRASIL. Instrução Normativa n. 007, de 17 de maio de 1999. Estabelece normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **DOU**, Brasília, n.94, Seção 1, p. 11, 19 de maio de 1999.

_____. Resolução n. 12 de 21 de maio de 2004. Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003. **DOU**, Brasília, 25 de maio 2004. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/resolucao_12_de_21_05_2004.pdf> Acesso em: 17/04/2017.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências **DOU**. Brasília, 2 de julho de 2003. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/pdfs/paa/lei-10.696.pdf>>. Acesso em: 22/05/2017.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **DOU**. Brasília, 25 de jul. 2006. p. 1, col. 2. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 28/01/2017.

_____. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **DOU**, Brasília, 17 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 13/03/2017.

_____. Decreto n. 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011. **DOU**, Seção 1, de 05 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7775.htm> Acesso em: 17/04/2017.

_____. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **DOU**, Seção 1 de 28 de dezembro de 2007. Disponível em :<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6323-27-dezembro-2007-567641-norma-pe.html>>. Acesso em : 22/05/2017.

_____. Decreto n. 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. **DOU**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 2014. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm> Acesso em: 19/02/2017.

_____. **Benefício Assistencial ao Idoso e a pessoa com deficiência**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>>. Acesso em: 03/04/2017.

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. 5 ed - Brasília. -- Brasília: IICA, 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. PAA – Evolução das operações. In: **Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. – Brasília: Conab, 2009.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultados das Ações da Conab em 2013**. Brasília: Conab, 2014.

_____. **Resultados das ações da CONAB em 2015**. Brasília: Conab, 2016.

CRUZ, S.S. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 110, p.288-322, abril/junho. 2012.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. – Londrina: IAPAR, 2002.

DI GIOVANNI, G. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisa** nº 82, Unicamp: NEPP, 2009.

FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigma em questão. **Geografia** – v. 15, n. 1, jan/jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geografia. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia/anteriores.html>> Acesso em: 29/01/2017.

FLORES, J. C. O. *et al.* Características sociais dos produtores orgânicos da ABIO no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 7, p. 141-158, 2009.

GALINDO, E. P.; SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Compras de Produtos Agroecológicos e Orgânicos da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. *In*: Brasil. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

GASQUES, J. G.; FILHO, E. R. V.; NAVARRO, Z.(orgs) **A Agricultura Brasileira : desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, C. As ideias na produção das políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. *In*: BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X, 2011, p. 93- 137.

GRISA, C. *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**. v. 8 - n. 3. set/ 2011 b.

GRISA, C. Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, K.;SCHNEIDER, S. (org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Drcena. **47º SOBER**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônômico do Paraná, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE p.1-267, 2009.

IFOAM. **Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica**. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio/en>>. Acesso em 22/05/2017.

IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IparDES, 2007.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 1 - (jun. 2000 -). – Brasília: Ipea, 2000.

JANUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. - Botucatu: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Ed: UNICAMP, 1998.

LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 18, nº. 26 - Edição especial pp. 147-164, 2015.

LUSTOSA, M. das G. O. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MAPA. **Os sistemas orgânicos de produção tem por finalidade**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-organicos>>. Acesso em: 04/04/2017.

MATOS, T. S.; NOIA, A. C. Análise do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabuna – BA. **IV Semana do Economista e IV Encontro de Egressos**. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus – Bahia, 2014.

MIELITZ NETTO, C. G. A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X, 2011, p. 221-251.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1998.

MOREIRA, R. J; BRUNO, R. L. (orgs). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. – Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

NETO, N. C.; *et al.* Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para agricultura familiar. **Revista Percurso** - NEMO Maringá, v. 2, n. 2 , p. 73-95, 2010.

OLIVEIRA, L. D. **A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>>. Acesso em: 17/04/2017.

ORMOND, J. G. P. (Org.). **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PEIXOTO, A. M. M.; OLIVEIRA, A. O. **A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. - Presidente Prudente: Revista NERA – Ano 18, nº 26 – Edição especial, p. 70-91, 2015.

PEREIRA, M. E. B. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S. Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36 n.2 mai-ago. 2014, p. 230-240.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645 de 21 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre a implantação do Programa Feira Verde no âmbito do município de Ponta Grossa. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2014/1165/11645/lei-ordinaria-n-11645-2014-dispoe-sobre-a-implantacao-do-programa-feira-verde-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias?q=11645>>. Acesso em 14/03/2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3 ed – São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. – São Paulo: Publifolhas, 2015.

ROGATTO, L. Agricultura familiar. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 1, p. 8-10, 2013.

SANTOS, A. T. **Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos**: uma análise de sua implantação no município de Ponta Grossa. 2010. 129 F. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Gestão do Território, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 5, fev, 2003.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2013. Disponível em: <http://rimisp.org/wpcontent/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderYCassol_editado.pdf> Acesso em: 28/01/2017

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. – 2 ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, M. O. da S.(org). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **Pesquisa avaliativa: aspecto teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora; São Luis, MA: GAEPP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza), 2008.

SILVA, P. L. B.; COSTA, N. R. **A Avaliação de Programas Público**: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SODRÉ, M. L da S.; DOURADO, A. M.; GOUVEIA, B. S. S. Diagnóstico Rural Participativo: ferramenta de planejamento norteadora de ações de extensão rural. **Revista Extensão Universitária da UFS**. v. 1, n. 2. 2013, p. 91-97.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, K.D.B. *et al.* Produção orgânica e o programa de aquisição de alimentos: análises das compras com doação simultânea no período 2013/2014. **I CINGEN-Conferência Internacional em Gestão de Negócios 2015**. Cascavel, PR, Brasil, UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 16 a 18 de novembro de 2015.

TODESCHINI, R. **Sistema de emprego: Estado atual, perspectivas e horizontes futuros**. In: MEHEDFF, C. G. GARCIA, C. (organizadores) Metodologia para Formação de Gestores de Políticas Públicas. Brasília: Flasco, 2005.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VINHA, J. F. S. C. SCHIAVENATTO, M. **Soberania Alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição Alimentos (PAA)**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 18, nº 26 – Edição Especial. Pg 183 a 203. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3 ed.- Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE
AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA FAMILIAR DE CONCHAS VELHAS

BLOCO 1 – A ASSOCIAÇÃO

1. Histórico da Associação (como, porque, quais objetivos, quando surgiu, características, princípios que norteiam)?
2. Como surgiu o PAA agroecológico para a comunidade (possibilidade de inserção no programa).
3. Número de integrantes?
4. Atividades desempenhadas?
5. Área de atuação (PAA, PNAE, outros).
6. Estrutura física, Rh, materiais e financeira.
7. Como se dá a relação da associação com as demais organizações sociais e entidades da região?
8. Quais são os parceiros?
9. No que se refere as políticas públicas, existe assessoria? Qual?

BLOCO 2 – O PAA

1. Qual a visão da associação sobre o PAA agroecológico?
2. Quais as diretrizes da associação para o agricultor estar inserido no PAA?
3. Quais as principais dificuldades que a associação encontra para operacionalizar o PAA?
4. Que seria necessário para sanar estas dificuldades?
5. Qual o grau de importância do PAA agroecológico para fortalecimento da agricultura familiar?
6. A associação participa de algum conselho ou instância deliberativa?
7. Na perspectiva do agricultor, quais as dificuldades que a associação vê para a permanência do agricultor no PAA agroecológico?
8. Quais as entidades contribuem para a permanência dos agricultores no PAA?
9. Quais as entidades que poderiam auxiliar no processo de participação dos agricultores no PAA?

BLOCO 3 – PRODUÇÃO ORGÂNICA

1. Porque da opção pela produção orgânica?
2. Porque da opção pelo PAA agroecológico?
3. Quais as dificuldades de estar no PAA agroecológico?
4. Quais as vantagens /benefícios de estar no PAA agroecológico?
5. A associação promove cursos/ visitas técnicas para o fortalecimento da produção orgânica?
6. Quanto a certificação de produção orgânica, como ela ocorre (período, formato, custos)?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES FAMILIARES
INSERIDOS NO PAA AGROECOLÓGICO DE 2015**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRICULTORES FAMILIARES INSERIDOS NO PAA AGROECOLÓGICO 2015

BLOCO 1 - RESPONSÁVEL PELA PROPRIEDADE

Nome Agricultor:

Sexo:

Escolaridade:

Tempo de atividade: _____ anos

BLOCO 2 – FAMÍLIA

Nome	Idade	Escol.	Renda pluriatividade / Qual	Aposentadoria / Pensão / Valor

BLOCO 3 - PROPRIEDADE DA TERRA

Proprietário: () sim () não, quem/vínculo: _____

Arrendatário: () sim () não

Outro: () sim () não qual: _____

Área Total: _____ Ha

Área total cultivada: _____ Ha

Produção orgânica: () sim () não Quanto tempo: _____ anos

Porque orgânico e não agroecológico?

Pronaf: _____

Ano de inserção no PAA: _____

BLOCO 4 – PRODUÇÃO

1. PRODUÇÃO VEGETAL

A) OUT 2015 a SET 2016

Lavoura	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Antes do PAA

Lavoura	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

2. LEGUMES, VERDURAS E FRUTAS

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Antes do PAA

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

3. PECUÁRIA/ PRODUÇÃO ANIMAL

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Antes do PAA

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

4. PRODUTOS PROCESSADOS

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Antes do PAA

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização
---------	------	------------	-------------	----------------------

BLOCO 5 – PAA

1. Quais programas participa além do PAA?
2. Motivo de entrada no PAA
 - () possibilidade de comercialização;
 - () ampliação da renda;
 - () outros: _____
3. Quais as dificuldades de entrar no PAA agroecológico:
 - () certificação;
 - () custos
 - () associação
 - () período conversão propriedade;
 - () documentação/ burocracia
 - () outros: _____
4. Qual a importância da Associação para inserção e manutenção no PAA agroecológico:
 - () muito importante;
 - () importante
 - () pouco importante
 - () irrelevante;
 Justifique: _____
5. Quais as vias de comercialização da propriedade antes do PAA agroecológico?
6. Antes do PAA agroecológico a produção da propriedade era orgânica?
 - () SIM
 - () NÃO. Se não, quantos % da propriedade não era orgânica? _____
7. Porque optou pelo PAA agroecológico ao PAA convencional:
 - () preço;
 - () práticas orgânicas;
 - () saúde;
 - () outros: _____
8. Quais os benefícios que o PAA agroecológico trouxe para a sustentabilidade de sua propriedade:
 - () diversificação;
 - () maior produção/ consumo;
 - () segurança na renda;
 - () outros: _____
9. O PAA agroecológico trouxe problemas de gerenciamento na propriedade. Quais?
 - () falta de assistência técnica;
 - () mão-de-obra;
 - () perda produção;

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES FAMILIARES
PARTICIPANTES DO PAA AGROECOLÓGICO DE 2010**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PAA AGROECOLÓGICO 2010

BLOCO 1 - RESPONSÁVEL PELA PROPRIEDADE

Nome Agricultor:

Sexo:

Escolaridade:

Tempo de atividade: _____ anos

BLOCO 2 – FAMÍLIA

Nome	Idade	Escol.	Renda pluriatividade / Qual	Aposentadoria / Pensão / Valor

BLOCO 3 - PROPRIEDADE DA TERRA

Proprietário: () sim () não, quem/vínculo: _____

Arrendatário: () sim () não

Outro: () sim () não qual: _____

Área Total: _____ Ha

Área total cultivada: _____ Ha

Produção orgânica: () sim () não Quanto tempo: _____ anos

Porque orgânico e não agroecológico?

Pronaf: _____

BLOCO 4 – PRODUÇÃO

1. PRODUÇÃO VEGETAL

A) 2016

Lavoura	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Último ano de participação no PAA: _____

Lavoura	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

2. LEGUMES, VERDURAS E FRUTAS

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Último ano de participação no PAA: _____

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

3. PECUÁRIA/ PRODUÇÃO ANIMAL

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

B) Último ano de participação no PAA: _____

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

4. PRODUTOS PROCESSADOS

A) 2016

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

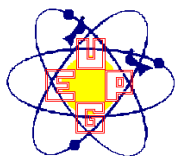
B) Último ano de participação no PAA: _____

Produto	Área	Quantidade	Valor (R\$)	Onde/comercialização

BLOCO 5 – PAA

1. Anos que participou do PAA?
2. Quais as dificuldades enfrentadas quando participou do PAA agroecológico?
3. Qual (s) o (os) motivo (s) que o levaram a sair do PAA agroecológico?
4. Possui intenção de retornar ao PAA agroecológico:
☐ não
☐ sim. Se sim, o que necessita para o retorno?
5. Quais foram os impactos de sua saída do PAA agroecológico:
☐ diminuição renda;
☐ diminuição canal de comercialização;
☐ diminuição da diversificação na produção
☐ outros: _____
6. Sobre a perspectiva do associativismo, houveram fatores que influenciaram na saída do PAA agroecológico?
7. Em sua opinião no que o PAA agroecológico poderia mudar/ampliar/alterar para fortalecer a agricultura familiar?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você _____, membro da Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas, está sendo convidada para participar da pesquisa **“Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas”**, realizada pela mestrande Ana Paula Moreira, sob a orientação Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. O objetivo da pesquisa é verificar a função do PAA agroecológico no fortalecimento da agricultura familiar, a partir da averiguação dos motivos da adesão, permanência ou desistência dos agricultores familiares no PAA, verificando se o mesmo pode desencadear um avanço no desenvolvimento rural e sua sustentabilidade.

A sua participação no estudo será por meio de entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro estabelecido e participação nas ferramentas de DRP, podendo se recusar a participação ao momento que possa vir a se sentir constrangido. Asseguramos que sua identidade permanecerá em sigilo, através da omissão total de qualquer informação que permite identificá-lo (a). Os dados obtidos através da pesquisa serão utilizados para fins acadêmicos, quer seja na dissertação de mestrado ou em publicações relacionadas.

Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação, nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retiradas de dúvida sobre o estudo, enfim, tudo que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Pesquisadora: Ana Paula Moreira;

Rua Franco Grilo, 166. Bl04, Ap 23. Bairro Oficinas – Ponta Grossa/PR Tel: (42) 99802.8033

Orientadora: Augusta Pelinski Raiher

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

UEPG, Campus Uvaranas, Sala LP 109 do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação – CIPP

Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 Tel: (42) 3220-3153

Comitê de Ética em Pesquisa

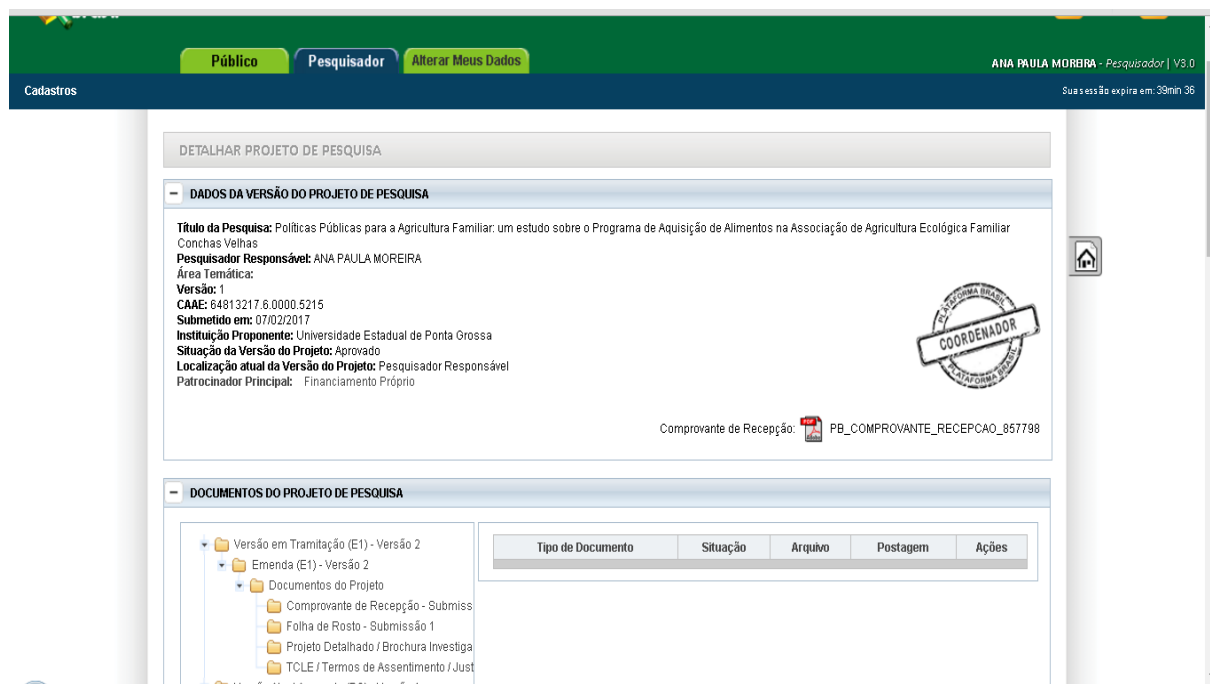
UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100 Tel: (42) 3220-3108

Assinatura do convidado da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Ponta Grossa, _____ de _____ de 2017.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

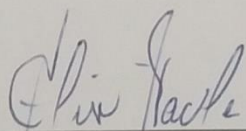


ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Elise Stadler, abaixo assinado, responsável pela Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas autorizo a realização da pesquisa "Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas", a ser conduzida pela pesquisadora/mestranda Ana Paula Moreira, sob a orientação Prof^a. Dra. Augusta Pelisnki Raiher do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Pr. Fui informada pesquisadora sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na associação a qual represento.

Ponta Grossa, 20 de janeiro de 2017.



Elise Stadler

Presidente Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas

ANEXO C – FOTO DO MOMENTO DA APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE DRP

